

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Rogério Schlegel**

**MÍDIA, CONFIANÇA POLÍTICA  
E MOBILIZAÇÃO**

**Versão corrigida**

**São Paulo**

**2005**

**Rogério Schlegel**

**MÍDIA, CONFIANÇA POLÍTICA  
E MOBILIZAÇÃO**

**Versão corrigida**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciência Política

Área de concentração: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro Moisés

De acordo

---

São Paulo

2005

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Schlegel, Rogerio

Mídia, confiança política e mobilização / Rogerio Schlegel ; orientador José Álvaro Moisés. – São Paulo, 2005. 108 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Instituições políticas. 2. Confiança. 3. Mídia. 4. Jornalismo. I. Título. II. Moisés, José Álvaro.

*Aos meus pais,  
sócios nos meus acertos*

*Agradeço ao  
Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp,  
pela cessão de dados que tornou possível este estudo.  
A Isabelle Somma,  
pela inspiração e pelo paciente trabalho de revisão.  
Aos colegas cuja ajuda foi decisiva em muitos momentos.  
E ao contribuinte.*

## RESUMO

SCHLEGEL, Rogerio. Mídia, **confiança política e mobilização**. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São PAULO, São Paulo, 1995.

A desconfiança em instituições e atores políticos pode favorecer a desmobilização do cidadão quando mantida por prazos mais longos. Este estudo, baseado na análise estatística de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, encontrou evidências de que a participação eleitoral e não-eleitoral e o interesse por política são menores entre aqueles que consideram os políticos mais desonestos e declaram menor adesão a partidos. A exposição à mídia jornalística teve impacto reduzido na confiança política, mas mostrou influência positiva para a mobilização, no contexto das eleições brasileiras de 2002.

Palavras-chave: Confiança. Instituições. Mobilização. Mídia. Jornalismo.

## **ABSTRACT**

SCHLEGEL, Rogerio. Mídia, **confiança política e mobilização**. 2005. 110 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São PAULO, São Paulo, 1995.

Distrust in political actors and institutions may foster citizen's political demobilization, if sustained for longer periods. This study, based on statistical analysis of data gathered by Estudo Eleitoral Brasileiro of 2002, found evidences that electoral and non-electoral participation, as well as interest in politics, are lower among those expressing less confidence in politicians' honesty and less attachment to parties. Journalistic media exposure showed little impact on political trust, but consistent influence on mobilization, in the Brazilian electoral context of 2002.

Keywords: Trust. Institutions. Mobilization. Media. Journalism.

## SUMÁRIO

Índice.....	8
Índice de tabelas.....	9
Índice de quadros.....	9
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Introdução.....	10
Capítulo 1.....	14
Capítulo 2.....	42
Capítulo 3.....	63
Conclusão.....	89
Referências bibliográficas.....	96
Apêndice metodológico.....	104



# ÍNDICE

Introdução.....	10
Capítulo 1.....	14
1.1 – Confiança social e confiança política .....	15
1.2 – As dimensões do apoio político .....	20
1.3 – A confiança nas instituições .....	26
1.4 – A desconfiança nas instituições .....	33
Capítulo 2.....	42
2.1 – Mídia e confiança política .....	43
2.2 – Efeitos da mídia .....	47
2.3 – <i>Mediamalaise</i> .....	53
2.4 – O caso brasileiro .....	58
Capítulo 3.....	63
3.1 – Hipóteses .....	64
3.2 – Variáveis .....	72
3.3 – Análise de dados .....	79
Conclusão.....	89
Referências bibliográficas.....	96
Apêndice metodológico.....	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Confiança x variáveis socioeconômicas.....	75
Tabela 3.2 – Participação x variáveis socioeconômicas.....	77
Tabela 3.3 – Mídia x variáveis socioeconômicas.....	78
Tabela 3.4 - Usos da mídia.....	79
Tabela 3.5 – Confiança x mobilização (médias).....	80
Tabela 3.6 – Confiança x mobilização (regressão).....	81
Tabela 3.7 – Mídia x confiança (médias).....	82
Tabela 3.8 – Mídia x confiança (regressão).....	84
Tabela 3.9 – Mídia x confiança (regressão com HGPE).....	85
Tabela 3.10 – Mídia x mobilização (médias).....	86
Tabela 3.11 – Mídia x mobilização (regressão).....	87
Tabela 3.12 – Confiança e mídia x mobilização (regressão).....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Confiança institucional x satisfação com a democracia x apoio ao regime, no Brasil .....	21
Quadro 1.2 - Confiança institucional x satisfação com a democracia x apoio ao regime, na América Latina .....	22
Quadro 2.1 – Explicando a confiança no governo e em instituições políticas – um modelo.....	44

## Introdução

A confiança política é tema emergente na agenda de pesquisa da Ciência Política por conta do reconhecimento crescente de sua relevância no mundo contemporâneo. Ela é um meio informal de coordenação das ações coletivas, cada vez mais essencial para as sociedades impessoais e globalizadas em que vivemos (Giddens, 1990; Warren, 2001; Offe, 2001). Tomando por base a capacidade de antecipar o comportamento dos concidadãos e das normas, regras e instituições integrantes do sistema político, a confiança diminuiria os riscos das interações sociais e facilitaria a colaboração.

A confiança em instituições – e seu oposto, a desconfiança institucional – é parte do sistema de justificação e legitimação do regime democrático. Ainda que a ausência de confiança não implique risco imediato para a democracia (Norris, 1999; Newton e Norris, 2000; Moisés, 2005), está em jogo neste caso a qualidade da democracia (Morlino, 2002; Diamond e Morlino, 2004). A desconfiança representa sinal de mau funcionamento do regime, sobretudo em termos de baixa responsividade. É de se esperar que tenha impacto em outras dimensões da engrenagem democrática, como a participação, e afete a força dos governos, reduzindo no cidadão a disposição de pagar impostos e de cumprir a lei espontaneamente (Nye, 1997; Dalton e Wattenberg, 2000; Morlino, 2002).

Os meios de comunicação de massa desempenham papel de fator interveniente na relação entre cidadão e política, porque, em sociedades complexas e de grande escala, desempenham função de destaque na construção do universo simbólico dos indivíduos, que é o campo por excelência da política. A mídia é uma das principais fontes de informação objetiva sobre a esfera política, mas seu impacto vai além disso. Ela não é um mero espelho que reflete a realidade, pois na verdade a comunicação de massa recria a realidade, com viéses capazes de distorcer a imagem que se forma (Lippmann, 1965). Sua lógica de produção é um exemplo das origens desses vieses. A saliência que dá a determinados assuntos, em detrimento de outros, e os esquemas

interpretativos que embute ao retratar os fatos são capazes de criar representações do mundo político com características próprias.

É vasta a literatura internacional que aponta a mídia como indutora do cinismo<sup>1</sup>, entendido como convicção de que as pessoas são insinceras e movidas por interesses menores, sobretudo os atores políticos. Da mesma forma, os meios de comunicação teriam viés anti-institucional, contribuindo para criar no cidadão uma imagem negativa da política e assim erodir os fundamentos da legitimidade democrática (Robinson, 1976; Miller et al., 1979; Patterson, 1993; Capella e Jamieson, 1997). Eles são o foco de uma das possíveis explicações aventadas por Putnam, Pharr e Dalton (2000) para a crescente desconfiança institucional verificada nas últimas décadas nos países de democracia mais antiga.

O Brasil tem traços singulares que tornam especialmente inquietantes as relações entre o sistema político e os meios de comunicação de massa. Largos setores da população apresentam baixos níveis de escolaridade, mas a mídia – sobretudo a eletrônica – tem penetração comparável à de países com mais alto nível de desenvolvimento econômico e humano<sup>2</sup>. Some-se a isso um sistema democrático recém-consolidado, mas com déficits de funcionamento nas instituições de mediação de interesses, como partidos e Congresso (Baquero,

---

<sup>1</sup> A riqueza de significados que se atribuem à expressão “cinismo” exige que o conceito com que a utilizo seja esclarecido desde logo. Na linguagem corrente no Brasil, é comum ser utilizada como sinônimo de hipocrisia, isto é, com sentido de falsidade e dissimulação. O dicionário Aurélio (Ferreira, 1988) a define como “oposição radical e ativa aos valores culturais vigentes”, na esteira da doutrina dos cínicos da antiga Grécia, e por extensão chama de cínico àquele que “ostenta princípios e/ou práticas imorais”, que é “impudico” ou “obsceno” (pág. 151). O *Oxford English Dictionary* define *cynic* (cínico) como “a person disposed to rail or find fault; now usually: one who shows a disposition to disbelieve in the sincerity or goodness of human motives and actions, and is wont to express this by sneers and sarcasms; a sneering fault-finder” (pág. 636). Além disso, o termo “cínico” é freqüentemente utilizado em oposição a “aquele que confia”, forma de uso que é caudatária da abordagem sócio-psicológica que divide os indivíduos em tipos “que confiam” e “cínicos”, com ampla repercussão na literatura sobre confiança (Newton e Norris, 2000). Na Ciência Política, alguns autores utilizam a expressão “cinismo” para descrever o afastamento do cidadão da política, designando assim sua desconfiança e desmobilização. Miller et al. (1979) chamaram de cinismo à má avaliação do governo federal norte-americano e à crença de que não se comporta de acordo com a expectativa do cidadão, em termos de eficiência, honestidade, competência e equidade. Iyengar (1980) o utilizou como sinônimo de baixa eficácia política subjetiva, isto é, a crença do cidadão de que é capaz de influenciar políticos e políticas. Moisés (1995) chamou de cinismo ao afastamento do cidadão em relação à vida pública.

<sup>2</sup> Em trabalho para a Organização das Nações Unidas, Norris e Zinnbauer (2002) elaboraram um índice de comunicação para classificar os países que considerava duas dimensões: acesso à mídia (TVs, jornais e rádios) e liberdade de imprensa. O Brasil, com seu desenvolvimento humano médio, figurou no grupo dos que tinham “amplo acesso-com liberdade”, no qual também apareciam Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha e outros países com alto índice de desenvolvimento humano.

2002; Kinzo, 2004), e se terá um cenário único, a demandar pesquisas acadêmicas que permitam compreender as intrincadas relações entre mídia e política. Nesse campo, grande esforço tem sido feito para explicar o impacto eleitoral dos meios de comunicação, mas suas relações com o apoio político em sentido amplo permanecem relegadas a segundo plano (Rubim e Azevedo, 1998; Chaia, 2004).

Daí a necessidade de investigar o impacto dos meios de comunicação na circulação de informações e no estabelecimento de afetos em relação ao sistema político. Como parte dessa tarefa, me proponho neste trabalho a mapear parte das ligações entre três elementos envolvidos: confiança em instituições e atores políticos<sup>3</sup>; exposição à mídia; e mobilização do cidadão.

A idéia é, em uma primeira etapa, tratar a confiança política como variável independente. Investigarei se a ausência de confiança – ou a presença de desconfiança – está associada à desmobilização do cidadão, em termos de menor participação eleitoral e não-eleitoral e de interesse declarado pela política. A intenção é avançar na compreensão das eventuais conseqüências da falta de apoio político para o funcionamento da democracia. Trabalho com o conceito de confiança por ser construção teórica mais precisa para captar a dimensão do apoio a ser investigada. A confiança política envolve julgamento de caráter não-imediatista e, sem ignorar a dimensão retrospectiva envolvida na avaliação, abrange também sua faceta ligada à expectativa sobre a ação futura<sup>4</sup>. Entendo a confiança em instituições e a confiança em atores políticos como dimensões que compõem o apoio político em sentido amplo. Mas há outras, como a adesão aos princípios democráticos e o apoio à comunidade política (Norris, 1999). O foco nas dimensões escolhidas se deve a sua importância conceitual e ao fato de representarem segmentos com avaliação em patamares persistentemente

---

<sup>3</sup> Ao longo deste estudo, uso a expressão "instituições políticas" para me referir àquelas que têm centralidade no funcionamento democrático, nomeadamente partidos, Congresso e governo. Por atores políticos, entendo os agentes individuais envolvidos na política (os políticos, na linguagem corrente), as autoridades e ocupantes de postos no governo e a própria classe política.

<sup>4</sup> Aqui também há questões de semântica que importam. A expressão "confiança política" tem tido usos variados por diferentes autores e com frequência é empregada para designar o apoio político difuso, como conceituado por Easton (1965). Mas as características específicas da confiança, como discutiremos a seguir, não recomendam a utilização dos dois conceitos como simples sinônimos. Optei por utilizar a expressão "apoio político" de maneira inespecífica, por vezes a empregando para me referir à confiança política, e reservar a expressão "apoio político difuso" para me referir à construção conceitual de Easton.

baixos no Brasil e em outros países da América Latina (Lagos, 2000; Power e Jamison, 2005; Moisés, 2005).

Em uma segunda etapa, este estudo pretende verificar se a mídia é capaz de, no nível individual, conformar atitudes e comportamentos políticos diferenciados. Nesse ponto, as variáveis dependentes estão relacionadas à confiança em atores e instituições políticas, de um lado, e à mobilização, de outro. Minhas inquietações podem ser sintetizadas em duas perguntas: quem se expõe à mídia desconfia mais de instituições e atores políticos? E tende a participar menos da vida política, seja votando, se engajando em campanhas eleitorais, tomando parte de ações coletivas ou desenvolvendo interesse pela política? A idéia é estabelecer um diálogo com a literatura que aponta a mídia como indutora da desconfiança e da desmobilização, verificando em que medida essas hipóteses se sustentam para o caso brasileiro.

No primeiro capítulo, defino as características específicas da confiança política, que tem dinâmica independente da confiança interpessoal e deve ser encarada de forma multidimensional – o que permite distinguir, por exemplo, a confiança nas instituições daquela depositada nos princípios democráticos. Também contextualizo meus pressupostos teóricos no quadro mais amplo da Ciência Política. No segundo capítulo, revisito de forma crítica as teorias sobre a influência dos meios de comunicação de massa e discorro sobre efeitos específicos que podem contribuir para impactos na confiança política, como agendamento (*agenda-setting*) e enquadramento (*framing*). No terceiro capítulo, defino minhas hipóteses e passo à análise de dados do *survey* Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), realizado em 2002 pelo Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública), da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)<sup>5</sup>. Na conclusão, discuto as interpretações possíveis para as evidências levantadas neste trabalho<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Agradeço ao Cesop, da Unicamp, pela cessão dos dados do *survey* Eseb-2002.

<sup>6</sup> Realizado com apoio de bolsa da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, e parte do projeto temático *A Desconfiança nas Instituições Democráticas*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e coordenado pelos professores doutores José Álvaro Moisés (DCP/FFLCH/USP) e Rachel Meneguello (Cesop/IFCH/Unicamp).

# **Capítulo 1**

## **Confiança política**

## 1.1. Confiança social e confiança política

A confiança tem despertado interesse junto a escolas da Ciência Política com diferentes abordagens teóricas. A linha culturalista sempre lhe atribuiu relevância como ponto de articulação de valores e afeições em relação aos concidadãos e ao sistema político, desde o trabalho seminal de Almond e Verba (1968), publicado em 1963. Mas foram estudos mais recentes, como os de Putnam (1993, 1995, 2001), apontando seu papel central para a formação do capital social, que a trouxeram ao centro do debate acadêmico contemporâneo. Mesmo pesquisadores mais próximos da linha institucionalista, como Newton e Norris (2000), ou da sociológica, como Sztopka (1999), têm-se dedicado a analisar sua importância para os sistemas políticos. O combustível da discussão é, em grande medida, a constatação da importância crescente da confiança como meio informal de coordenação. A confiança não é um recurso antiquado, próprio de sociedades tradicionais. Pelo contrário: é a incerteza, o risco, a complexidade e a opacidade cada vez maiores das sociedades modernas que tornam a confiança um item crescentemente indispensável (Giddens, 1990; Warren, 2001; Offe, 2001). Como consequência desse esforço de pesquisa, consolidam-se duas constatações empíricas: alguns indicadores de confiança política apresentam queda persistente nas democracias mais antigas e se mantêm em patamar muito baixo em democracias recém-consolidadas ou em consolidação.

A tensão entre confiança e desconfiança é recorrente tanto na teoria quanto na vivência democráticas. Um substrato de confiança estaria na base da formação do Estado na concepção contratualista, uma vez que a ele se atribuiriam prerrogativas originalmente próprias dos cidadãos, como gerir os negócios públicos. A confiança pode ser encarada como pressuposto dessa delegação da soberania popular<sup>7</sup>. Tocqueville (1998) relata como os "hábitos do coração" (*habits of the heart*), expressos em confiança interpessoal e cooperação, favoreceriam o funcionamento da incipiente democracia norte-americana, no início do século XIX. Mas a posterior construção das instituições

---

<sup>7</sup> No caso de Thomas Hobbes, a confiança em relação ao Estado é justificada pela própria desconfiança frente aos concidadãos.



liberais no mundo democrático levou em consideração a desconfiança em relação à ação do Executivo, institucionalizando controles que resguardassem os indivíduos de abusos por parte do Estado ou de seus ocupantes. Tratava-se de tomar em conta um alerta feito por Maquiavel, em *O Príncipe* (2001, p. 121), que prima pela desconfiança: "Os homens sempre agirão mal diante de você, a menos que sejam forçados a serem virtuosos". Por conta dessa tensão, a chave em que a confiança é interpretada – se negativa ou positiva – é ponto nada consensual nos debates sobre o tema, como veremos adiante.

Numa acepção genérica, a confiança envolve um julgamento, ainda que implícito, sobre a ação futura do outro. Em um ambiente de incerteza, quem confia aceita o risco de ser prejudicado, na expectativa de que o outro irá favorecê-lo ou, pelo menos, não o prejudicar. A confiança embute, portanto, avaliação retrospectiva e prospectiva. Esse é um ponto comum entre a confiança política, expressa pelo indivíduo diante de elementos do sistema político, e a confiança interpessoal ou social<sup>8</sup>, estabelecida entre os indivíduos. Mas há aspectos que diferenciam consideravelmente as duas modalidades de confiança.

A confiança social é primordialmente um atributo da esfera privada e aparece no nível mais básico da vida em comunidade (Dalton, 1999). Para Offe (2001), ambas têm o mesmo substrato cognitivo, mas a expectativa de reciprocidade estabelece distinção marcante entre as duas. Numa relação interpessoal de confiança, quem confia está fazendo uma espécie de investimento, com expectativa de que seja recompensado no futuro. Mesmo na relação de confiança social esse retorno é esperado, ainda que não necessariamente por parte da mesma pessoa que foi confiada. No caso da confiança política, que envolve uma relação de caráter institucional e impessoal, não se poderia pensar nesse tipo de reciprocidade. Posso confiar em uma instituição como a Justiça, por exemplo, mesmo tendo apenas contatos ocasionais com seus agentes e sem esperar ser reconhecido por eles no futuro. Nesse ponto, Hardin (2001) leva o argumento mais longe: com base nos

---

<sup>8</sup> Uso a expressão "confiança social" para me referir à confiança interpessoal generalizada, aquela expressa pelo indivíduo em relação às demais pessoas da comunidade e frequentemente medida em *surveys* pela resposta à pergunta "confia na maioria das pessoas?". Trata-se, portanto, da confiança interpessoal em sentido amplo, que não se confunde com a confiança em amigos, parentes, vizinhos ou conhecidos e que guarda relação mais estreita com a disposição para agir coletivamente e cooperar socialmente, segundo parte da literatura.

pressupostos da teoria da escolha racional, acredita que são tão diferentes a confiança social e a política, que é impensável que a segunda sequer exista – justamente porque não conheço os agentes das instituições ou seus interesses, não posso fazer julgamento sobre sua confiabilidade. Mas, ainda que se descarte a reciprocidade, entendo haver evidências suficientes de que as instituições se tornam depositárias de confiança, com base na previsibilidade de conduta esperada e como parte de uma relação com características específicas, que discutiremos adiante.

A direção da causalidade entre os dois tipos de confiança é controversa e divide teóricos e pesquisadores. Quem confia na maioria das pessoas tende a confiar mais nas instituições políticas? Boas instituições levam a maior confiança social? As duas se retro-alimentam? Para autores como Putnam, a confiança social seria um dos principais componentes do capital social, gerando um ambiente em que a cooperação é favorecida e a ação coletiva se vê facilitada. O cidadão que confia mais nos outros, mesmo que desconhecidos, estaria mais disposto a se engajar em ações coletivas. Isso daria intensidade e potência às interações, gerando efeitos benéficos para os indivíduos, as instituições e a comunidade.

Em linha paralela seguem as teorias de Inglehart (2001), para quem a confiança social é fundamental para a manutenção da democracia. Esse tipo de confiança seria um atributo relativamente estável de dada comunidade, que refletiria sua herança histórica e teria uma relação de duas mãos com o desenvolvimento econômico: em um sentido, elevada confiança interpessoal favoreceria o desenvolvimento econômico; em outro, o desenvolvimento econômico contribuiria para elevada confiança entre os cidadãos. A confiança seria aliada da democracia ao promover o desenvolvimento econômico – que traria consigo a educação massiva, a urbanização, maior igualdade de renda e outros processos que estimulam a participação democrática – e ao conduzir a mudanças culturais – criando uma cultura da confiança e massificando o apoio ao regime, em prazos mais longos. O desenho e o apoio institucionais não teriam papel central na criação da confiança social, sendo apenas dois dos fatores contribuintes para a criação de uma cultura da confiança.

Aqui, cabe uma distinção importante entre duas dimensões de análise das modalidades de confiança: no nível agregado, das comunidades nacionais, e no nível individual, do cidadão. No nível nacional, há evidências de associações consistentes entre confiança social e confiança institucional. Newton e Norris (2000) apuraram correlações que chegaram a .62 na análise de 34 casos do WVS (World Values Survey)<sup>9</sup>. Lagos (2000) comparou os níveis de confiança social registrados no Latinobarómetro de 1996 com dados de países europeus do WVS de 1990 e constatou que nos países da América Latina se encontravam em patamar rebaixado. A pesquisadora sustentou que a baixa confiança social é o cerne da desconfiança nas instituições verificada nos países latino-americanos. Power e Jamison (2005) cotejaram dados do WVS para a confiança social e a confiança nos membros do Legislativo. Os autores observaram que, nos sete países latino-americanos analisados, ambas se apresentavam em níveis coincidentemente baixos, se comparadas às democracias antigas. A dupla de pesquisadores sustentou que, na América Latina, não se pode analisar a desconfiança institucional sem levar em conta o contexto mais geral de desconfiança.

No nível individual, a confiança interpessoal parece variável menos promissora para explicar as dinâmicas envolvidas no apoio institucional. Ela pode reforçar laços dentro de grupos particulares, mas aumentar o isolamento e a rejeição a elementos de fora desses grupos. Della Porta (2000), por exemplo, chama de mau capital social às interações entre grupos ligados à corrupção na Itália. Sua resultante é, em última análise, nociva ao funcionamento das instituições e à democracia, prejudicando o atendimento de interesses, o uso de recursos públicos, a *accountability* e a confiabilidade dos processos de governo.

A associação entre a confiança social e a confiança política no nível individual também espera evidências empíricas mais robustas para ser confirmada. Newton e Norris (2000) encontraram correlações consistentes entre as duas modalidades, numa análise de dados do WVS envolvendo 17 democracias industriais avançadas. A força dessa correlação, no entanto, foi

---

<sup>9</sup> O teste estatístico se referiu a 17 democracias industriais, em duas ondas do WVS (1980-1984 e 1990-1993). As instituições comparadas foram a polícia (.62), o sistema legal (.51), as Forças Armadas (.28), o Parlamento (.38) e os serviços públicos (.40).

fraca<sup>10</sup>. Em outro estudo, Newton (1999a) agregou mais de 52 mil observações individuais, em uma dúzia de países, e encontrou correlação tachada de desprezível. Ao comparar diferentes grupos sociais dentro de cada país, o autor concluiu que a confiança social e a política variam no nível individual com um padrão que dificulta generalizações. Um exemplo: na Turquia, os mais escolarizados demonstram maior confiança política e menor confiança social, enquanto na Lituânia é o inverso; na Índia, a escolaridade importa pouco na definição da confiança política ou da social. A partir desses dados, o autor sustentou que a desconfiança política não é gerada predominantemente por fatores sociais ou econômicos, mas por elementos políticos, sobretudo o retrospecto e a inclinação do partido no governo.

No caso do Brasil, Moisés e Oliveira (2005) não apuraram significância estatística para a desconfiança social como fator explicativo da desconfiança institucional ou da insatisfação com a democracia. Seu estudo, no entanto, encontrou consistência estatística para a região da América Latina, com 54 mil casos individuais, provindos de 17 países representados nos *surveys* do Latinobarómetro de 1997, 2000 e 2001.

Como se observa, as evidências no nível agregado mantêm de pé, nesse aspecto, parte das teorias do capital social e do pós-materialismo de Inglehart, mas são necessárias investigações mais aprofundadas para compreender em detalhes as relações entre as duas modalidades de confiança. No nível individual, não há sinais fortes de que a pessoa que confia mais nos seus concidadãos tenda a ter maior confiança nas instituições. Os dados sugerem que a confiança institucional estaria distribuída de maneira mais ou menos aleatória entre pessoas com diferentes características socioeconômicas e graus de confiança interpessoal. Isso ocorreria porque o que mais importa na determinação da confiança política é o desempenho dos governos e das instituições, que afetam todos os integrantes da coletividade – ainda que a influência não tenha a mesma intensidade para todos. Se sou um cidadão que confio nos meus compatriotas, sou afetado por um eventual mau desempenho institucional assim como meus concidadãos que não depositam confiança na maioria das pessoas.

---

<sup>10</sup> O  $r$  de Pearson encontrado variou de .09, para o Parlamento e para o sistema legal, a .01, para as Forças Armadas.

Para o presente estudo, importa constatar que a relativa independência das duas modalidades de confiança no nível do indivíduo demonstra que o cidadão desenvolve confiabilidade em relação ao sistema político em bases diferentes das que forjam a confiança social. Mas quais seriam essas bases? Para ir adiante, torna-se indispensável avaliar as características específicas da confiança política e de suas dinâmicas. O primeiro passo é compreender seu caráter multidimensional.

## **1.2. As dimensões do apoio político**

Não são raros os estudos acadêmicos que tratam a confiança política como variável unidimensional e monolítica, referindo-se a ela para designar do apoio a políticos com nome e sobrenome até o sentimento de identidade com a comunidade nacional. Por esse raciocínio, seria de se esperar que a adesão à democracia e o apoio às instituições tivessem dinâmicas semelhantes ou, pelo menos, flutuações no mesmo sentido. Mas a verdade é que estamos diante de cenários bem diferentes quando, por exemplo, um cidadão manifesta desconfiança numa legislatura do Congresso e outro expressa descrédito em relação aos princípios da democracia.

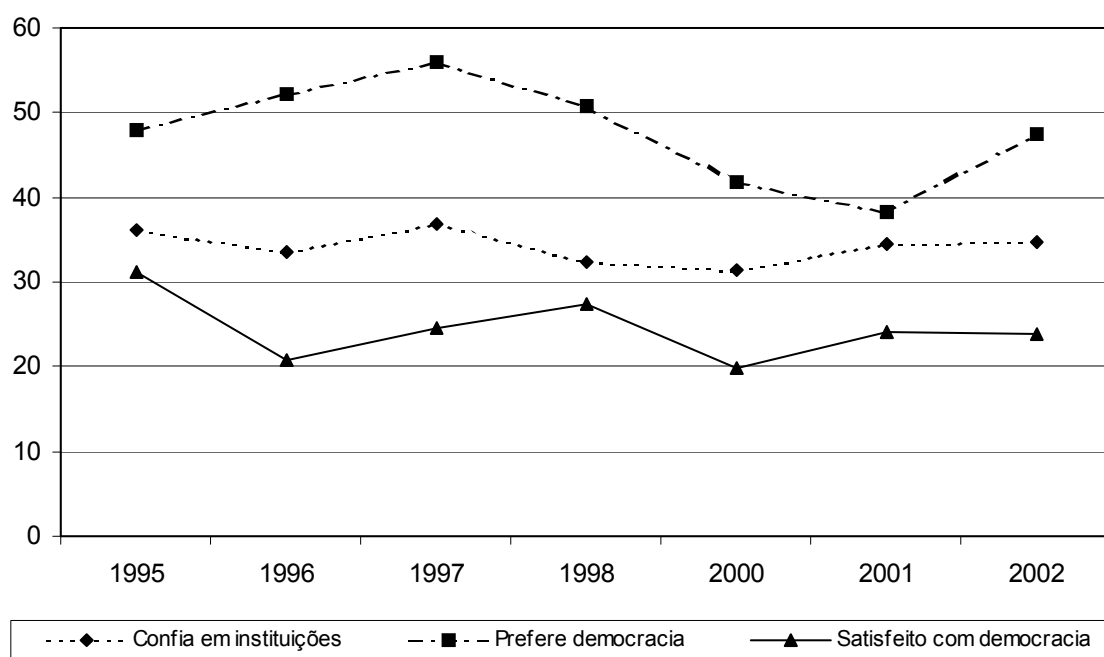
A primeira relação tem caráter pontual, imediato e nela o cidadão se baseia em critérios muito diferentes dos utilizados para avaliar os princípios do regime, tão abrangentes como as expressões “liberdade, igualdade e fraternidade”. As conseqüências de abalos na confiança em um e outro caso também são bem diversas. Parlamentares que traem a confiança de seus eleitores podem ser banidos da cena política, bastando para isso que o eleitor lhes negue votos nas próximas eleições. No final, o apoio ao regime democrático pode sair fortalecido. Por outro lado, rachaduras no apoio à democracia podem provocar apatia, resistência a cooperar e, no limite, conspirar contra o regime.

É conhecida a polêmica entre Miller (1974) e Citrin (1974) envolvendo a interpretação sobre a queda na confiança política verificada nos Estados Unidos, no início dos anos 1970. Enquanto Miller sustentava se tratar de sinal de que as instituições democráticas estavam ameaçadas, Citrin a entendia como insatisfação de caráter mais conjuntural, relacionada à avaliação dos políticos

então no poder. O tempo parece ter dado razão à Citrin, mostrando que o apoio político nas autoridades "do dia" caminha descasado da adesão aos princípios democráticos.

O apoio a diferentes níveis do sistema político é percebido de maneira diferenciada pelo cidadão. Isso fica claro pelos resultados de sucessivos *surveys* em que a confiabilidade de cada esfera recebe avaliação específica, por vezes com sinais divergentes.

### Quadro 1.1 – Confiança institucional x satisfação com a democracia x apoio ao regime, no Brasil (em %)



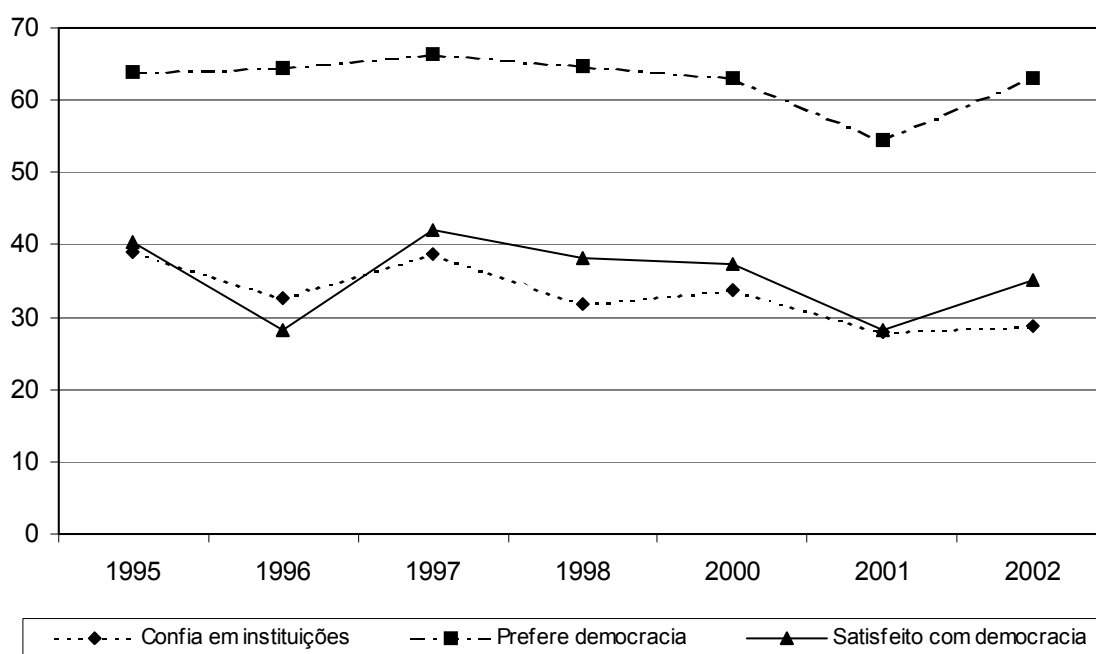
Fonte: Moisés e Oliveira (2005) /*Latinobarómetro, 1995 a 2002*

**Confia em instituições** – "Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, um pouco de confiança ou nenhuma confiança em...?" Percentuais indicam média das respostas "muita confiança" e "alguma confiança" em quatro instituições: Forças Armadas, Judiciário, Congresso Nacional e partidos políticos. **Satisfeito com a democracia** - "Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no seu país?" Percentuais indicam respostas "muito satisfeito" e "satisfeito". **Prefere a democracia** – "Com qual das frases a seguir você concorda mais: a democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível; não importa se o regime é autoritário ou democrático". Percentuais indicam opção pela primeira alternativa.

No caso brasileiro, a dissociação entre adesão à democracia, satisfação com o funcionamento do regime e apoio às instituições é apoiada por evidências robustas, levantadas por diferentes pesquisadores (Moisés, 1995; Baquero, 2002;

Meneguello, 2005; Moisés e Oliveira, 2005). Analisando dados do *survey* Eseb-2002, que utilizaremos nesta pesquisa, Meneguello (2005) obteve evidências de que a satisfação com o funcionamento da democracia estaria dissociada da avaliação do desempenho das instituições – exceção feita à avaliação do governo federal. Moisés e Oliveira (2005) se debruçaram sobre resultados do Latinobarómetro e colheram sinais de que o apoio à democracia não acompanha a flutuação da aprovação ao funcionamento concreto do regime, cada um oscilando com uma curva própria ao longo do tempo, como se vê no quadro 1.1<sup>11</sup>.

**Quadro 1.2 – Confiança institucional x satisfação com a democracia x apoio ao regime, na América Latina (em %)**



Fonte: Moisés e Oliveira (2005)/Latinobarómetro, 1995 a 2002

**Confia em instituições** – "Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, um pouco de confiança ou nenhuma confiança em...?" Percentuais indicam média das respostas "muita confiança" e "alguma confiança" em quatro instituições: Forças Armadas, Judiciário, Congresso Nacional e partidos políticos. **Satisfeito com a democracia** - "Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no seu país?" Percentuais indicam respostas "muito satisfeito" e "satisfeito". **Prefere a democracia** – "Com qual das frases a seguir você concorda mais: a democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível; não importa se o regime é autoritário ou democrático". Percentuais indicam opção pela primeira alternativa.

<sup>11</sup> Agradeço a José Álvaro Moisés e Gabriela Oliveira pela cessão dos dados que permitiram a reprodução deste quadro e do quadro 1.2, originalmente publicados em Moisés e Oliveira (2005).

O mesmo se passa na América Latina (Lagos, 2000; Moisés e Oliveira, 2005). Na verdade, tanto no caso brasileiro quanto no de outros países latino-americanos constata-se um aparente paradoxo: níveis muito baixos de confiança nas instituições convivem com avaliações predominantemente positivas sobre os princípios da democracia. No Brasil, no final dos anos 1990 e início desta década, a confiança institucional oscilou na faixa entre 30% e 40%, enquanto a preferência pela democracia esteve entre 38% e 56%. Na América Latina, o nível usual de apoio às instituições ficou entre 30% e 40%, enquanto a democracia teve a preferência de 55% a 67% dos entrevistados pelo Latinobarómetro, como se vê no quadro 1.2. Ainda é possível observar que a satisfação com a democracia mostra flutuação por vezes divergente em relação às duas outras variáveis, caindo em períodos em que elas se mostram ascendentes.

Assim, são claros os ganhos que se obtêm, em termos de compreensão da realidade, com uma visão multidimensional do fenômeno da sustentação política. Almond e Verba (1968) já diferenciavam, na atitude dos cidadãos em relação ao sistema político, os conceitos afetivos e avaliativos. Os primeiros representariam a aceitação ou identificação com princípios, enquanto os conceitos avaliativos envolveriam julgamento de seu desempenho concreto ou de sua adequação. Easton (1968) deu uma contribuição decisiva para o entendimento da sustentação política, ao distinguir entre apoio difuso e apoio específico. O autor definia o primeiro como a atitude diante da política e do funcionamento do sistema político – uma convicção de fundo, refratária a mudanças conjunturais, que representaria melhor a legitimidade do sistema e das instituições e seria até independente dos benefícios gerados para o indivíduo. Em contraste, o apoio específico estaria intimamente relacionado a ações e desempenho do governo e das elites políticas, tendo caráter mais imediato.

Em trabalho mais recente, Norris (1999) e outros pesquisadores desenvolveram cinco níveis em que se subdividiria a sustentação política. O primeiro envolveria o *apoio à comunidade política*, usualmente entendido como ligação com a nação, para além das instituições concretas de governo, e uma disposição geral de cooperar politicamente com os outros integrantes da coletividade. O segundo representaria a *identificação com os princípios centrais* do regime político e seus valores. No caso da democracia, embora não haja uma



interpretação única, estaríamos falando de valores como liberdade, participação, tolerância e moderação, respeito pelos direitos institucionalizados e pelas leis. Um nível intermediário, o terceiro, envolveria a *avaliação da performance concreta do regime*, significando aprovação ou reprovação da forma como um sistema – seja ele autoritário ou democrático – funciona na prática. O *apoio às instituições* do regime apareceria no quarto nível, englobando a atitude em relação ao Estado nacional, a Executivo, Legislativo e Judiciário, aos partidos políticos, à burocracia estatal, às Forças Armadas e à polícia. Por fim, o quinto nível se referiria ao *apoio a atores políticos e às autoridades*, incluindo a avaliação dos políticos como grupo e como agentes individuais, particularizados. Estamos falando do político “x”, mas também da classe política e do grupo abstrato “autoridades”.

A constatação de que a confiança política é multidimensional coloca novos problemas para o pesquisador. Um deles é estabelecer as relações entre apoio à democracia, satisfação com sua performance e confiança nas instituições democráticas. Uma vez que as três dimensões têm dinâmicas próprias, com diferentes fatores causais e conseqüências, a questão da legitimidade democrática ganha maior complexidade. A desconfiança institucional, por exemplo, ameaça a sustentação da democracia? A insatisfação com o funcionamento concreto do regime impacta diretamente o apoio às instituições ou é fruto dele?

Para resultados mais precisos, a pesquisa exige definição clara do objeto de estudo, de forma a permitir mapear melhor as relações de causalidade envolvidas. Por conta disso, adotei como objeto deste estudo um recorte da confiança política, me atendo aos níveis mais básicos do apoio ao regime, que se referem aos atores políticos e às instituições diretamente relacionadas ao funcionamento da democracia. Várias razões explicam essa opção.

De um lado, atores e instituições políticas são as dimensões mais presentes na cobertura jornalística da mídia, os entes políticos sobre os quais há maior escrutínio da população via meios de comunicação – inclusive por sua adequação ao nível de abstração com que trabalham os veículos de comunicação, explicado por sua lógica de produção, distribuição e consumo. São esparsas, por exemplo, as reportagens sobre a democracia em si, um tema árido para o leitor e o espectador médios. O usual é tratar do governo Lula, do ex-

deputado José Dirceu, do candidato Serra, do Bolsa-Família, do Bilhete Único, do Congresso ou do PMDB. São eles que emprestam a face concreta à democracia no universo simbólico do cidadão.

Por isso, constituem um objeto privilegiado para a observação do impacto da exposição à mídia nas atitudes e comportamentos do cidadão. Diversos autores sustentam que a avaliação dos políticos tem relação estreita com a exposição à mídia (Patterson, 1993; Listhaug, 1995; Pharr, 2000; Della Porta, 2000, Chaia, 2004), e parte da literatura defende que a mídia pode influir na visão global do cidadão sobre a política (Robinson, 1976; Miller et al., 1979; Capella e Jamieson, 1997; Putnam, Pharr e Dalton, 2000). Corrente relevante sustenta que os meios de comunicação levariam ao indivíduo uma representação do universo político com viés anti-institucional – desfavorável aos partidos e às disputas eleitorais, por exemplo – e carregada de cinismo, gerando desconfiança e apatia, como discutiremos no próximo capítulo.

Outro fator que explica o foco deste trabalho em atores políticos são as evidências de que, em democracias mais tradicionais, é o apoio a essa dimensão do sistema político que tem mostrado maior declínio ao longo das últimas décadas. Nos Estados Unidos, a maior parte dos estudos tem apontado essa tendência, a exemplo de Putnam, Pharr e Dalton (2000). Dalton (1999) verificou que em outras democracias de países industrialmente avançados o fenômeno se repetiu. Comparando *surveys* que fazem perguntas comuns sobre o tema<sup>12</sup>, o autor verificou erosão consistente no apoio aos políticos em 11 dos 14 países analisados<sup>13</sup>.

O interesse pelas instituições se explica em parte pela constatação de que a confiança nelas tem sofrido erosão (Norris, 1999; Dalton, 2000; Putnam, Pharr e Dalton, 2000). Embora construir séries históricas de dados de *surveys* sobre o

---

<sup>12</sup> Dalton utilizou diferentes *surveys* nacionais na comparação. Em alguns países, estavam disponíveis dados em resposta à pergunta do tipo “Confia no governo?”. Em outros, havia enunciados mais específicos, como “Políticos não se importam com o que pensam os cidadãos?” ou “Só estão interessados em votos?” ou ainda “A maioria dos políticos é desonesta?”.

<sup>13</sup> Esses países são: Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Inglaterra, Islândia, Itália, Japão, Noruega e Suécia. Noruega e Dinamarca não demonstraram padrão consistente, com alguns indicadores apontando elevação e outros, queda. Na Holanda, o prestígio dos políticos melhorou no período entre 1971 e 1994, mas teve tendência inversa se considerado o período entre 1977 e 1994. Na mesma direção vão os dados analisados por Putnam, Pharr e Dalton (2000), que mostraram declínio – com diferentes níveis – em 12 dos 13 países para os quais encontraram dados sistemáticos. Esses países são: Alemanha, Áustria, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Inglaterra, Islândia, Itália, Japão, Holanda, Noruega e Suécia.

tema seja um desafio difícil de vencer por completo, é possível detectar tendências sobre a evolução da confiança institucional ao longo das últimas décadas. Grosso modo, as análises demonstram declínio da confiança em instituições públicas, agravada no caso das relacionadas ao funcionamento da democracia representativa, como partidos e Congresso (Dalton, 1999; Newton e Norris, 2000; Putnam, Pharr e Dalton, 2000), e das relacionadas à autoridade (Listhaug e Wiberg, 1995; Inglehart, 1999).

Nos países latino-americanos, essas instituições também gozam de confiança em patamares persistentemente baixos. O Brasil carece de dados que permitam avaliação detalhada da confiança institucional ao longo do tempo. A partir dos poucos dados disponíveis, Moisés (1995) detectou elevação no apoio aos partidos políticos no final do regime militar, mas estabilização próxima ao patamar de 50% no final dos anos 80 e início dos 90. Cotejados a esses dados, as evidências apresentadas por Baquero (2002) sugerem queda na confiança nos anos seguintes. O autor relata níveis de desconfiança institucional superiores a 50%, chegando a 88% no caso dos partidos, no final da década de 1990<sup>14</sup>.

A escolha da confiança institucional como objeto deste estudo também leva em conta o papel crucial que desempenham no funcionamento da democracia e as características específicas dessa modalidade de confiança, que merecem tratamento mais detalhado.

### **1.3. A confiança nas instituições**

Nas sociedades impessoais e de massa em que vivemos, as instituições têm papel essencial na integração dos indivíduos, com suas regras, procedimentos e condutas presentes no cotidiano da sociedade. São elas que viabilizam a convivência coletiva, do nível mais básico de interação – uma lei de trânsito que pune quem passa no semáforo vermelho – ao mais sofisticado – a gestão monetária do Banco Central, por exemplo. Na esfera política, as instituições substituem o conjunto dos cidadãos, que não poderia estar todo o tempo reunido tomando decisões, como na democracia dos antigos. Dessa forma,

<sup>14</sup> Seu artigo reproduz dados da Encuesta Panamericana de 1998. O percentual se refere aos entrevistados que disseram confiar pouco ou não confiar nas instituições. Os resultados são: tribunais, 65,1%; Congresso, 87,4%; Imprensa, 43,2%; TV, 48%; Igreja, 25,2%; e partidos, 88,3%.

elas articulam a distribuição social do ônus e do bônus de participar da comunidade política. No ambiente democrático, em que os atores aceitam a incerteza dos resultados dos conflitos, são as instituições que definem probabilidades prévias de satisfação dos interesses de cada grupo (Przeworski, 1986). Por essas e outras características, as instituições já foram definidas como fundamentais para a estabilidade política (Crozier, Huntington e Watanuki, 1975), como geradoras de um ambiente de confiança (Offe, 2001) e como equivalente funcional da confiança interpessoal (Cohen, 1999), além do já citado papel de meio informal de coordenação para as ações coletivas.

Na análise de seu papel no apoio político, é preciso observar as instituições para além da função que lhes atribui parte da literatura neoinstitucionalista – balizadoras das escolhas estratégicas de atores auto-interessados, por meio de constrangimentos ou incentivos para suas decisões e ações. O funcionamento das instituições pressupõe fundamento moral, isto é, uma dimensão normativa comum à comunidade política. Instituições são normas de ação que se cristalizaram e a expectativa de que essas normas serão honradas (Cohen, 2001). As leis, por exemplo, funcionam como parâmetros de ação no ambiente social, mas também podem ser vistas como valores culturais institucionalizados. Até se transformar em balizadora de comportamento consagrada no direito positivo, uma regra percorre um longo caminho de discussão, decantação e legitimação. No mínimo, seus autores são portadores de legitimidade para criar regras que irão se aplicar a toda a sociedade. Daí seu substrato normativo.

Por isso, podemos pensar a confiança nas instituições como construída sobretudo a partir de dois fatores: sua justificação fundadora e a forma como essa justificação se concretiza – ou não – na vida prática. No primeiro caso, estamos falando do pressuposto normativo que há para a criação e o funcionamento da instituição – ou seja, sua missão – que se define no ambiente discursivo da sociedade e guarda relação com os valores dos integrantes da comunidade política. Generalizando, a polícia existe para manter a segurança pública e prender criminosos; o Congresso, para fazer leis e controlar o Executivo; os partidos, para servir de referência a setores da população, apresentar programas administrativos e, uma vez no governo, aplicá-los. É justamente a qualidade substantiva das instituições, sua plausibilidade moral e seu sentido normativo que

fazem com que sejam depositárias de confiança (Offe, 2001). Confiar em uma instituição é reconhecer como válidos os valores que ela incorpora e considerar que esses valores fazem sentido para um número consistente de participantes da comunidade política.

A segunda dimensão decisiva para a confiabilidade envolve a avaliação sobre a performance da instituição, entendida como sua eficiência propriamente operacional. Nesse eixo, a confiança do cidadão depende de a instituição realizar a contento seu programa fundador. Se a polícia não prende, o Congresso não legisla e o partido não representa, não há por que merecerem a confiança do cidadão – não importando quanto cada uma dessas atividades é indispensável para o funcionamento da comunidade ou está de acordo com os valores dos indivíduos.

Naturalmente, quando se fala de desempenho, não se pode perder de vista o critério com que os cidadãos julgam essa performance. Assim, mesmo interpretações que dêem centralidade à operacionalidade das instituições necessariamente devem se colocar esta pergunta: seu desempenho é bom ou ruim segundo qual critério utilizado pelos cidadãos na avaliação? Não há como escapar do fato de que, no julgamento tácito feito pelos indivíduos, é a justificação normativa das instituições que dá a régua com que irão medir seu desempenho propriamente operacional. Como afirma Moisés (2005, p. 42), "os julgamentos dos cidadãos para decidir confiar em instituições referem-se à performance destas, mas, ao mesmo tempo, tomam por base a avaliação da consistência e da coerência internas de suas normas, mais do que as avaliações estritas do comportamento individual dos seus gestores e administradores". Parte robusta da literatura admite essa combinação do universo normativo, baseado em valores e afetos, com a avaliação racional do desempenho das instituições (Warren, 1999; Lipset, 1981; Offe, 2001; Listhaug e Wiberg, 1995). De fato, não há motivos para contrapor o substrato normativo dessa avaliação à racionalidade dos indivíduos.

Há autores que vão além nesse raciocínio, definindo quais os valores que importam na avaliação das instituições democráticas. Moisés e Oliveira (2005), por exemplo, vêem sinais de que a confiança institucional está associada à familiaridade do cidadão com regras, normas e procedimentos emanados do princípio de igualdade de todos perante a lei. Essa modalidade de confiança

também dependeria do aprendizado propiciado pelo funcionamento das instituições de governo. "Quando elas são capazes de sinalizar universalismo, imparcialidade, justiça e probidade nos procedimentos, assegurando que os interesses do cidadão serão levados em conta pelo sistema político, as instituições gerariam solidariedade e ganhariam a confiança do cidadão<sup>15</sup>", afirmam (p. 28). Em contraste, quando a ineficiência ou a indiferença institucional prevalecem diante das demandas que tentam reforçar direitos assegurados por lei, os autores acreditam que práticas de corrupção, fraude ou desrespeito pelo interesse público possam se generalizar, instalando uma atmosfera de suspeita, descrédito e desespero, que comprometeria a aquiescência à lei e às estruturas que regulam a vida social.

Parto de um pressuposto teórico em princípio mais modesto, embora reconheça o avanço de concepções que aceitam o desafio de indicar concretamente que conjuntos de valores importam no julgamento das instituições – a exemplo das que definem valores como imparcialidade, solidariedade e transparência como sendo o cerne da confiança nas instituições do regime democrático (Offe, 2001). Considero plausível pensar que não são apenas valores com sentido ético positivo que pautam o julgamento dos indivíduos. A equação pode ser mais complexa. O auto-interesse, quando convergente para um número suficiente de indivíduos, pode ser a fita métrica usada nessa medição. É razoável imaginar instituições depositárias de confiança mesmo cumprindo missões contrárias a princípios democráticos. Pensemos, por exemplo, numa polícia que mata suspeitos sumariamente, sem que sejam submetidos aos devidos ritos processuais para estabelecer de forma inequívoca sua culpa, numa comunidade em que a maioria dos cidadãos julgue essas execuções uma forma adequada de estabelecer a segurança pública. Ou em um Congresso cujos membros se pautem por interesses locais e tenham práticas clientelistas eficientes, no sentido de prover suas bases com benesses extraídas ao Executivo. Ou em um governo que contribua para a concentração de renda, mas faça crescer o Produto Interno Bruto e o rendimento *per capita*. Em todos esses casos, podemos supor que poderiam gozar de confiança crescente. Isso pode acontecer porque a missão da instituição se define na esfera discursiva da sociedade e depende

---

<sup>15</sup> O trecho original, em inglês, foi traduzido por mim.

fundamentalmente da interpretação que lhe dão os cidadãos, não tendo necessariamente que ser coerente com doutrinas democráticas – inclusive porque não existe hierarquia de valores que seja consensual entre as várias doutrinas.

Ocorre que, no regime democrático, há grande coincidência entre os valores fundadores do regime e a missão das principais instituições políticas, como voto, Congresso e partidos. A existência da própria instituição se fundamenta na idéia de democracia. Portanto, é esperado que encontremos valores como tratamento igualitário, justiça nos procedimentos, solidariedade e transparência como critérios destacados para o julgamento de *parte* das instituições. Assim como é esperado que o desempenho econômico, medido em termos de benefícios concretos para os cidadãos, seja um critério destacado para a avaliação de *parte* das instituições nas sociedades capitalistas, em que a obtenção de bens materiais tem centralidade no sistema normativo dos indivíduos. Valores democráticos e valores econômicos são dois critérios importantes na avaliação das instituições, mas possivelmente não esgotem as possibilidades disponíveis no universo simbólico dos cidadãos. O apreço pela competitividade, por exemplo, pode ser valor decisivo para balizar o julgamento sobre o sistema educacional, em uma comunidade que valorize a disputa entre seus integrantes; a religiosidade, em uma sociedade que preze valores espirituais; e assim por diante. "O apoio às instituições depende das atitudes e dos valores dos indivíduos. Quais atitudes e valores são importantes, e a força dessas relações, variam conforme as instituições", afirmam Listhaug e Wiberg (1995, p. 301).

Em resumo, minha abordagem implica admitir a relevância dos valores para entender e explicar os sistemas políticos, mas abre mão de definir *a priori* quais são os valores predominantemente associados a determinado regime – no caso, o democrático. Nesse sentido, se diferencia em alguma medida dos trabalhos clássicos da cultura política e de alguns estudos contemporâneos da área. Aqui, parece prudente explicitar onde penso me localizar diante dos diferentes ramos da literatura. A tarefa envolve o risco de incorrer em algum esquematismo, talvez necessário para contrastar melhor as diferentes abordagens.

Para a linha culturalista clássica, representada pelos estudos de Almond e Verba (1968), haveria características culturais que seriam mais favoráveis à democracia, conformando uma cultura cívica cidadã. Seria um contexto sociocultural resultante de evoluções históricas de séculos, consolidadas em tradições e formas predominantes de interação interpessoal, não sendo passíveis de serem criadas em prazos mais curtos. É essa, por exemplo a idéia subjacente à abordagem de Tocqueville (1998), quando no início do século XIX elogia os costumes dos norte-americanos, voltados à participação e à articulação coletiva de interesses e respostas às demandas. Os estudos de Putnam (1993) sobre as diferenças regionais na Itália são caudatários dessa corrente. Eles apontam maior compatibilidade dos costumes e hábitos do norte italiano com ações coletivas de maior sucesso, gerando impacto positivo no funcionamento das instituições e no desenvolvimento econômico. De outro lado, no sul do país predominaria a cultura da desconfiança, com baixa confiança interpessoal e escassa disposição para colaborar em ações coletivas. Perspectiva próxima adota Inglehart, que em muitos trabalhos associa a tradição religiosa das sociedades com o nível de confiança interpessoal e o desenvolvimento econômico<sup>16</sup>.

Percebe-se que, nesse ponto, estamos falando de uma cultura política perene, com traços forjados ao longo da história e que se expressa em práticas arraigadas nas comunidades nacionais ou regionais. Ela teria características estáveis no tempo, fruto da adesão do indivíduo às concepções normativas dominantes, sobretudo por conta da socialização. Empiricamente, essa abordagem trabalha com níveis de agregação mais elevados, em que a unidade de observação são comunidades amplas, pois a idéia é fotografar o ambiente sistêmico. Para sintetizar, digamos que se trate de uma cultura política baseada na herança histórica, que contaminaria de maneira decisiva as microrrelações sociais.

Por essa corrente, a democracia teria dificuldades em se estabelecer ou durar em comunidades que não dispusessem de tradições adequadas ao regime. Determinadas sociedades teriam culturas cívicas simplesmente incompatíveis com a democracia, pelo caráter passivo dos cidadãos e sua pouca disposição de agir coletivamente. Seguindo essa interpretação, um país como o Brasil estaria

---

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, Inglehart (2000).



fadado a conviver com arranjos não-democráticos ou não completamente democráticos, a julgar pela noção de cidadania incompleta descrita em obras que vão dos primórdios das Ciências Sociais – a exemplo de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1984) – até trabalhos mais recentes – como é o caso de *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho (2001).

Uma versão matizada das teorias sobre cultura política dá importância aos costumes e valores dos cidadãos para o bom funcionamento democrático, mas admite que esses hábitos não são necessariamente persistentes no tempo. Afinal, tradições e heranças culturais costumam trazer elementos contraditórios – uma cultura com traços autoritários pode conviver com facetas igualitárias e outra, com elevado individualismo, pode privilegiar a solução negociada dos conflitos, por exemplo. Além disso, as tradições e a própria historiografia são todo o tempo reinterpretadas e recriadas, levando em conta a vivência social concreta. Mais: o próprio redesenho institucional pode forçar rearranjos nos costumes da comunidade, inclusive no curto prazo. Passar a eleger diretamente o presidente da República pode mudar a visão dos cidadãos sobre o voto, os partidos e o sistema político, modificando sua forma de organizar e defender seus interesses.

Parte relevante dessa corrente – vamos chamá-la de versão "soft", de modo a facilitar a descrição – admite que a cultura política interfere no funcionamento democrático, mas dá nova interpretação para o que seja cultura política. Se existem costumes políticos virtuosos, eles podem emergir também em função do desenho e do funcionamento das instituições. Moisés e Oliveira (2005), por exemplo, caracterizam como central para a avaliação do sistema político a experiência concreta do cidadão com suas partes integrantes, usando nessa tarefa sua orientação normativa e critérios racionais. Vão nessa linha vários estudos contemporâneos já citados (Warren, 1999; Offe, 2001; Listhaug e Wiberg, 1995; Power e Jamison, 2005).

Trata-se de dar centralidade à experiência vivida pelo indivíduo, mais do que àquela vivenciada e acumulada pela comunidade no longo prazo. Do ponto de vista temporal, é a diferença entre se referir a 10, 20 ou 30 anos, de um lado, e falar de séculos, do outro. Estamos diante da cultura política entendida como fenômeno mais conjuntural e efêmero. Retomando o exemplo do Brasil, essa linha em princípio tem maior preocupação com os anos transcorridos desde a

redemocratização da década de 1980 do que com investigações sobre um eventual caráter autoritário forjado na cultura política nacional desde os tempos da colonização. Da mesma forma, essa abordagem se permite usar como unidade de observação os indivíduos, além das comunidades nacionais, já que tão relevante quanto avaliar variáveis com caráter sistêmico é contrastar diferentes vivências tidas pelos cidadãos, com suas identidades e características socioeconômicas distintas. Estão em questão também o arcabouço normativo do indivíduo e seu mundo simbólico, com seus valores e afetos.

Portanto, esse segundo ramo guarda distinções em relação à escola original da cultura política também no que se refere à pesquisa, pois a abordagem tradicional toma como variável independente as tradições no relacionamento social. Para Almond e Verba, não faria sentido pensar em uma cultura política efêmera. Pode-se imaginar que, do ponto de vista desses autores, essa dimensão mereceria outro nome. A cultura política *strictu sensu* se refere a sistemas de atitudes estruturadas, hegemônicas e historicamente definidas no longo prazo.

Mas um ponto de contato decisivo entre as duas concepções é o fato de a cultura política "soft" se apropriar desse elemento central para sua versão clássica, que são os valores e afetos do cidadão – entendidos como sistema de avaliação que utiliza em seus julgamentos subjetivos. Como vimos, é essa a perspectiva assumida por este trabalho. Sem rejeitar a presença de heranças históricas nas microrrelações sociais, opto por lançar luz em fatores que podem afetar mais imediatamente a legitimidade democrática e a confiança em instituições e atores políticos.

#### **1.4. A desconfiança nas instituições**

Estabelecidos os pressupostos teóricos que utilizo para entender a confiança institucional, é preciso me debruçar sobre a compreensão de seu oposto – a desconfiança – e suas possíveis conseqüências para o sistema político. Não é questão sem controvérsias. Como vimos anteriormente, a tensão entre confiança e desconfiança é parte integrante da vida democrática e do debate teórico. É possível dar interpretações diversas e até divergentes para a desconfiança institucional. Ela pode minar a longo prazo o apoio à democracia?

Ou reflete uma saudável mudança nos valores dos cidadãos das democracias ocidentais, que faz com que sejam mais críticos em relação a autoridades sobre as quais de fato têm controle limitado?

Num sentido genérico, muitos autores enxergam na desconfiança papel fundamental para a democracia. Ela é vista como responsável pela criação e manutenção de um ambiente de confiança. Para Sztompka (1999), boa parte dos próprios princípios constitutivos da ordem democrática representa a institucionalização da desconfiança. Há mecanismos de controle que funcionam como uma espécie de seguro contra aqueles que se disponham a quebrar a confiança e um corretivo para os que efetivamente cheguem a violá-la. Este é, para o autor, o "primeiro paradoxo da democracia": na vida democrática, quanto mais desconfiança institucionalizada houver, mais será acompanhada de confiança espontânea (p. 140).

Offe (2001) defende que a confiança social é o que sobra após metódica invalidação das razões para desconfiança. No ambiente discursivo das sociedades modernas, uma pessoa digna de confiança é aquela que se expõe a exame contínuo e detido pelos outros e mantém sua reputação. Por essa linha, o fundamento da confiança numa democracia é o fato de haver múltiplas oportunidades institucionalizadas de checagem da desconfiança – por meio de sucessivas eleições, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Para Warren (2001), o que torna mais robusta a confiança em autoridades é a possibilidade de desafiar-las e o conhecimento dessa possibilidade por quem confia e por quem é confiado. Cohen (2001) vai além, ao afirmar que a legitimidade política nas modernas democracias tem como fonte a possibilidade de contestação na esfera pública. A aquiescência a normas de procedimento, práticas e políticas depende fundamentalmente de estarem abertas à interferência e revisão pelos cidadãos. Interpretações nessa direção permitem concluir que os governos são mais responsivos diante de sociedades civis cujo vigor se expressa por meio da desconfiança (Putnam, Pharr e Dalton, 2000).

Esses princípios gerais servem de base para concepções em que a desconfiança institucional é tomada em chave positiva. É possível pensar no cidadão que desconfia não como alguém que se coloca à margem da comunidade política, não abraça seus princípios democráticos ou trabalha contra eles.

Podemos pensar no cidadão que desconfia como indivíduo cuja saudável suspeita tem papel relevante para o bom funcionamento do regime. A participação na *polity* abrange também uma dimensão crítica e ativa (Marshall, 1967; Mouffe, 1992; Leca, 1992), que torna plausível pensar em indivíduos que se sentem identificados com a comunidade política e seus princípios, ao mesmo tempo em que querem transformar suas instituições (Stokes, 2002). Alguém cuja cidadania ativa se realiza pela participação, mas também por meio do questionamento de autoridades, instituições e políticas.

Estaríamos diante do "cidadão crítico" ou democrata insatisfeito, nas palavras de Norris (1999). Um indivíduo que apóia a democracia, mas mostra rigor na avaliação de seu desempenho concreto e no das instituições do regime. Para a autora, é principalmente a qualificação cognitiva do cidadão, baseada em maior escolaridade e acesso à informação, o motor do processo de reforma de valores que levaria a essa atitude mais crítica. O processo, diz, é uma das possibilidades para explicar tendências sustentadas de aumento da desconfiança institucional verificada em democracias mais antigas, que, no entanto, não se refletem em queda no apoio aos princípios democráticos. Investigar essa hipótese significa trabalhar empiricamente também com observações no nível individual, pois se espera que os públicos mais informados sejam justamente os que expressam maior ceticismo diante das instituições e de sua performance.

Por caminhos diferentes, a teoria pós-materialista de Inglehart (1999) chega a um destino próximo, pois também se baseia na mudança de valores para explicar os atuais níveis de desconfiança. Para o autor, a tendência de idealizar e ter atitude de deferência diante das autoridades, que caracteriza as sociedades marcadas pela escassez, teria sido substituída por postura mais crítica e reivindicativa dos públicos das sociedades pós-industriais. Estaríamos diante da superação da autoridade de base racional-legal, definida por Weber (1991, p. 57) como "a que se impõe em razão da 'legalidade', em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma 'competência' positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas". O eleitorado estaria mais avesso à autoridade baseada na hierarquia e mais propenso a participar da vida democrática por canais não-eleitorais. É característica desse cidadão questionar as fontes tradicionais de legitimidade e autoridade política, sobretudo o governo

representativo e instituições baseadas na hierarquia, como Igreja, polícia e Forças Armadas. Na base de tudo estaria o desenvolvimento econômico, que teria contribuído para que as sociedades materialmente avançadas criassem cidadãos mais preocupados com a auto-expressão do que com a satisfação de suas necessidades materiais – cujo atendimento é dado como garantido. Inglehart afirma que o processo não teria atingido os países mais pobres, como o Brasil, nos quais ainda prevaleceria o respeito à autoridade.

A partir dessas idéias, Dalton (2000) argumenta que não há um crescimento generalizado da desconfiança nas democracias antigas, mas uma renovação dos critérios que o cidadão usa para avaliar organizações sociais e políticas. Assim, a legitimidade política não estaria em questão; é a fonte da legitimidade para instituições políticas e sociais que estaria mudando. A legitimidade baseada na autoridade hierárquica não é mais suficiente para o cidadão pós-materialista, que abraça a legitimidade baseada na inclusão. Mas ele demonstra consistentemente mais confiança em instituições que enfatizam a participação e o interesse público. Dessa forma, o cidadão crítico não representaria um risco para os regimes democráticos no plano imediato.

Do outro lado da discussão, estão as interpretações para a desconfiança institucional em chave negativa. O argumento genérico é que ela traria como ônus todos os bônus da confiança, agora com sinal invertido (Offe, 2001). Se a confiança gera cooperação, a desconfiança causaria cinismo; se a confiança traz participação, a desconfiança se traduziria em isolamento; se a confiança leva à coordenação das ações, a desconfiança redundaria em desorganização. No limite, há teóricos que chegam a se perguntar se, assim como a confiança institucional parece indispensável à democracia, a desconfiança seria incompatível com esse regime de governo. O subtexto é que níveis elevados e persistentes de desconfiança poderiam ameaçar a democracia, minando no longo prazo as bases para a legitimidade (Norris, 1999).

Trata-se de uma hipótese à espera de melhores evidências concretas e questionada por parte da literatura. Uma coisa é indagar se a desconfiança institucional pode afetar a legitimidade democrática, entendida como apoio ao regime; outra é perguntar se ela pode ameaçar a manutenção da democracia. Porque legitimidade e regime democrático não têm relação direta de causa e

efeito. No atual estágio do debate sobre o tema na Ciência Política, está razoavelmente consolidada a idéia de que a legitimidade é um dos componentes necessários para instalação e manutenção da democracia, mas não é o único e talvez não seja o mais importante.

Um eixo crucial na discussão sobre as transições de regime ocorridas na terceira onda de democratização foi o papel da legitimidade nesses processos. Parte considerável dos analistas sustentava que a dinâmica cultural envolvida seria determinante para a mudança de regime. Seria a conscientização sobre a relevância de valores como a liberdade de expressão e a igualdade de todos perante a lei que funcionaria como combustível da democratização. Max Weber foi mobilizado na discussão. Os defensores da legitimidade como central para explicar a democratização relembavam a concepção dele de que é a aquiescência dos cidadãos ao poder constituído um dos diferenciais do regime democrático, cuja manutenção não depende do recurso continuado à coerção política.

Przeworski (1986), ao combater a idéia de que a legitimidade é fator central para a mudança de regimes, observou que o que realmente conta é a existência de alternativas políticas organizadas, que em determinado momento se tornam preferíveis. Não foi a falta de legitimidade que determinou o fim das ditaduras latino-americanas. Em termos lógicos, sustentou, não seria impensável que um regime autoritário tivesse aceitação crescente entre os cidadãos, mas isso não lhe garantisse sobrevivência, se o apoio às idéias democráticas atingisse patamar mais elevado. Da mesma forma, um regime autoritário que visse sua legitimidade solapada, mas não concorresse com uma alternativa democrática organizada, poderia sobreviver indefinidamente. Assim, a perda de legitimidade só teria importância quando materializada em sinais concretos de que "algo tem que ser feito" e houvesse uma alternativa clara que indicasse o que fazer.

O autor lembrou que, em *Economia e Sociedade*, Weber (1968, p.57) admitiu que "nem todos os casos de submissão das pessoas às autoridades dotadas de poder estão orientadas primordialmente (ou, às vezes, em nenhuma medida) por esta crença [a legitimidade]. Indivíduos ou grupos inteiros podem simular hipocritamente uma lealdade sobre bases puramente oportunistas, ou colocá-la em prática em razão de seus próprios interesses materiais". O sociólogo

seguia afirmando que "as pessoas podem se submeter por sua debilidade ou impotência individual, porque não existe outra alternativa aceitável".

Essa crítica à visão de fundo culturalista corrente na época repercutiu, a ponto de autores a incorporarem à sua concepção sobre as transições para a democracia. Trata-se de considerar que a questão da legitimidade não pode ser avaliada com foco apenas no regime vigente, mas deve necessariamente levar em conta os regimes concorrentes. "Um regime democrático está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o meio adequado de administrar a vida coletiva em uma sociedade como a sua, e o apoio a alternativas anti-sistema é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças democráticas", sustentaram Linz e Stepan (1996, p. 6), por exemplo.

Isso não significa dizer que o apoio ao regime não tem relação alguma com sua manutenção ou derrocada. Os estudos da escola da escolha racional, que questionam o papel da legitimidade, têm suas limitações<sup>17</sup>. Dar corpo a movimentos anti-sistema para que se transformem em alternativas políticas viáveis certamente envolve dinâmicas atitudinais e sócio-culturais. Mas o questionamento do papel da legitimidade para explicar a democracia desaconselha especulações diretas sobre o impacto da desconfiança na

---

<sup>17</sup> Em primeiro lugar, tratam a democracia como variável binária, em termos de existência ou não de eleições nas quais a oposição tem alguma chance de vencer e tomar posse (ver, por exemplo, Przeworski et al., 1997, pág. 114). Em segundo lugar, mesmo os estudos racionalistas acabam por tropeçar em evidências da importância dos valores para as dinâmicas políticas. O estudo de Przeworski et al. (2003) que se propõe a ser uma síntese sobre as visões culturalistas apurou que, além da renda *per capita*, outros fatores também mostraram prolongar a vida das democracias: a divisão do poder no Legislativo – nenhum partido controlar mais de dois terços das cadeiras – e a mudança periódica do chefe do governo – em intervalos maiores do que dois anos e menores do que cinco anos. Ocorre que essa análise – como de resto boa parte das produzidas por essa abordagem – usa como unidade de observação as comunidades nacionais. Faz toda a diferença. Essa escolha prioriza características globais das nações, tendendo a ser adequada para avaliar o impacto da cultura política da herança histórica, mas dificultando a visualização de eventuais efeitos dos valores no nível individual. As conclusões de Przeworski e colegas, relativas ao nível sistêmico, se desdobradas em análise no nível individual não poderiam esclarecer a relevância de valores para a manutenção democrática? Tentativamente, digamos que a maior longevidade democrática diagnosticada na presença de divisão do poder no Legislativo pode indicar apreço pela tolerância política e pela convivência construtiva. E o sucesso da mudança periódica do chefe do governo bem poderia revelar um elevado nível de crítica dos cidadãos diante da autoridade constituída. Os autores, no entanto, resistem a admitir que em seus estudos empíricos aparecem questões ligadas à legitimidade que contam para o estabelecimento e a manutenção de regimes democráticos. Em terceiro lugar, esses estudos constataram que o desenvolvimento econômico, que apontam como principal preditor de democracia, talvez possa ser consequência de uma “cultura de mercado”. Essa cultura favoreceria o desenvolvimento econômico, e esse desenvolvimento contribuiria para a longevidade das democracias. Ocorre que essa linha de investigação levaria a “regressões infinitas”, segundo os autores, pois se poderia perguntar na sequência o que levaria ao aparecimento da “cultura de mercado”. Assim, dizem, optaram por abandoná-la, mesmo que não seja possível rejeitá-la.

manutenção do regime. Se não é possível descartá-lo, como impossível, é conveniente deixá-lo em segundo plano, por menos provável. Em uma frase: isoladamente, baixa confiança institucional não deve ser interpretada como sinal de ameaça à democracia (Listhaug e Wiberg, 1995). A desconfiança institucional se relaciona mais diretamente à qualidade da democracia – em muitos sentidos, esfera de análise mais rica do que a democracia vista como variável binária, em termos de estar ou não instalada, e medida a partir de concepções minimalistas.

A análise sobre a qualidade da democracia é campo promissor de investigação, sobretudo a partir da consolidação formal dos regimes instalados na terceira onda de democratização<sup>18</sup>. Trata-se de superar a questão de *por que* as transições ocorreram e se perguntar *como* são os novos regimes. A questão também se aplica às democracias mais antigas, por conta da crescente insatisfação com seu funcionamento concreto, detectada entre os cidadãos. A idéia é dar passos para definir com maior consistência como avaliar o que é uma democracia "de qualidade". Morlino (2002) aponta as três dimensões em que a expressão é entendida no mundo industrial e do marketing: qualidade de procedimento, de conteúdo e de resultado. A "boa"<sup>19</sup> democracia se caracteriza por ser um regime amplamente legitimado que satisfaz os cidadãos (resultado); no qual cidadãos, associações e comunidades desfrutam de um nível ao menos moderado de liberdade e igualdade (conteúdo); e em que os próprios cidadãos são capazes de avaliar se seu governo persegue os objetivos de liberdade e igualdade, sob o domínio da lei (procedimento).

Diamond e Morlino (2004) definiram tentativamente oito dimensões que seriam cruciais para a qualidade da democracia: domínio da lei, participação, competição, *accountability* vertical, *accountability* horizontal, liberdade, igualdade e responsividade. Haveria pontos de superposição e influências recíprocas entre essas dimensões. Estabelecer as relações entre elas é um dos pontos de partida do esforço investigativo a que se propõem autores que enveredam por essa linha. Para o presente trabalho, importam mais diretamente as reflexões sobre

---

<sup>18</sup> Sinal nessa direção foi a conferência sobre a Qualidade da Democracia, realizada em outubro de 2003, na Universidade de Stanford, na qual cientistas políticos como Morlino, Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter discutiram bases teóricas, agenda de pesquisa e publicações conjuntas para aprofundar a discussão do tema.

<sup>19</sup> Todo o tempo Morlino utiliza a expressão entre aspas, para ressaltar o caráter exploratório de sua reflexão.



participação e responsividade, já que o foco dele é a maneira como os cidadãos avaliam o sistema político e como, a partir disso, atuam pessoalmente. Há qualidade na participação, afirmam Diamond e Morlino, se todos os indivíduos têm direitos formais de influenciar a tomada de decisões, mas também se há ampla atuação direta na esfera eleitoral, nas organizações da sociedade civil, na discussão pública, na cobrança aos representantes eleitos e na participação em nível local. A responsividade diz respeito à consonância das políticas adotadas pelos representantes com os desejos dos cidadãos. Dela dependeriam o grau de satisfação com o desempenho da democracia e a legitimidade que lhe atribuem os participantes da comunidade política.

Avaliada pelo ângulo da qualidade da democracia, a desconfiança em instituições e atores políticos é, em si, sinal de mau funcionamento do regime. Ela expressa baixa responsividade do sistema e ainda pode prejudicar outras dimensões da "qualidade" democrática. Portanto, cabe questionar de que forma a desconfiança pode minar a legitimidade da democracia e também afetar negativamente suas dimensões mais cotidianas.

No primeiro caso, a preocupação é maior em relação aos regimes mais novos ou não-consolidados, como os existentes na América Latina, que contariam com menor reservatório de apoio espontâneo (Norris, 1999; Moisés, 2005; Power e Jamison, 2005). No caso dessas sociedades, Norris considera plausível pensar em problemas de estabilidade dos governos diante de eventual desconfiança institucional persistente. Para a autora, é razoável enxergar risco de crises políticas em democracias não-consolidadas, se elas ficam sem um reservatório de apoio público diante de crises econômicas ou choques externos. Não necessariamente isso se expressaria na volta aos velhos regimes autoritários, mas poderia haver golpes entre as elites, conflitos étnicos e a emergência de partidos nacionalistas extremistas.

Hoje, há evidências de apoio majoritário à democracia na América Latina e no Brasil. Como vimos no quadro 1.2, em países latino-americanos a adesão média ao regime democrático flutua entre 60% e 70% ao longo do período entre 1995 e 2002, enquanto a confiança em instituições oscila entre 30% e 40%, segundo dados do Latinobarómetro. No Brasil, o apoio ao regime variou entre 38% e 56%, contra uma confiança institucional que nunca superou 37%, como se

verificou no quadro 1.1. Mas os efeitos da desconfiança institucional prolongada ainda precisam ser mais bem estudados. Moisés e Oliveira (2005), por exemplo, colheram evidências de que os indivíduos que mais desconfiam das instituições são mais insatisfeitos com a democracia – embora a desconfiança não tenha demonstrado associação direta com a preferência por regimes autoritários. É uma indicação de que, mais do que democratas insatisfeitos, o regime brasileiro teria reivindicadores insatisfeitos, cujo compromisso com os ideais da democracia não foi posto à prova. Com efeito, estamos diante de uma democracia cujo funcionamento tem déficits – seja na efetividade da representação, na abertura à participação ou no combate às desigualdades sociais – e isso aponta para uma insatisfação que refletiria um desempenho, de fato, insatisfatório. Como afirma Hardin (2001, p. 39), "só é benéfico confiar em quem merece confiança, não em todos, inclusive naqueles cuja falta de confiabilidade é patente".

No caso brasileiro, a desconfiança institucional pode ser preocupante por eventualmente levar o cidadão a se afastar do sistema político e da ação estatal. Vários autores indicaram que, nessa hipótese, pode haver impacto negativo no recolhimento de impostos, no cumprimento de leis e na disposição de participar do ponto de vista eleitoral e não-eleitoral (Nye, 1997; Dalton e Wattenberg, 2000; Moisés, 1995). Isso tende a criar um círculo vicioso em que o Estado, com menos recursos básicos disponíveis, tende a aprofundar suas deficiências.

Neste estudo, elaborei hipótese destinada a contribuir para o entendimento das relações entre desconfiança política e participação, que apresentarei no capítulo 3. Antes, porém, discutirei de que forma os estímulos recebidos por intermédio da mídia podem afetar as visões do cidadão sobre o sistema político e, em consequência, a confiança política e a participação.

## **Capítulo 2**

# **Mídia, confiança e mobilização**

## 2.1. Mídia e confiança política

Neste trabalho, parto do pressuposto teórico de que a mídia pode afetar a formação da confiança política no nível individual de pelos menos duas formas: municiando o cidadão com informações substantivas; e alterando os critérios para julgamento de instituições e atores políticos, sobretudo por meio de estruturas de representação da realidade que embutem vieses específicos. A magnitude dessa influência ainda está por ser estabelecida com maior precisão, mas há boas evidências do papel da mídia como fator interveniente na relação entre o cidadão e o sistema político, contribuindo para conformar a percepção dos indivíduos sobre essa esfera (Miller et. al., 1979; Robinson, 1976; Putnam, 1995 e 2001; Newton, 1999b; Norris, 2000; Miguel, 1999; Chaia, 2004). Teorias e análises empíricas desaconselham, no entanto, buscar na mídia fatores centrais para explicar mudanças de atitudes ou comportamentos. Em geral, os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação não são causa necessária ou suficiente para produzir efeitos no público, mas funcionam como fator contribuinte para determinado resultado (Klapper, 1990). Em matéria de atitudes e comportamento políticos, há grande divergência na literatura sobre qual a resultante sistêmica dos conteúdos veiculados pela mídia. Corrente relevante lhes atribui efeitos deletérios, gerando uma síndrome que incluiria percepção negativa de atores e instituições, distanciamento da política, cinismo e apatia – a *mediamalaise*, nas palavras de Newton (1999b), que, por sinal, não se filia a essa linha. Outra vertente considera haver sinais de efeitos pontualmente negativos e pontualmente positivos para a mídia, como dar ferramentas para ação política e estimular a participação, como discutiremos adiante.

No caso do apoio a instituições e atores políticos, a mídia concorre com outras fontes de estímulos capazes de influenciar a formação da confiança ou da desconfiança. Socialização, experiência direta com as instituições e interações pessoais são exemplos de instâncias que também suprem informação, valores, emoções, imagens e interpretações passíveis de influenciar a avaliação do cidadão. Mas, no universo das variáveis com impacto sobre a percepção do mundo da política, a mídia aparece com destaque, por ser a fonte de estímulos

mais utilizada nas sociedades de massa, sobretudo a televisão e o jornalismo impresso (Dalton et al., 1998). Muitos só têm contato com o mundo da política através da mídia (McCombs e Shaw, 1972) e sua influência é tal que chega a ser difícil separar os efeitos de determinado fato da respectiva cobertura da mídia (Miller et al., 1979).

Putnam, Pharr e Dalton (2000), ao investigar as razões para a erosão da satisfação com as instituições nas democracias mais antigas, cogitaram a possibilidade de a mídia ter papel central nesse processo. Os autores chamam atenção para o fato de a avaliação dessas instituições ser função de três fatores: a informação a que o cidadão tem acesso; os critérios com que julga os governos e a política em geral; e a performance real das instituições. Um modelo que propõem para entender essa relação aparece na figura 2.1.

**Figura 2.1 – Explicando confiança no governo e em instituições políticas: um modelo**

*Fonte: Putnam, Pharr e Dalton (2000)*

*Capacidade e Competência – Referem-se à capacidade dos agentes políticos para agir de acordo com os interesses e desejos dos cidadãos*

*Capital social – Conceito desenvolvido por Putnam (1995, 2001).*

*Fidelidade – Refere-se à fidelidade com que os agentes agem, no interesse dos cidadãos*

O declínio da confiança poderia ter sido gerado por mudanças em qualquer um dos três fatores. É possível que o público das democracias antigas tenha conhecimento mais preciso e amplo sobre o mundo da política, tornando-se mais

bem informado sobre pontos de mau funcionamento – está mais consciente sobre a corrupção, por exemplo, mesmo que ela não tenha se tornado mais freqüente. Assim, haveria informação de melhor qualidade sobre desempenho institucional de má qualidade. Mas os autores não descartam que tenha se passado o inverso: a qualidade da informação que chega ao cidadão tenha se deteriorado<sup>20</sup>, sem que necessariamente tenha ocorrido piora relevante na performance das instituições.

Os autores não consideraram a possibilidade de a mídia também impactar os critérios usados pelos indivíduos na avaliação institucional, afetando os valores que servem de base para esse julgamento. No entanto, essa é uma hipótese que se pode extrair, por exemplo, do conceito de cidadão crítico de Norris (1999). Para a autora, a maior qualificação cognitiva dos indivíduos estaria na base de uma atitude mais cética diante da performance das instituições, embora isso não represente despreço pelos princípios da democracia. Para essa qualificação, contariam escolaridade e acesso mais amplo à informação, sobretudo pelos meios de comunicação.

Essas são interpretações mais gerais para a influência da mídia na confiança política. Quando se discutem critérios específicos de avaliação de determinadas instituições, há sinais até mais agudos do impacto da informação política veiculada pelos meios de comunicação. É o caso da corrupção. Morlino (1998, *apud* Della Porta, 2000) observou que, na Itália e na Grécia, há uma associação consistente entre insatisfação com a política e a cobertura jornalística sobre corrupção. Della Porta (2000) verificou tendências convergentes para a insatisfação com a democracia e os casos de malversação noticiados pela imprensa italiana, no período 1976-1992. No Japão, Pharr colheu evidências robustas de associação entre insatisfação política e conhecimento sobre desvios de dinheiro público, variável medida pelo número de textos publicados pelos jornais sobre o assunto. Em função disso, a autora sustentou que a desconfiança em políticos é função da "conduta das autoridades oficiais no cargo", observada em "escândalos de corrupção e éticos, socialmente construídos ou não" (Pharr, 2000, p. 192).

---

<sup>20</sup> Embora os autores neste ponto não esclareçam o que entendem por qualidade deteriorada da informação, é razoável supor que não se refiram à escassez de dados substantivos, que soaria discrepante com o desenvolvimento dos meios de comunicação verificado nas últimas décadas nas democracias mais antigas. Pode-se imaginar que se refiram a vieses dessa informação, a julgar por trabalhos anteriores de Putnam (1995, 2001).

É possível contra-argumentar que, no caso da corrupção, a mídia é apenas a mensageira das informações, sem impacto nos critérios utilizados para avaliar as instituições. O que importaria, no fundo, seria a mensagem – há mau comportamento dos homens públicos e mau funcionamento do governo. O cidadão reage ao tomar conhecimento disso, retirando apoio de instituições e atores políticos, de quem de antemão esperava um comportamento pautado pela honestidade e pelo interesse público. Esse questionamento nos remete a duas outras questões: a difusão de informações pela mídia não se dá de maneira uniforme em toda sociedade; e a mídia é capaz de alterar a imagem do mundo social no universo simbólico do cidadão.

Sobre o primeiro ponto, é preciso observar que as pessoas se expõem à mídia com frequências diferentes, utilizam meios variados – jornal, TV, rádio, internet – e empregam níveis de atenção diferenciados. Exposições com diferentes características podem conformar atitudes diversas. Quem se expõe à informação política via mídia poderá ter percepção de que há mais corrupção do que aqueles que não se expõem. Quem presta mais atenção aos telejornais poderá enxergar a corrupção como questão mais saliente do que alguém que apenas mate o tempo diante da TV. Ainda que se admitisse que a mídia aja apenas como mensageira de dados objetivos de realidade, seu impacto na confiança seria digno de investigação, por conta na desigualdade na difusão dessa informação entre diferentes públicos.

Ocorre que os poderes da mídia vão além, e este é o segundo ponto que quero desenvolver. Os meios de comunicação não se limitam a reproduzir a realidade; eles a recriam. Os conteúdos midiáticos não são um espelho perfeito a refletir sem distorções uma imagem da sociedade. Para ficar no campo da óptica, lhes cairia melhor a imagem do holofote, que joga facho de luz sobre pontos específicos. "A notícia e a verdade não são a mesma coisa, e devem ser claramente diferenciados", escreveu, em 1922, Lippmann (1965, p. 229). O autor ressaltava que o público não recebe dos meios de comunicação uma imagem completa da cena política, mas visões parciais selecionadas com base em convenções jornalísticas. A lógica da mídia privilegia o extraordinário, mais do que o usual; o fato pouco representativo contra o processo mais profundo; o novidadeiro mais do que o estável.

Perceba-se que, nesse ponto, estão em discussão características da mensagem, isto é, dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. Não está em questão a maneira como essa mensagem é interpretada pelo público – processo que é mediado, por exemplo, pelas diferentes identidades sociais e inter-relações pessoais de cada indivíduo (Graber, 1989; Gamson et al., 1992). Tampouco me refiro a impactos no comportamento dos cidadãos, um outro passo nessa cadeia causal. Parte dos estudos produzidos sobre comunicação política são análises de conteúdo, cuja interpretação por vezes ignora as limitações dessa metodologia e infere efeitos no público apenas a partir das mensagens veiculadas. Assim, corre-se o risco de tomar como dado de realidade justamente aquilo que se queria investigar. Sem dúvida, é de grande relevância conhecer o perfil dos conteúdos produzidos pela mídia, desde que a análise atente para o fato de que a recepção e interpretação dessas mensagens fazem parte de uma outra etapa do processo de comunicação (McQuail, 1990). Muitas concepções que sustentam as teses sobre a *mediamalaise* estão embasadas na análise dos conteúdos da mídia, mais do que no seu impacto efetivo no cidadão. Neste ponto, torna-se útil fazer um rápido histórico sobre a discussão acerca dos efeitos dos meios de comunicação na audiência.

## 2.2. Efeitos da mídia

As teorias sobre a influência da mídia se desenvolveram na esfera acadêmica de modo que pode ser genericamente descrito como pendular. De um lado, esteve a interpretação de que a mídia é superpoderosa e capaz de moldar “corações e mentes”, no que ficou conhecido como teoria da agulha hipodérmica. Nesse veio da literatura, os meios de comunicação são vistos como tendo poder para injetar conteúdos – informações, mas também atitudes e afetos – no público, que receberia passivamente mensagens que lhe conformariam o comportamento e a representação do mundo. Essa foi a abordagem predominante nos primeiros estudos sobre opinião pública da escola norte-americana, segundo revisores de linhas variadas (Robinson, 1976; McQuail, 1990; Dennis e Merrill, 1991). Embora fruto de reflexões e paradigmas bastante diferentes, autores da Escola de Frankfurt e seus seguidores podem ser enquadrados nesse grande bloco, por



interpretarem a comunicação de massa com o mesmo registro, negativo e de manipulação.

Nos anos 1940, o pêndulo oscilou, e começou a ser forjada a teoria dos efeitos mínimos. Impulsionador dessa linha foi o estudo inédito feito por Lazarsfeld e colegas da Universidade de Columbia, que demonstrou que o poder da mídia para influenciar diretamente o eleitor era bastante limitado. *People's Choice* (1969) detectou o que os autores batizaram de fluxo em duas etapas (“*two-step flow*”) existente na comunicação de massa. Os estímulos veiculados pela mídia e sua interpretação chegam, para o grosso do público, filtrados pela leitura que fazem deles os chamados líderes de opinião. Assim, não são simplesmente absorvidos da forma como foram veiculados, mas checados e legitimados com interlocutores pessoais valorizados. Dessa forma, a influência da mídia sobre a decisão eleitoral estava longe de ser determinante, uma vez que o eleitor reinterpretava as mensagens a partir de uma rede de interações pessoa-a-pessoa. Teoricamente, essa conclusão devolve a questão da formação e mudança de atitudes ao campo amplo da sociedade, eliminando a insularidade atribuída até então ao ambiente comunicacional.

Nos anos 1950, a ciência social relegou o estudo da comunicação de massa a plano secundário, apesar de seu rápido avanço tecnológico. O processo é especialmente claro nos Estados Unidos. A visão predominante tratava os meios de comunicação como ferramenta do desenvolvimento e difusão de informações. Como relata Robinson, essa área de conhecimento aceitou, tacitamente, as teorias dos efeitos mínimos. Na Ciência Política, foi sintomático que o trabalho impactante de Downs (1999), desenvolvendo em 1957 uma interpretação econômica da democracia, tenha dado maior centralidade à informação obtida por via interpessoal do que por intermédio da mídia<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Downs aprofundou os conceitos de Schumpeter sobre os custos individuais (*a priori* definidos como elevados, se comparados aos benefícios) para se obter informação relacionada à política e aos negócios públicos. Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Schumpeter (1984) chega a afirmar que o cidadão emprega “menos esforço disciplinado” (pág. 318) para entender uma questão política do que gasta numa partida de bridge. No campo da informação política, provavelmente a maior contribuição de Downs tenha sido generalizar a idéia de atalho cognitivo embutida no conceito de *two-step flow*, de Lazarsfeld e seus colegas. O cidadão compreende e interpreta a realidade a partir de pistas não necessariamente estruturadas cognitivamente, que podem ser a conversa com um amigo, os preços do supermercado ou um discurso do presidente (Popkin, 1994). Observo ainda que também é sintomático das ondas por que passaram as teorias sobre a comunicação de massa o fato de que, em sua obra publicada originalmente em 1942, Schumpeter menciona uma vontade da opinião pública “artificialmente fabricada” e “manipulada com métodos da publicidade” (pág. 318).

Pelo menos três fatores mudaram a temperatura e a direção da discussão nos anos 1970: o impacto das imagens da guerra do Vietnã na opinião pública norte-americana, o papel dos jornais no caso Watergate e a constatação posterior de que a confiança política havia declinado de maneira preocupante nos Estados Unidos. A mídia voltou a ser vista como ator principal, sobretudo nas tentativas de explicar a mudança no humor do cidadão em relação ao sistema político. Diante do novo contexto, “extrapolar os estudos dos anos 50 e início dos 60 sobre o [baixo] impacto da TV no voto pareceu anacrônico, quase simplório”, escreveu Robinson (1976, p. 410). Reascendeu-se o debate sobre o impacto da mídia na opinião pública, com ênfase especial sobre seus alegados efeitos deletérios na percepção da política.

Ao longo da discussão teórica e da pesquisa, consolidaram-se evidências de que a maneira como as mensagens dos meios de comunicação são produzidas, veiculadas e consumidas dá a seus conteúdos características peculiares e recorrentes. Este é um campo vasto de reflexão, que não pretendo abordar de forma ampla. Não ignoro as interpretações que procuram vocações estruturais para os meios de comunicação – apontando, por exemplo, seus compromissos de classe numa sociedade capitalista ou as características socialmente determinadas de seus conteúdos (Marcuse, 1964; Fiske e Hartley, 1978). Mas não são eles o foco da presente abordagem. Para entender as dinâmicas específicas que podem influenciar a confiança política, há dimensões de análise mais promissoras. As práticas consagradas e usuais nos meios de comunicação contribuem para embutir em seus conteúdos valores capazes de, em dadas circunstâncias, influenciar o público em determinada direção. Há dois efeitos específicos que importa discutir, como forma de ilustrar as possibilidades dos meios de comunicação para influir na percepção da esfera política: agendamento (*agenda-setting*) e enquadramento (*framing*).

A hipótese de *agenda-setting* se refere à capacidade da mídia para influenciar os temas em discussão pela opinião pública. Segundo essa concepção, os meios de comunicação têm grande peso em estabelecer a ordem de importância e a saliência das questões a serem avaliadas pela sociedade. A teoria foi desenvolvida a partir da constatação de Bernard Cohen (1963, p. 13) de que “a maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito ao dizer às pessoas o

que devem pensar, mas é chocante como sempre tem êxito ao dizer ao leitor sobre o que deve pensar”. McCombs e Shaw (1972) chamaram atenção para a capacidade dos veículos de comunicação de estabelecer a agenda das campanhas eleitorais, influenciando a saliência dos temas políticos para o eleitor. Seu estudo, mostrando como os temas abordados pela mídia nas eleições norte-americanas de 1968 ganharam importância para o público, abriu um campo de investigação ainda profícuo. No Brasil, o principal objeto desse tipo de pesquisa têm sido as campanhas eleitorais (Albuquerque, 1995; Miguel, 1999; Rubim, 2000; Miguel, 2003; Silva, 2005), nas quais foram encontradas evidências da concretização do processo no cenário brasileiro.

A noção de *agenda-setting* permite supor que o estímulo recebido via mídia afete os critérios com que os indivíduos avaliam instituições e atores políticos. Dado governo será julgado de maneira diversa caso sua avaliação priorize, por exemplo, o desempenho na área social ou a performance no combate à corrupção. Como a mídia é capaz de influir na importância atribuída às iniciativas sociais ou à corrupção, irá desempenhar um papel relevante em definir qual a área cujo desempenho merece maior atenção por parte do cidadão.

No caso da avaliação dos políticos, essa propriedade ganhou um conceito específico – *priming* (que em uma tradução livre pode ser entendido como “priorização”). Iyengar e Kinder (1987) observaram que temas que recebem maior atenção da mídia têm maior peso na avaliação do desempenho de atores políticos que tenham alguma responsabilidade direta sobre eles. Isso ocorre porque, no momento de avaliar um político, o cidadão não sai à cata de informações exaustivas sobre seu desempenho, para um balanço equilibrado e bem-informado da sua performance. O usual é usar atalhos cognitivos, acessando na memória informações mais acessíveis, que emergem espontaneamente e sem esforço na hora do julgamento. Os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação teriam influência decisiva na determinação dos assuntos que ganham saliência. Krosnick e Kinder (1990) analisaram dados do National Election Study norte-americano de 1986 e apontaram efeitos de *priming* relacionados ao escândalo Irã-Contras. Os aspectos mais ressaltados pela mídia na cobertura afetaram mais diretamente a avaliação do presidente Reagan. Mendelsohn (1996) sustentou, com base no efeito de *priming*, que os mais expostos à mídia tendem a dar maior importância

para as características pessoais dos candidatos, em detrimento da identificação partidária.

Naturalmente, detectar quais atores sociais têm poder para influir na agenda que a mídia oferece à sociedade é tarefa complexa<sup>22</sup> (Luhmann, 1997; McQuail, 1990; Neuman, 1990; Silva, 2005). Mas há ingredientes na lógica de produção dos veículos de comunicação que fazem prevalecer determinados assuntos e abordagens. Um exemplo são os chamados critérios de noticiabilidade, que levam o jornalismo a privilegiar o que é novo, o que promete escândalo e o que envolve conflito. Outro é o papel de "cão-de-guarda" atribuído à imprensa, pelo qual caberia à mídia jornalística vigiar a sociedade e apontar atores e iniciativas que lhe pudessem causar dano (Thompson, 2000). Uma radicalização dessa missão costuma ser citada como fonte de inclinação negativista nas mensagens dos meios de comunicação – dirigidas inclusive contra instituições e atores políticos.

Também tem sido descrita a capacidade da mídia para gerar enquadramentos (*framing*), unidades com coerência interpretativa que servem de atalhos para a compreensão do mundo. Trata-se da estrutura com que uma situação é apresentada a uma audiência, mas também dos caminhos cognitivos que serão usados pelos indivíduos para armazenar e recuperar informações. São histórias recorrentes ou mesmo frases que dão sentido narrativo e interpretativo ao cipoal de estímulos a que temos acesso todo o tempo. O enquadramento é um conceito da psicologia cognitiva, consolidado por Goffman (1986), mas se mostrou ferramenta importante no entendimento da comunicação política (Iyengar e Kinder, 1987; Patterson, 1993; Capella e Jamieson, 1997; Aldé, 2004a).

“O efeito de enquadramento ocorre toda vez que a alteração da formulação de um problema ou mudança do ponto de vista do observador muda a informação

---

<sup>22</sup> Luhmann trabalha com um conceito que guarda muita proximidade com o *agenda-setting*, chamado tematização. Trata-se do pressuposto de que o campo da opinião pública se apresenta como uma estrutura temática cujos limites são configurados pela mídia. O autor acredita que esse universo temático seja gerado primariamente por influência dos atores hegemônicos nas esferas que o pesquisador chama de subsistema político (governos, partidos, atores políticos), econômico (empresas privadas e estatais) e social (sindicatos e movimentos sociais). McQuail acredita que o "sistema político" (pág. 28), com partidos e políticos, tenha preponderância na definição primária dos assuntos a serem incluídos na agenda da opinião pública. Neuman analisou *surveys* de 1945 a 1980 para verificar as relações entre cobertura da mídia e atenção da opinião pública a dez temas (incluindo pobreza, diferenças raciais e Vietnã). O autor concluiu que em alguns casos a atenção dos cidadãos precede a entrada do assunto na pauta coletiva e, em outros, é a mídia que colhe pistas do “mundo real” sobre determinada questão emergente. Silva analisou programas partidários, horário eleitoral e cobertura jornalística na eleição presidencial brasileira de 2002 e apurou predominância dos programas eleitorais na determinação da agenda da cobertura das campanhas pelos meios de comunicação.

e as idéias que o observador vai usar para tomar decisões”, sustenta Popkin (1994, p. 82). Trata-se de um processo complexo, que pode ser ilustrado por um experimento da psicologia cognitiva citado com freqüência. Kahneman e Tversky (1984) propuseram a dois grupos de pessoas que avaliassem a seguinte situação hipotética: os Estados Unidos deveriam enfrentar uma doença asiática rara, com potencial para matar 600 pessoas; haveria dois programas de combate à doença possível, o programa A e o programa B. Cada um dos grupos de pessoas foi confrontado com apresentações das alternativas que eram diferentes na forma, mas iguais nos dados objetivos.

No primeiro grupo:

Se o programa A for adotado, 200 pessoas serão salvas

Se o programa B for adotado, há um terço de probabilidade de que as 600 pessoas sejam salvas e dois terços de probabilidade de que nenhuma pessoa seja salva

No segundo grupo:

Se o programa A for adotado, 400 pessoas morrerão

Se o programa B for adotado, há um terço de probabilidade de que ninguém morra e dois terços de probabilidade de que as 600 pessoas morram

No primeiro grupo, a maioria (72%) das pessoas escolheu o programa A; no segundo, a maioria (78%) ficou com o programa B. Apresentar a questão sob o prisma do "salvamento" ou sob o prisma da "morte" fez toda diferença. Apesar da simplicidade e das limitações representadas por esse ambiente controlado, o experimento serve para exemplificar como o efeito de enquadramento pode atuar.

No Brasil, há estudos que confirmam a existência de enquadramentos dominantes nos conteúdos midiáticos em períodos eleitorais, e sua capacidade de influenciar o público começa a ser analisada (Porto et al., 2004; Aldé, 2004b; Silva, 2005). Sobretudo as campanhas eleitorais são ricas na disputa pelos enquadramentos que mais “emplacam”, isto é, aqueles que demonstram maior poder persuasivo. Para Miguel (1999), é o efeito de *framing* que ajuda a entender por que um presidente que teve êxito limitado em combater as vulnerabilidades externas da economia pode se apresentar com sucesso como o melhor candidato para, num segundo mandato, enfrentar choques internacionais. Trata-se de conquistar o eleitor para o enfoque da realidade que é mais favorável ao candidato.

Os efeitos de agendamento e enquadramento ajudam a entender como a mídia pode incorrer em vieses na representação que cria da realidade<sup>23</sup>. Parte da literatura considera que o resultado dessas distorções não é aleatório. Há ingredientes na organização da produção midiática que fazem com que os vieses sejam recorrentes e com sentidos claros – no balanço geral, desfavoráveis para a imagem de instituições e atores políticos. Não se trata de ver a mídia como agente consciente, com interesses definidos e atuação intencional. Mas, sim, de perceber os constrangimentos e incentivos determinados por sua lógica de produção, de um lado, e os valores prevaletentes no conjunto dos meios de comunicação, de outro. A produção jornalística, da pauta à exibição ou publicação, é um processo complexo e "sujeito, em todo o seu percurso, a pressões e a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos" (Motta, 2002, pp. 125-126). Para Chaia (2004, p. 17), existe uma "cultura do jornalista" e uma "organização do trabalho e do processo produtivo" que devem ser consideradas quando se avaliam os resultados da mídia.

A mídia contemporânea – sobretudo a jornalística – é acusada de ter viés anti-institucional e de favorecer o cinismo – a crença de que todos são guiados pelo auto-interesse, em especial os políticos, em detrimento do interesse dos cidadãos. É essa convicção que está na base das teorias sobre *mediamalaise*.

### **2.3. *Mediamalaise***

As acusações de que a mídia favorece a desconfiança política e a desmobilização não são novas. Robert Dahl (1967, p. 967) foi o primeiro a juntar os termos televisão (*television*) e mal-estar (*malaise*), criando a expressão "*videomalaise*". Mas foi Robinson que, no contexto pós-Vietnã e Watergate, deu impulso à idéia de que a mídia, especialmente a televisão, mina a confiança do cidadão, produzindo imagens da sociedade que são desproporcionalmente

---

<sup>23</sup> Há outros efeitos cogitados na literatura, até mais sofisticados e difíceis de constatar empiricamente. Gamson et al. (1992), por exemplo, citam a "naturalização", que envolveria sentidos contidos nos subtextos dos conteúdos midiáticos, camuflados sob a forma de afirmações aparentemente incontestáveis. Para ilustrar esquematicamente, é algo como uma reportagem afirmar que "as mulheres perderam espaço no mercado de trabalho, *mesmo assim* estão ganhando o mesmo que os homens" – frase que embute o subtexto de que seria natural que ganhassem menos. O trabalho de Gamson e colegas defende justamente que o público tem um papel ativo ao decifrar as mensagens da mídia, a partir de seus repertórios e interesses.

“sinistras”. A partir de experimentos e análise de *surveys* da década de 1960, o autor concluiu que, dada a singularidade de sua audiência, forma e conteúdo, a televisão estava “no centro da crescente *political malaise*”, observada na década e meia anterior à publicação de seu trabalho (Robinson, 1976, p. 420). A cobertura de TV primária pelo conteúdo interpretativo – mais do que narrativo – de seu jornalismo, pela ênfase em aspectos negativos, conflituosos e violentos da realidade e pelo viés geral contrário às instituições.

Arthur H. Miller, pesquisador que em 1974 se envolvera em debate aberto com Citrin sobre a forma correta de interpretar a desconfiança no governo, também investigou o assunto. Ao lado de colegas da Universidade de Michigan, Miller cruzou dados do National Election Study norte-americano de 1974 com a avaliação de amostras do conteúdo das notícias da primeira página dos jornais lidos pelos entrevistados. Seu estudo (1979) concluiu que o afastamento da política estava relacionado ao nível de crítica institucional do jornal lido, controlada a escolaridade. Quanto maior o nível de crítica, maior a desconfiança do leitor.

Patterson é dos autores que mais claramente retrataram o jornalismo com registro negativo. Em seus estudos, o autor defende a idéia de que a cobertura jornalística tem se tornado cada vez mais negativa nas campanhas presidenciais norte-americanas. Analisando o conteúdo das revistas *Time* e *Newsweek*, em períodos eleitorais de 1960 a 1992, Patterson (1993, p. 20) concluiu que a abordagem desfavorável dos candidatos se tornou prevalente. Em 1960, o democrata Kennedy e o republicano Nixon tiveram 75% de textos com avaliação positiva; em 1992, apenas 40% do material analisado sobre Bush e Clinton tinham caráter positivo<sup>24</sup>.

O autor também analisou duas categorias de enquadramentos presentes na cobertura dessas campanhas: o enquadramento “estratégico”, que retrata as eleições como se fossem uma corrida de cavalos e apresenta os candidatos como jogadores movidos por seu auto-interesse e pelo desprezo pelo interesse público; e o “de políticas”, que mostra os políticos interessados em resolver questões substantivas do país. Na primeira página do *New York Times*, houve o dobro de textos com enquadramento estratégico em 1992, na comparação com 1960. O

---

<sup>24</sup> Observe-se que os resultados de Patterson sobre a valência do noticiário são apresentados apenas em termos de “notícias positivas” e “notícias ruins”, sem considerar os textos com resultante neutra.

enquadramento "de políticas", presente em mais de 50% dos textos em 1960, representou menos de 20% em 1992. O estratégico subiu de menos de 50% para mais de 80% dos textos (p. 74). Patterson sustentou que, como instituição, os veículos de massa estão despreparados para a importância que ganharam na sociedade. Os valores jornalísticos teriam viés antipolítica, que resultariam em um público mal-informado, que enxerga a política com cinismo e é descrente do processo eleitoral.

Na mesma direção foi o trabalho de Capella e Jamieson (1997), mais sofisticado metodologicamente, que observou que o enquadramento produzia efeitos nos públicos controlados pelo estudo. Exposição a conteúdos com enquadramento estratégico facilitavam a absorção de mensagens posteriores com o mesmo viés; os enquadramentos temáticos, focados em questões substantivas, ativavam a atenção para mensagens temáticas posteriores. O processo ocorreu mais claramente em relação à televisão do que à mídia impressa. Os autores argumentaram que o enquadramento estratégico presente nos veículos de comunicação tornam salientes as motivações dos atores na arena política, mobilizando a interpretação de que agem movidos pelo auto-interesse. No passo seguinte, é essa interpretação que será ativada para organizar e recuperar informações. Todo o processo seria potencializado porque já haveria predisposição entre os cidadãos, gerando uma "espiral de cinismo".

Putnam (1995, 2001) ampliou a discussão sobre os efeitos negativos da mídia para o sistema político. Sua crítica – "indiciamento"<sup>25</sup>, como preferiu definir, já que ainda espera provas – inclui uma dimensão relativa aos efeitos das mensagens midiáticas no universo simbólico dos cidadãos, alterando sua percepção de mundo e influenciando na socialização das crianças. Mas não pára por aí. Também estariam envolvidas questões relativas à sociabilidade e ao uso do tempo. O autor atribui à TV papel de destaque como responsável pelo declínio do capital social dos norte-americanos, porque ela levaria as pessoas ao isolamento, gerado pela privatização do lazer, com diminuição dos contatos sociais. Analisando dados empíricos, Putnam observou que a audiência à TV em geral – não apenas a programas de conteúdo jornalístico – tem associação forte e negativa com a confiança social e a participação em associações voluntárias,

---

<sup>25</sup> Putnam (1995, p. 664)



mesmo controlando escolaridade, renda, idade, gênero e posição no mercado de trabalho. A leitura de jornais também teve associação forte, mas com sinal positivo, apontando para um papel possivelmente mobilizador.

As conclusões de Putnam foram problematizadas por pesquisadores que acreditam que a exposição à mídia pode afetar o cidadão de forma também positiva. O efeito benéfico ocorreria tanto no campo atitudinal – aumentando o nível de informação, o interesse pela política e a eficácia subjetiva – como no campo comportamental – estimulando a participação. O argumento de fundo é que a modernização econômica e tecnológica reduziu os custos de informação no nível individual, tornando o conhecimento sobre os negócios públicos e a política acessível a públicos mais amplos. De outro lado, a escolaridade crescente ampliou a capacidade dos cidadãos para processar e fazer uso dessa informação. A exposição aos veículos de comunicação estaria relacionada a um processo contínuo de socialização e aprendizado políticos (Graber, 1989). O eleitorado estaria cognitivamente mais sofisticado e, possivelmente, mais cético e crítico em relação a autoridades e instituições (Norris, 2000).

Em síntese, estudos dessa corrente da literatura mostraram que, em democracias mais antigas, tempo elevado de audiência à TV de conteúdo genérico está associado à desmobilização do cidadão, em termos de desinteresse por política e menor participação em associações voluntárias (Norris, 1996 e 2000; Newton, 1999b). Mas a audiência a telejornais e programas sobre os negócios públicos está associada a maior mobilização (Norris, 1996 e 2000), da mesma forma que a leitura de jornais (Newton, 1999b). Segundo Newton (p. 593), os telejornais parecem ter efeito mobilizador numa vasta parcela da população, “na qual muitos não teriam de outra forma muita exposição a informação ou notícias sobre política”. No que toca à confiança política, não há sinais claros sobre o sentido da influência da mídia. A leitura de jornais teve associação positiva na Inglaterra. TV em geral e telejornais não mostraram significância estatística nesse estudo de Newton (1999b), assim como no de Norris (2000) sobre nove democracias mais antigas<sup>26</sup>. Com base em resultados como esses, Norris acredita que a acusação de que a TV levaria à perda de confiança na democracia norte-americana resta, na hipótese mais generosa, improvada. Na

---

<sup>26</sup> Os países incluídos no estudo, realizado a partir de dados do World Values Survey de 1995-1997 foram: Alemanha, Austrália, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Japão, Noruega, Suécia e Suíça.

mais cética, a acusação poderia ser considerada profundamente implausível (Norris, 1996, p. 479).

O desenho de pesquisa comumente utilizado para discutir as hipóteses sobre *mediamalaise* implica limitações. A maioria dos estudos se baseia em *surveys*, que, se trazem a vantagem de permitir investigar efeitos no conjunto da sociedade, por outro lado perdem de vista os conteúdos concretos a que os indivíduos foram expostos e a atenção que dedicaram a eles. Não é possível identificar com precisão os possíveis vieses das mensagens processadas pelos cidadãos. Além disso, a unidade de observação das variáveis relativas à mídia variam: por vezes são medidas de tempo de exposição, por vezes de frequência de exposição, por vezes de contato (exposição ou não), por vezes de atenção declarada. Porém, uma das limitações mais relevantes é o fato de empregarem na sua maioria dados do tipo *cross-sectional*, que "fotografam" um instante no tempo. Isso cria dificuldades para a definição mais precisa da direção de causalidade envolvida.

A mídia influencia as atitudes políticas ou as atitudes políticas condicionam a exposição aos meios de comunicação? Essa questão teórica essencial, já apontada por diversos pesquisadores (Miller et al., 1979; Norris, 1996 e 2000; Newton, 1999b; Capella e Jamieson, 1997), leva em consideração a seletividade com que os indivíduos se expõem aos conteúdos da comunicação de massa. Em princípio, todos se expõem mais a conteúdos com que têm afinidade. Assim, é questão relevante saber se o noticiário político aumenta a competência política de quem o assiste ou, pelo contrário, é a maior competência política dada *a priori* que faz com que o cidadão procure notícias sobre a esfera pública. Para complicar os desafios da pesquisa, a própria lógica de produção dos veículos de comunicação os faz procurar sintonia com os interesses e atitudes do público. Um jornal tenta agradar seus leitores, enfocando o que é do interesse deles e evitando agredir seus valores, sejam morais ou políticos. Assim, a mídia modifica as atitudes do público ou apenas as reforça? Não à toa, a questão de causa-e-efeito já foi descrita como sendo análoga à do "ovo e a galinha" (Newton, 1999b, p. 583).

Diferentes autores encontraram soluções diversas para lidar com o problema, que idealmente exigiria estudos do tipo painel, combinados com

pesquisas qualitativas e análises de conteúdo, para ser razoavelmente equacionado. Newton (1999b) encontrou evidências de que a grande maioria dos que vêem telejornais não procura o noticiário por ter interesse em política, mas ao acaso, como parte de sua “dieta diária” de televisão. Em estudo de painel, Banducci e Karp (2003) controlaram o interesse por política em análises multivariadas e constataram que não houve covariação com a atenção à mídia, em eleições nos Estados Unidos, Inglaterra e Nova Zelândia. Miller et al. (1979) consideraram que, no *survey* de 1974 que analisaram, a unidade de observação eram assinantes de jornais, que formam grupos heterogêneos em matéria de crenças e apoio políticos. E, devido à falta de alternativa em mercados editoriais locais, indivíduos com perfis divergentes eram levados a ler o mesmo jornal. Os pesquisadores também utilizaram controle de variáveis socioeconômicas e políticas em sua análise estatística, de forma a equalizar as características dos entrevistados.

Em meu entendimento, é preciso admitir as relações recíprocas entre exposição à mídia e atitudes políticas. Trabalho com a idéia de que a maior ou menor confiança em alguma medida influencia a maneira como o cidadão se expõe ao noticiário político, e essa exposição impacta o comportamento do indivíduo, em processos que se retro-alimentam, como sugeriu Norris (2000, p. 246). Por sinal, a autora usa a imagem de um "círculo virtuoso" para ilustrar a visão que sugere para a mídia nas sociedades industriais avançadas, na qual a mobilização política reforça o uso dos veículos de comunicação, que reforçam o interesse pela política, que reforçam a participação do cidadão.

## **2.4. O caso brasileiro**

No Brasil, as relações entre mídia, desconfiança política e participação ainda seguem como um campo a ser mais bem explorado. Considerando o déficit no funcionamento de muitas instituições e outras características distintas da democracia brasileira, se comparada às sociedades em que esse regime é mais antigo, não é certo que ligações e evidências encontradas naqueles países sejam válidas para o caso brasileiro. Os conteúdos da mídia brasileira terão caráter predominantemente anti-institucional ou carregado de cinismo? O cidadão mais

informado será mais crítico em relação ao desempenho de instituições e políticos? As próprias instituições terão desempenho objetivo aceitável?

No caso da mídia, há sinais de que o aumento do conteúdo crítico ao funcionamento do sistema político possa ser uma tendência contemporânea que atinge sociedades de características distintas. Holmberg (1999) relata como, na Suécia, os políticos eram retratados de forma mais negativa na década passada do que nos anos 1950, sobretudo na mídia eletrônica. No Brasil, os estudos que trazem indícios sobre a inclinação da mídia são esparsos e quase sempre se referem à valência dos noticiários jornalísticos em relação a candidatos, a exemplo de Azevedo (2001), Porto et al. (2004) e Aldé (2004b). Mas há boas exceções, especialmente na literatura mais recente, indicando que o impacto da mídia no sistema político como um todo começa a ganhar análise mais sistemática em trabalhos acadêmicos.

Chaia (2004) analisou a cobertura de cinco jornais (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha da Tarde* e *Diário Popular*) sobre a Câmara Municipal de São Paulo em dois intervalos: nas gestões Erundina e Maluf (1988-1996) e Pitta (1997-1999). No período das duas primeiras administrações, a autora constatou cobertura marcada por "caráter interpretativo" – relacionado mais aos temas em torno dos quais as reportagens são construídas do que à descrição factual de acontecimentos, o que amplia o papel de analista dos jornalistas – e com crítica e questionamento constantes dos políticos. "Os jornalistas assumiram a visão de que são poderosos e são os fiscais do cidadão brasileiro", afirma (p. 91). O princípio que norteia a seleção de notícias é o sensacionalismo, o que causa impacto, e a imagem construída para a Câmara é a de um Legislativo sem expressão política, levada a reboque pela ação do Executivo. Na gestão Pitta, um escândalo de corrupção ocorrido no final do mandato serviu de cenário privilegiado para observação do comportamento da mídia. O caso da "Máfia dos Fiscais" levou os jornais a adotarem postura investigativa, fiscalizando, denunciando, caçando testemunhas e municiando outros setores (Polícia Estadual, Ministério Público, Comissão de Inquérito da Câmara) até com provas materiais. "Neste caso específico, a mídia cumpriu seu papel de controle, fiscalização e investigação, divulgando os acontecimentos e cobrindo as atuações das autoridades políticas", concluiu Chaia (p. 131),

chamando atenção para o vínculo entre mídia e democracia. Na eleição que se seguiu, Marta Suplicy (PT) derrotou Paulo Maluf (PPB) no segundo turno e houve renovação de 51% da Câmara.

Em outro trabalho, Chaia (2001) relatou a criação e o encerramento do Troféu "Cara de Pau", pela rádio Eldorado de São Paulo, que se destinava a "premiar" os políticos de todas as esferas de poder que mais haviam se destacado negativamente em cada mês de 1999. O tom considerado "negativo à política" gerou críticas de parte dos ouvintes – e participação com "voto" nos indicados, de outra parte – que pesaram na decisão de suspender a premiação ao final do ano. Chaia e Teixeira (2001) também analisaram a cobertura jornalística de escândalos políticos no segundo mandato do presidente Fernando Henrique. Os autores entenderam que a mídia – assim como o Ministério Público – ocupou um espaço vazio entre a arena política e a sociedade, sendo vista como fiscalizadora do mundo político, mas cogitaram que os "escândalos midiáticos" poderiam generalizar os "maus exemplos" e levar à descrença nas instituições (p. 17).

Também merece menção o trabalho de Jorge (2003), que analisou a cobertura de quatro grandes jornais de circulação nacional sobre o Congresso, no período 1985-1990, e observou tendência a retratar o Legislativo como um agregado de políticos individuais e a dar pouca informação sobre o processo legislativo e o trabalho dos parlamentares fora do plenário.

Conceitualmente, Porto (1996, p. 2) avalia que há três características no cenário brasileiro que favorecem o que considera ser a "desqualificação" das instituições e atores políticos, promovida em parte pelos meios de comunicação. Em primeiro lugar, o jornalismo investigativo tem tido papel relevante no agendamento de temas como corrupção e irregularidades do Estado, construindo uma imagem de independente, autônomo e fiscalizador. Um segundo ponto é a visão "antipolítica" da mídia, influenciada por nossa cultura política, que desconfiaria dos políticos e questionaria a representação partidária-parlamentar. E, finalmente, a cobertura "enviesada" das instituições políticas, patente sobretudo no caso do Congresso, cuja cobertura não estabelece distinção entre os políticos, como indivíduos, e o poder parlamentar.

No que toca ao impacto da exposição à mídia na confiança política, as primeiras evidências são inconclusivas. Observando dados do final dos anos 1980 e início dos 1990, Moisés (1995) colheu sinais de que essa relação pode ter características diferentes aqui, em relação às democracias antigas, embora seu estudo sobre cultura política após a redemocratização de 1985 não tenha se detido na influência da mídia. Apareceram evidências de que os cidadãos mais expostos aos meios de comunicação desconfiavam mais dos governantes, embora mantivessem maior apreço pela democracia, como ocorreu nos estudos de Newton (1999b) e Norris (1996). No que toca à confiança política, avaliada de maneira abrangente<sup>27</sup>, o pesquisador brasileiro observou que os consumidores de informação via mídia desconfiavam mais e, na avaliação do governo, eram menos satisfeitos<sup>28</sup>. O interesse em acompanhar o noticiário político apareceu associado ao perfil do eleitor que chamou de “democrata”, em oposição ao “autoritário”<sup>29</sup>. Numa escala de “cinismo”, destinada a captar as tendências de aproximação ou de afastamento dos públicos de massa em relação à vida pública, quem lê e assiste notícias sobre política tendeu a ser menos cínico<sup>30</sup>. A exposição ao noticiário político via mídia apareceu associada a maior eficácia política, medida pela concordância com afirmações como “é bobagem mudar as leis no Brasil, porque elas não são respeitadas”.

Em estudo recente, Moisés e Oliveira (2005) colheram evidências que, no que diz respeito à confiança institucional, têm sentido contrário. Um indicador de baixa exposição à mídia – a pouca atenção dada à política na TV – mostrou ser fator contribuinte para a desconfiança institucional, no nível individual, tanto no Brasil quanto no resto da América Latina. Ou seja, inversamente, quem presta maior atenção à política na TV confiaria mais em instituições como partidos, Forças Armadas e Judiciário<sup>31</sup>. No caso da insatisfação com o regime, a atenção ao noticiário político não mostrou influência na atitude dos cidadãos.

---

<sup>27</sup> Os quesitos avaliados diziam respeito à confiança nos tribunais, no Congresso, no governo federal e nos vereadores (pág. 209)

<sup>28</sup> Entre os que demonstraram elevada confiança política, 58,7% liam e assistiam notícias sobre política, entre os que mais desconfiavam, 66,1% disseram ser consumidores de informação via mídia. Na avaliação de governo, havia 52,7% de usuários da mídia entre os mais satisfeitos, contra 72% entre os mais insatisfeitos.

<sup>29</sup> Os perfis representavam pólos extremos em uma escala de apoio à democracia. Quem lê e assiste notícias sobre política mostrou-se mais democrata que a média (71,5% contra 61,9%). Pág. 225.

<sup>30</sup> No grupo dos que demonstraram pouco cinismo, 69,4% disseram ler e assistir notícias sobre política, contra 48,2% entre aqueles que expressaram elevado cinismo. Pág. 209.

<sup>31</sup> O Congresso também foi testado, mas, em análises estatísticas isoladas, a pouca atenção à política na TV não mostrou aumentar a desconfiança nessa instituição de forma consistente.

Analisando dados do Eseb-2002, *survey* que também serve de base para o presente estudo, Meneguello (2005) encontrou evidências de que a audiência a telejornais têm associação baixa com fatores extraídos da avaliação dos serviços públicos e da avaliação de instituições públicas e privadas. A correlação foi positiva, indicando que os mais informados tendiam a avaliar melhor essas dimensões. No caso da avaliação do regime, não houve associação consistente com a dimensão que englobava as variáveis "satisfação com a democracia", "avaliação do governo FHC" e "avaliação dos direitos humanos no país". Para a autora, os dados observados sugeriam retirar os meios de comunicação de massa do quadro de dimensões com relevância para explicar a adesão à democracia.

Tudo considerado, é plausível – mas não seguro – supor que o cidadão brasileiro que mais se expõe à mídia deve ser mais cético sobre a atuação de atores políticos e instituições democráticas. Isso pode ocorrer por conta do viés crítico do jornalismo sobre a política, mas também devido a características negativas do funcionamento da democracia brasileira. Como a confiabilidade atribuída pelo cidadão leva em conta o desempenho substantivo das instituições e os critérios para avaliá-lo, os dois fatores podem contribuir para o predomínio da desconfiança. No próximo capítulo, discuto em detalhes como essa interação pode ocorrer, sob influência da mídia. Aqui, cabe destacar que este estudo não espera observar na mídia papel decisivo na definição do apoio político. Ela é, antes, um fator contribuinte ou interveniente, mediando a relação entre cidadão e política.

# **Capítulo 3**

## **Hipóteses e análise de dados**



### 3.1. Hipóteses

Este trabalho tem uma proposta amplamente exploratória. Mais do que apontar teias apertadas de causalidade e variáveis que poderiam funcionar como preditoras de determinadas atitudes e comportamentos políticos, a intenção é mapear em grandes traços parte das relações entre mídia, confiança política e mobilização no Brasil. A escassez de estudos nacionais que tratem do objeto desta pesquisa explica em parte esse caráter. No caso de algumas dessas relações, a revisão da literatura e das evidências empíricas levantadas para o contexto brasileiro aponta para a necessidade de investigar questões básicas, como a direção da causalidade ou a valência (se positiva ou negativa) do impacto de uma variável sobre outra. São rarefeitas, por exemplo, as análises sobre a forma como a mídia representa algumas instituições centrais para a democracia, como o Congresso, ou as mazelas da vida pública nacional, como a corrupção, como foi relatado no capítulo anterior. Além disso, já observei que a confiança política é objeto emergente de pesquisa no Brasil e no restante do mundo, por conta de sua relevância crescente como meio informal de coordenação. Se, de um lado, ganha-se em originalidade, de outro perde-se na possibilidade de interlocução mais concreta com trabalhos anteriores.

Dito isto, passo à parte crucial do estudo. Inicialmente, apresento as hipóteses construídas para a análise de dados. Em seguida, descrevo as variáveis utilizadas, extraídas do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), realizado em 2002 pelo Cesop, da Unicamp, e testo as hipóteses a partir de análises de médias e regressões.

**Hipótese 1 – A desconfiança em instituições e atores políticos prejudica no nível individual a mobilização, em termos de participação eleitoral, não-eleitoral e interesse pela política.**

Da revisão da literatura, surgiu como questão relevante investigar as conseqüências da desconfiança política. Mais do que ameaça à manutenção da democracia, é esperado que ela possa representar instabilidade (Norris, 1999) e afastamento do cidadão do mundo da política (Moisés, 1995; Nye, 1997; Dalton e Wattenberg, 2000), passível de gerar redução no pagamento de impostos, no

nível de obediência às leis e na participação eleitoral e não-eleitoral. No caso da desconfiança institucional, há ainda possibilidade de que signifique apenas uma alteração nos critérios de julgamento do cidadão, que estaria mais crítico em relação ao desempenho concreto do sistema político, mas não necessariamente mais afastado dele (Norris, 1999). Essa hipótese em princípio se aplicaria às democracias mais antigas, de países com maior desenvolvimento econômico. No Brasil e em demais nações da América Latina, as eventuais conseqüências da desconfiança institucional merecem melhor investigação, que considere as especificidades dos contextos nacionais (Moisés, 2005; Power e Jamison, 2005).

Este trabalho pretende analisar se, no nível individual, a desconfiança em instituições e atores políticos é capaz de afetar negativamente atitudes e comportamentos dos participantes da comunidade política. Parto da idéia de que a experiência do cidadão é fundamental para determinar a confiança que deposita em instituições políticas, como partidos, Congresso e governo. No caso brasileiro, há sinais de que o funcionamento desses elementos do regime tenha déficits capazes de impactar desfavoravelmente a percepção dos cidadãos. Em balanço recente sobre a consolidação da democracia, Kinzo (2004) aponta a baixa responsividade como um dos traços centrais desse sistema, dada a falta de conexão entre população e seus representantes, além da ausência de opções efetivas de escolha entre diferentes plataformas políticas ou alternativas partidárias. Baquero (2002), ao tratar da desconfiança nas instituições, aceita duas hipóteses como válidas para o caso brasileiro: a de que o desempenho das instituições no campo social está aquém da resolução dos problemas materiais mínimos da população; e a de que o cidadão está mais sofisticado e tem visão mais crítica da política. Para o autor, a primeira hipótese é mais plausível, considerando o elevado nível de pobreza, a falta de políticas de inclusão, a flagrante desigualdade social e o descrédito do Congresso Nacional. Levando em conta essas contribuições teóricas, espero encontrar sinais de que a desconfiança em instituições e atores políticos impacte a mobilização com sentido negativo, isto é, que aqueles que mais desconfiem participem menos e tenham menos interesse pela política.

O Eseb-2002 não trouxe questões diretas sobre a confiança em instituições democráticas e atores políticos. Por conta disso, trabalharei com *proxys*. Elaborei

dois índices (de honestidade dos políticos e de adesão a partidos, detalhados mais adiante) e os empreguei como indicadores de confiança, ao lado da avaliação direta da atuação de Congresso, partidos e governo federal. A mobilização é representada por três variáveis: um índice de participação eleitoral, um de participação não-eleitoral e a pergunta do questionário relativa ao interesse pela política.

Efeitos da desconfiança persistente no tempo são mais difíceis de aferir neste trabalho, por partir da análise secundária de dados de um *survey cross-sectional*. Assim, estaremos diante de uma fotografia instantânea, que representa um ponto no tempo. Outros desenhos de pesquisa seriam mais promissores para aferir esse impacto, como painéis ou análises de séries temporais. De qualquer forma, eventuais evidências de que a desconfiança desmobilize o cidadão no plano temporal imediato podem servir de ponto de partida para estudos futuros.

Por questões relacionadas à validação das variáveis, optei por trabalhar em conjunto as duas dimensões da confiança política que são objeto deste estudo. Embora o apoio institucional e a confiança em atores políticos sejam conceitualmente diferentes, seria difícil aferir, sem um questionário mais específico, a que dimensão se refere o julgamento do cidadão diante das questões do Eseb. Não seria possível definir se a avaliação do Congresso engloba a percepção sobre a imagem dos congressistas ou até que ponto os conceitos sobre a honestidade dos políticos levam em conta a performance ética do governo federal, para citar dois exemplos de provável influência recíproca.

Não se pode ignorar a possibilidade de, por partirem de dados de *survey* pós-eleitoral, os resultados deste estudo incorporarem eventuais contaminações representadas pela campanha política. É razoável supor que o período eleitoral altere atitudes e comportamentos usuais, em especial intensificando a participação, mas pode haver também modificações mais gerais na percepção do sistema político, num período em que o eleitor é cortejado pelos candidatos. Finkel (1985) constatou que a participação eleitoral aumentou a "eficácia externa"<sup>32</sup> do eleitor norte-americano, ao analisar um estudo de painel no período 1972-1976. Banducci e Karp (2003, p. 443) analisaram com estudos de painel os efeitos das três campanhas – de 1996 nos Estados Unidos, de 1997 na Inglaterra

---

<sup>32</sup> O pesquisador usou a expressão "eficácia externa" para se referir à crença de que as autoridades são responsáveis às tentativas do cidadão de influenciá-las (pág. 893).

e de 1999 na Nova Zelândia – e encontraram "apenas pequenas alterações" nos indicadores de apoio ao sistema político no nível agregado. No nível individual, houve mudanças significativas no apoio político entre os que eram "vencedores" na eleição<sup>33</sup>, dedicavam mais atenção à mídia jornalística e tinham percepção favorável sobre a economia. Analisando os mesmos dados sobre a Inglaterra e os Estados Unidos, Norris (2000) apurou que a eleição aumentou a eficácia e a confiança políticas.

A eleição de 2002 no Brasil foi ampla – houve disputas para presidente, duas vagas por Estado no Senado, deputados federais, governadores e deputados estaduais – e, a julgar pelo espaço que teve na mídia, não deixou a maioria dos brasileiros indiferente. Como a metodologia deste estudo equivale a contrastar parcelas da mesma amostra, sem compará-las com períodos anteriores, é incerto se haverá vieses no teste da hipótese proposta nem em que direção iriam eventuais desvios em relação ao comportamento regular de períodos não-eleitorais. O fato de se debruçar sobre *survey* pós-eleitoral introduz complicadores neste trabalho, mas também permite a observação de um período privilegiado para análise das variáveis em questão, por aumentar a saliência da política entre as preocupações do cidadão (Finkel, 1985; Norris, 2000).

### **Hipótese 2 – A exposição à mídia favorece a desconfiança em instituições e atores políticos.**

Aqui há uma cadeia de pressupostos. Primeiro, o de que os meios de comunicação retratam de maneira predominantemente negativa as instituições e atores políticos. Segundo, o de que esses conteúdos conformam uma atitude diferenciada entre os cidadãos que se informam via mídia e os que não utilizam essa fonte de estímulos<sup>34</sup>. Terceiro, que essa exposição resulta numa percepção mais desfavorável do cidadão em relação a esses agentes políticos.

---

<sup>33</sup> Foram caracterizados como "vencedores" aqueles que apoiavam o partido considerado vitorioso, com mais cadeiras no Legislativo, no caso dos regimes parlamentaristas, e com a conquista ou manutenção da Presidência, para o sistema norte-americano.

<sup>34</sup> Há impactos da mídia que passam despercebidos em observações no nível individual, porque não geram atitudes diferenciadas entre aqueles que se expõem e os que não se expõem a ela. São efeitos sistêmicos, gerados por dinâmicas diversas. Um exemplo: não é preciso ligar a televisão para ser alcançado pelo poder de agendamento dos meios de comunicação, já que ele influencia as pessoas com quem o cidadão conversa; o indivíduo pode considerar a corrupção um problema grave do país mesmo sem abrir o jornal ou assistir o telejornal. Outro exemplo: o mundo da política tende a se ajustar à lógica de produção da comunicação de massa. Nos Estados Unidos, é consagrada a expressão "sound-bit politics", referência à linguagem enxuta e

A representação negativa de instituições e atores políticos pode ocorrer tanto por conta do mau desempenho objetivo deles, quanto por vieses negativos no conteúdo das mensagens veiculadas. Em países de democracia mais antiga, essa representação midiática desfavorável do mundo da política foi relatada por vários autores (Robinson, 1979; Patterson, 1993; Capella e Jamieson, 1997; Holmberg, 1999). No Brasil, como vimos, há alguns estudos sobre períodos não-eleitorais que apontam nessa direção (Chaia, 1998 e 2001; Chaia e Teixeira, 1999; Jorge, 2003; Chaia, 2004). Mas não se pode descartar *a priori* a possibilidade de a mídia brasileira construir uma representação majoritariamente favorável do mundo político. Ainda que haja mensagens negativas, elas podem não ser predominantes. Pesquisadores apontam o controle que grupos com poder político e econômico exercem sobre os veículos de comunicação brasileiros (Rubim, 2001). Isso pode resultar em conteúdos menos desfavoráveis à classe política e às instituições de governo.

Para o período eleitoral de 2002, definir um vetor para as mensagens da mídia, em termos de predominância positiva ou negativa para a imagem de instituições e políticos, é tarefa igualmente complexa. É certo que houve cobertura maciça pelos veículos jornalísticos, muito superior em intensidade à da eleição de 1998. Um dado: Miguel (2003) observou que em 2002 o Jornal Nacional destinou 31,2% de seu tempo às eleições, contra 4,6% dedicados quatro anos antes – alteração na visibilidade da política que, na avaliação do autor, pode ter servido a interesses eleitorais

Sobre a valência dos conteúdos, há pistas contraditórias. Primeiro, vamos ao contexto da disputa, em linhas gerais. O governo Fernando Henrique (PSDB), no final do segundo mandato, tinha avaliação predominantemente regular (42%), mas com rejeição relativamente elevada (32% de ruim e péssimo, contra 23% de ótimo e bom)<sup>35</sup>. Durante toda a campanha, o candidato na dianteira nas pesquisas de opinião, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), adotou tom conciliador e acima da disputa política<sup>36</sup>, evitando ataques diretos a outros candidatos, mas criticando o

---

que se assemelha a slogans publicitários, adotada pelos políticos por se adequar à edição dos meios eletrônicos. É razoável supor que esse tipo de impacto indireto da mídia produza efeitos inclusive no cidadão que não se exponha à comunicação de massa (Patterson, 1993).

<sup>35</sup> Fonte: Datafolha de outubro de 2002 (citado em Figueiredo e Coutinho, 2003).

<sup>36</sup> Ficou célebre a expressão "Lulinha Paz e Amor", usada pela campanha petista para descrever o que seria o estado de espírito do candidato.

governo que terminava. No primeiro turno, a estratégia de propaganda negativa direta foi adotada sobretudo entre Ciro Gomes (PPS) e José Serra (PSDB), na disputa pelo segundo lugar. Uma vez estabilizado como provável participante do segundo turno, o candidato tucano passou a acusar Lula de fugir do debate sobre as questões nacionais e a acenar com o medo de que a vitória do petista representasse instabilidade econômica grave.

Avaliando o primeiro turno, Porto et al. (2004) consideraram que o Jornal Nacional privilegiou matérias descritivas dos problemas nacionais e as propostas dos candidatos, com 45,7% e 35,5% do tempo de cobertura de campanha, entre junho e o início de outubro. A cobertura com enquadramento "corrida de cavalos", que enfatiza a disputa entre os candidatos e já foi apontada como indutora do cinismo (Patterson, 1993), respondeu por 18,4%. Em relação aos candidatos, predominaram as reportagens positivas e neutras. Ciro Gomes (PPS), com a cobertura menos favorável, teve 29,1% de matérias consideradas negativas a sua candidatura. Um ponto a favor do vetor positivo.

O horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) também significa uma carga intensiva de estímulos ao cidadão<sup>37</sup>. Embora sob controle dos partidos, houve sinais de que a imagem mais geral da política possa ter saído arranhada nessa programação. Nos programas do candidato do PT, predominou a categoria chamada pelos pesquisadores de "análise de conjuntura", com 28,2% do tempo total. Nessa categoria, entram os diagnósticos dos problemas do país, que – avalio – tinham forte viés antigoverno. Na campanha de Serra, um candidato da situação, a categoria "propaganda negativa" (contra os outros candidatos) representou perto de 10% do total. Nos programas de Ciro Gomes, esse tipo de mensagem quase atingiu 30%; nos de Garotinho, se aproximou de 15% do tempo. Há estudos apontando que campanhas negativas entre candidatos contribuem para percepção desfavorável do sistema político e para a desmobilização (Iyengar, 1980).

---

<sup>37</sup> Foram mais de 87 horas e meia de propaganda eleitoral no período oficial de campanha, somados rádio e TV e considerando o espaço das candidaturas para diferentes cargos, nas contas de Figueiredo e Coutinho (2003).

Na realidade, só análises de conteúdo abrangentes<sup>38</sup> e focadas em instituições e atores políticos poderiam aferir com maior precisão a valência dos estímulos que predominaram na mídia brasileira na eleição de 2002, no que interessa à hipótese deste estudo. Mesmo assim, restaria a discussão sobre a duração dos efeitos da comunicação de massa nesse contexto. Teriam mais impacto os estímulos regulares, do período pré-eleitoral, ou os mais imediatos, dos meses anteriores às eleições?

Há, ainda, outra questão. O questionário do Eseb-2002 não esgota o levantamento sobre os usos que o brasileiro faz da mídia. Não há, por exemplo, perguntas sobre a audiência à programação de TV genérica, não-jornalística, nem sobre quantas horas diárias são dedicadas a essa atividade. Em alguns estudos, essas se mostraram variáveis relevantes para nossa investigação (Putnam, 1995 e 2001; Norris, 1996 e 2000; Perez-Liñan, 2005), especialmente para a análise da hipótese sobre a *mediamalaise*. O foco de minha análise será a exposição a conteúdos propriamente jornalísticos veiculados pela mídia (jornais, telejornais, notícias no rádio). Trata-se do espaço por excelência da informação política. Não ignoro que o conteúdo genérico da mídia, inclusive programas de entretenimento na TV e cadernos de variedades de jornais, contenha informação sobre política, sendo por isso capaz de produzir efeitos nas atitudes do cidadão. Se a apresentadora Hebe faz um comentário sobre a corrupção no país, isso pode ter repercussão no universo simbólico do espectador. Mas, do ponto de vista da análise empírica, são as seções jornalísticas dos veículos de comunicação que permitem a observação mais clara do impacto dos estímulos relacionados à política.

Considerando os déficits no funcionamento do sistema político brasileiro, os ingredientes negativos da campanha eleitoral de 2002 e os vieses apontados na literatura para a mídia jornalística, parto da expectativa de que os meios de comunicação, no agregado, construíram uma representação desfavorável da política no período anterior ao *survey* analisado.

Agora, passemos à etapa seguinte na cadeia da comunicação. Como discutido no capítulo anterior, mensagens negativas não significam efeitos

---

<sup>38</sup> Os jornais, por exemplo, configuram uma dimensão da mídia com dinâmicas próprias. Aldé (2004) analisou a valência da cobertura de jornais de circulação nacional para os candidatos, mas não a apresentou totalizada para o período, porque o foco de sua investigação era outro.

automaticamente desfavoráveis na percepção do cidadão. Essa relação é mediada por diversos outros fatores, como a confiança de que a própria mídia desfruta (Bennet et al., 1999), os contatos interpessoais (Lazarsfeld et al., 1969) e os repertórios culturais e sociais do receptor da mensagem (Graber, 1989; Gamson et al., 1992). A informação sobre política que chega pela mídia também concorre com outras fontes, como a experiência pessoal direta, sobretudo no caso das instituições. Assim, mensagens potencialmente negativas sobre o governo federal, por exemplo, podem ser neutralizadas por experiências pessoais que apontem em outra direção – ir ao supermercado e constatar que a inflação está sob controle ou procurar atendimento médico e sair satisfeito (Popkin, 1994). Na construção desta segunda hipótese, assumo que os ingredientes negativos dos conteúdos midiáticos teriam sido capazes de conformar atitudes diferenciadas – e desfavoráveis – em relação a instituições e atores políticos.

Essa hipótese representa notadamente a parcela mais exploratória deste trabalho. Confirmada, permitirá levantar evidências de que a mídia jornalística tem impacto negativo na confiança política do cidadão, mesmo em um contexto pós-eleitoral, mas sem estabelecer em detalhes as dinâmicas envolvidas no processo.

### **Hipótese 3 – A exposição à mídia favorece a desmobilização, em termos de participação eleitoral e não-eleitoral e interesse pela política.**

Neste caso, trata-se de testar parcialmente a hipótese da *mediamalaise* para o contexto brasileiro. Parcialmente porque não será possível aferir a influência da exposição à mídia genérica, não-jornalística, sobre a mobilização do cidadão. É justamente o tempo elevado de audiência à TV em geral que mostrou maior associação com o afastamento da política em estudos anteriores (Putnam, 1995; Norris, 1996 e 2000)<sup>39</sup>. Como o Eseb-2002 não se ocupou dessa dimensão, o teste integral da hipótese de *mediamalaise* restou prejudicado.

É preciso lembrar que, conceitualmente, admito a influência recíproca entre a exposição aos meios de comunicação e a mobilização. O cidadão que participa mais tende a procurar mais informações nos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que a mídia serve de estímulo à mobilização (Norris, 2000). Assim como no caso da confiança, a imagem de círculos virtuosos e viciosos se aplica

---

<sup>39</sup> Há estudos que colheram evidências de impacto desmobilizador também para a exposição a conteúdos jornalísticos (Miller et al., 1979; Patterson, 1993; Capella e Jamieson, 1997).



melhor, do ponto de vista teórico, às relações entre uso dos meios de comunicação e mobilização. Neste estudo, por questões metodológicas, optei por lançar luz sobre um sentido dessa relação – os efeitos da mídia sobre a mobilização.

Por fim, em um das etapas da análise estatística, testarei a possibilidade de a exposição à mídia e a desconfiança interagirem na determinação da mobilização. Digamos, por exemplo, que a audiência a telejornais só tenha efeitos desmobilizadores para os que apresentem maior desconfiança. Nessa hipótese, existiria uma tendência latente de afastamento da política favorecida pela mídia, mas que só se realiza quando há insatisfação com o funcionamento de instituições e o comportamento dos políticos. Tentativamente, para avaliar essa interação, pretendo empregar regressões de forma a avaliar conjuntamente os efeitos da exposição aos meios de comunicação e da atitude de desconfiança na mobilização.

## 3.2. Variáveis

Passo a seguir a descrever as variáveis empregadas na análise dos dados do Eseb-2002, que reuniu 2.513 casos apurados em entrevistas domiciliares, representando a população brasileira maior de 16 anos<sup>40</sup>.

### 3.2.1 – Confiança

**Índice de honestidade dos políticos** – Varia de **0 a 10 pontos** e foi construído a partir de cinco proposições do questionário<sup>41</sup>:

- *Na sua opinião, no Brasil, a corrupção entre os políticos acontece o tempo todo, acontece na maior parte do tempo, acontece de vez em quando ou não há corrupção entre os políticos?*
- *Em geral, políticos muito honestos não sabem governar* [concordância ou discordância]
- *Existem alguns políticos que são honestos* [concordância ou discordância]

<sup>40</sup> Mais detalhes sobre o *survey* no Anexo Metodológico.

<sup>41</sup> As questões foram reproduzidas da forma como apareciam no questionário do Eseb-2002.

- *Político honesto não tem sucesso na política* [concordância ou discordância]
- *Todos os políticos roubam* [concordância ou discordância]

Observe-se que as questões tratam de traços mais perenes dos políticos e da política. Por isso, espera-se que o índice resultante tenha caráter menos imediato e seja mais distante dos governantes do dia do que as avaliações sobre a atuação das instituições descrita abaixo – embora também não se possa ignorar que esse julgamento mais "de fundo" seja contaminado pela percepção das autoridades da ocasião. Veremos adiante que os resultados dos testes apóiam essa suposição.

Esse índice teve alfa de Cronbach de .51 e mostrou associações de .04 (r de Pearson) com a idade<sup>42</sup>, de -.05 com o gênero<sup>43</sup>, de .21 com a escolaridade<sup>44</sup> e de .19 com a renda familiar<sup>45</sup>. Não houve associação com significância estatística para o local de moradia<sup>46</sup>. Em alguns testes estatísticos em que é utilizado como variável independente, o índice foi recodificado para gerar duas categorias de entrevistados: os com "maior desconfiança", que pontuaram até 5 na escala do índice; e os com "menor desconfiança", que tiveram de mais de 5 a 10 pontos. O primeiro grupo foi composto por 56% dos respondentes; o segundo, por 44%.

**Índice de adesão aos partidos** – Varia **0 a 10 pontos** e foi composto a partir das quatro seguintes proposições:

- *Na sua opinião...*

*As discussões entre os partidos causam mais dano do que benefício ao Brasil OU;*

*As discussões entre os partidos tornam mais claro para o povo muitos problemas importantes, e por isso prestam um grande serviço ao país?*

- *Na sua opinião, os partidos representam mais...*

*O conjunto da população OU*

*Os próprios políticos OU*

*Os eleitores e grupos que apóiam esses partidos?*

<sup>42</sup> Agrupada nas seguintes faixas: 16 a 24 anos; 25 a 34 anos; 35 a 44 anos; 45 a 59 anos; e 60 anos ou mais.

<sup>43</sup> Considerando 0 para os homens e 1 para as mulheres.

<sup>44</sup> Agrupada nas seguintes faixas: sem instrução; até a 4a. série; da 5a. à 8a. série; 2º grau; e superior ou mais.

<sup>45</sup> Agrupada nas seguintes faixas: até 1 SM (salário mínimo) da época; mais de 1 SM a 5 SM; mais de 5 SM a 10 SM; e mais de 10 SM.

<sup>46</sup> Considerando 0 para não-capital e 1 para capital.

- *O que é melhor, um presidente da república que...*

*Seja identificado com um partido político OU:*

*Um presidente que não dê importância a partidos?*

- *Algumas pessoas dizem que “os partidos só servem para dividir as pessoas”, o(a) sr.(a) concorda ou discorda? Muito ou pouco?*

Também neste caso espera-se que o índice reflita a percepção mais estável e "de fundo" do cidadão, inclusive por incluir questões relativas à missão, isto é, à função dos partidos no sistema político. Nesta variável não entraram questões sobre a identificação partidária, que expressassem preferências individuais ou capacidade de diferenciar os partidos.

O índice teve alfa de Cronbach de .33 e registrou associações de -.06 com a idade, de .12 com a escolaridade e a renda familiar. Com gênero e local de moradia não houve correlação com consistência estatística. Quanto empregado como variável independente, foi recodificado para enquadrar os entrevistados nas categorias "maior desconfiança", com até 5 pontos no índice, e "menor desconfiança", com pontuação acima de 5. O primeiro grupo representou 59% da amostra; o segundo, 41%.

**Avaliação do Congresso** – Varia **0 a 10 pontos**, atribuídos a partir da seguinte questão: *“Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima”*. Essa escala de 0 a 10 foi adotada de forma a padronizar e tornar comparáveis todas as variáveis relativas à confiança e à mobilização.

A avaliação do Congresso teve associações de .12 com a idade, de .05 com o gênero, de -.22 com a escolaridade, de -.20 com a renda familiar e de -.11 com o local de moradia. Foi utilizada a mesma marca para dividir os entrevistados em "maior desconfiança" (abaixo ou igual a 5) e "menor desconfiança" (acima de 5 pontos). O primeiro grupo foi composto por 57% dos respondentes; o segundo, por 43%.

Espera-se que tenha caráter mais imediato e relacionado ao julgamento das autoridades da ocasião, por conta do enunciado da questão.

**Avaliação dos partidos** – Todas as características semelhantes à variável anterior, com exceção das associações: de .13 com a idade, de -.20 com a escolaridade, de -.14 com a renda familiar e de -.06 com o local de moradia. Não houve correlação com significância estatística para o gênero. Os com "maior desconfiança" representaram 60% e os de "menor desconfiança", 40% dos entrevistados.

**Avaliação do governo federal** – Idem, com as seguintes associações: de .10 com a idade, de -.18 com a escolaridade, de -.11 com a renda familiar e de -.06 com o local de moradia. Não houve correlação consistente com gênero. Dos entrevistados, 44% apresentaram "maior desconfiança" e 56%, "menor desconfiança".

A tabela 3.1 traz um quadro-resumo para as associações entre variáveis de confiança e socioeconômicas.

<b>Tabela 3.1 – Confiança x variáveis socioeconômicas</b>					
<b>Correlações (r de Pearson)</b>					
	<b>Honestidade de políticos</b>	<b>Adesão a partidos</b>	<b>Avaliação Congresso</b>	<b>Avaliação partidos</b>	<b>Avaliação governo</b>
<b>Idade</b>	.04	-.06	.12	.13	.10
<b>Ser mulher</b>	-.05	NS	.05	NS	NS
<b>Escolaridade</b>	.21	.12	-.22	-.20	-.18
<b>Renda familiar</b>	.19	.12	-.20	-.14	-.11
<b>Morar em capital</b>	NS	NS	-.11	-.06	-.06

NS=Sem significância estatística (todos os demais valores com significância de 0.05)

### **3.2.2. Mobilização**

**Índice de participação eleitoral** – Varia de **0 a 10 pontos**, obtidos a partir de seis questões:

- *Durante a campanha eleitoral, o(a) sr.(a) tentou convencer alguém a votar em algum candidato ou partido?*
- *Durante as eleições, o(a) sr.(a) mostrou seu apoio a algum candidato ou partido participando de reuniões, colando cartazes ou distribuindo panfletos?*
- *E o(a) sr.(a) colocou faixas ou cartazes de algum candidato em sua casa, no trabalho, ou colou adesivos no carro?*
- *O(a) sr.(a) votou nesta eleição?*
- *O(a) sr.(a) votou na eleição de 1998?*

- *Se o voto não fosse obrigatório, o(a) sr.(a) votaria?*

Esse índice teve alfa de Cronbach de .52 e mostrou associações de .16 com a escolaridade e de .12 com a renda familiar.

**Índice de participação não-eleitoral** – Varia **0 a 10 pontos** e foi composto a partir das seguintes proposições:

- *Nos últimos quatro anos, o(a) sr.(a) fez contato com algum político ou alguém que trabalha no governo, para pedir a solução de algum problema que prejudicava muitas pessoas ou reclamar do próprio governo?*

- *Nos últimos 4 anos, o sr. participou de algum protesto ou comício contra ou a favor do governo?*

- *Nos últimos 4 anos, o(a) sr.(a) tentou resolver algum problema junto com outras pessoas que pensam como o(a) sr.(a)?*

- *Eu vou dizer algumas formas de participação política, e gostaria que o(a) sr.(a) dissesse, para cada uma delas, se o(a) sr.(a) faria ou não faria:*

. *Assinar um abaixo-assinado*

. *Participar de manifestações ou protestos*

. *Participar de greve*

- *Agora eu gostaria de saber quais destas atividades o(a) sr.(a) já fez em algum momento de sua vida e quais o(a) sr.(a) nunca fez:*

. *Assinar um abaixo-assinado*

. *Participar de manifestações ou protestos*

. *Participar de greve*

O alfa de Cronbach obtido foi de .70. O índice apresentou associações de -.18 com a idade, de -.07 com o gênero, de .35 com a escolaridade, de .23 com a renda familiar e de .09 com o local de moradia.

**Interesse por política** – Varia **0 a 10 pontos** e foi composto a partir da seguinte questão: "*O(A) sr.(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) sr.(a) não tem interesse por política?*". A variável registrou associações de -.07 com a idade, de -.16 com o gênero, de .26 com a escolaridade e de .21 com a renda familiar. Não houve consistência para o local de moradia.

A tabela 3.2 traz um quadro-resumo para as associações entre variáveis de mobilização e socioeconômicas.

<b>Tabela 3.2 – Participação x variáveis socioeconômicas</b>			
<b>Correlações (r de Pearson)</b>			
	<b>Participação eleitora</b>	<b>Participação não-eleitora</b>	<b>Interesse por política</b>
<b>Idade</b>	NS	-.18	-.07
<b>Ser mulher</b>	NS	-.07	-.16
<b>Escolaridade</b>	.16	.35	.26
<b>Renda familiar</b>	.12	.23	.21
<b>Morar em capital</b>	NS	.09	NS

NS=Sem significância estatística  
(todos os demais valores com significância de 0.05)

### **3.2.3. Exposição à mídia**

**Telejornais** – Variável dicotômica composta a partir das seguintes questões<sup>47</sup>:

- *Quantos dias por semana o(a) sr.(a) assiste o Jornal Nacional da TV Globo?*
- *Quantos dias por semana o(a) sr.(a) assiste o Jornal da Record apresentado por Boris Casoy?*

O valor 1 foi atribuído àqueles que assistem um dos dois – ou os dois – telejornais pelo menos uma vez por semana (76% da amostra). Aos demais casos – inclusive ao de quem assiste telejornais "raramente" – foi atribuído valor 0. Como se nota, a variável mede hábito de exposição regular a telejornais nacionais, mas sem levar em conta a intensidade dessa exposição. Houve associações consistentes para gênero (-.07), escolaridade (.20), renda familiar (.21) e local de moradia (.06).

**Jornais** - Variável dicotômica composta a partir da questão: "O(A) sr.(a) costuma ler jornal?". O valor 1 foi atribuído aos que costumam ler, que representaram 53%

<sup>47</sup> O Eseb-2002 trouxe uma questão direta sobre a audiência a telejornais nacionais: "O(A) sr.(a) assistiu telejornais com notícias nacionais essa semana?". A exemplo de outros *surveys*, como o NES (National Election Study) norte-americano, optou por adotar a lembrança imediata como medida de exposição à mídia eletrônica por considerá-la mais próxima do comportamento real do entrevistado do que questões sobre período mais remoto. No entanto, o enunciado da pergunta e a frequência das respostas tornaram preferível elaborar uma nova variável a partir das questões sobre hábito de assistir ao Jornal Nacional e o Jornal da Record, os dois principais telejornais nacionais na ocasião. No caso da questão direta, 53% dos respondentes disseram ter assistido telejornal nacional – mesmo percentual encontrado para a leitura de jornal. Com a nova variável, 76% disseram assistir um dos dois – ou os dois – telejornais pelo menos uma vez por semana, o que, acredito, possa medir com maior precisão o hábito regular de exposição dos entrevistados.

da amostra. Houve correlações com significância estatística para idade (-.11), gênero (-.11), escolaridade (.48), renda familiar (.38) e local de moradia (.10).

**Rádio** - Variável dicotômica composta a partir da questão: "O(A) sr.(a) ouviu notícias no rádio esta semana?"<sup>48</sup>. O valor 1 foi atribuído aos que ouviram notícias no rádio, representando 37% da amostra. Houve associações consistentes com gênero (-.05), escolaridade (.07) e renda familiar (.07).

**Horário eleitoral na TV** - Variável dicotômica composta a partir da questão: "Com que frequência o(a) sr.(a) assistiu o horário eleitoral na TV?". O valor 1 foi atribuído aos que declararam ter assistido pelo menos uma vez por semana, grupo que reuniu 81% da amostra. Houve associações com sinal positivo para idade (-.08), escolaridade (.19) e renda familiar (.22). A questão sobre a audiência ao HGPE (horário gratuito de propaganda eleitoral) foi aplicada à metade da amostra (N=1.249) do Eseb, e essa variável só eventualmente é incluída nos testes estatísticos.

<b>Tabela 3.3 – Mídia x variáveis socioeconômicas</b>				
<b>Correlações (r de Pearson)</b>				
	<b>Telejornais</b>	<b>Jornais</b>	<b>Rádio</b>	<b>HGPE<sup>1</sup></b>
<b>Idade</b>	NS	-.11	NS	-.08
<b>Ser mulher</b>	-.07	-.11	-.05	NS
<b>Escolaridade</b>	.20	.48	.07	.19
<b>Renda familiar</b>	.21	.38	.07	.22
<b>Morar em capital</b>	.06	.10	NS	NS

NS=Sem significância estatística (todos os demais valores com significância de 0.05)

<sup>1</sup>N=1.249

A tabela 3.3 traz um quadro-resumo para as associações entre variáveis de exposição aos meios de comunicação e socioeconômicas. Verificando a associação no uso de diferentes meios, foi obtida correlação fraca e, em dois cruzamentos, sem consistência estatística, como se vê na tabela 3.4. Trabalharei nas análises que seguem com a exposição a cada tipo de veículo – ou programação, no caso do horário eleitoral – tratada isoladamente, sem um índice geral de exposição à mídia.

<sup>48</sup> Neste caso, não foi possível criar variável mais próxima do que seja o hábito de exposição regular a notícias no rádio. Trabalho, então, com a *proxy* disponível.

<b>Tabela 3.4 – Usos da mídia</b>				
<b>Correlações (r de Pearson)</b>				
	<b>Telejornais</b>	<b>Jornais</b>	<b>Rádio</b>	<b>HGPE<sup>1</sup></b>
<b>Telejornais</b>		.25	.05	.35
<b>Jornais</b>	.25		.11	NS
<b>Rádio</b>	.05	.11		NS

NS=Sem significância estatística (todos os demais valores com significância de 0.05)

<sup>1</sup>N=1.249

### **3.3. Análise de dados**

#### **3.3.1. Confiança x mobilização**

O primeiro passo é verificar se a desconfiança em instituições e atores políticos aparece associada a níveis diferenciados de mobilização. Para isso, analiso as médias obtidas nas variáveis dependentes pelas categorias dos "mais confiantes" e dos "menos confiantes". É um indicador com limitações, por trabalhar apenas com medidas de tendência central e não levar em conta as variáveis socioeconômicas que podem impactar as atitudes do indivíduo, podendo levar a inferências espúrias. Usando o teste estatístico t, apurei a consistência das médias, isto é, se têm significância que permita a inferência para o conjunto da população brasileira a partir da amostra do Eseb. Em alguns casos, o teste não permitiu rejeitar a hipótese nula, isto é, não possibilitou afirmar que há diferença de atitude entre as duas categorias.

A primeira observação é que a desconfiança em instituições e atores políticos foi capaz de conformar comportamentos diferenciados em termos de mobilização. Em 11 dos 15 casos, as categorias com "maior desconfiança" e "menor desconfiança" mostraram diferenças com consistência estatística. A categoria que representa os que tiveram até 5 pontos no índice de honestidade dos políticos – os de maior desconfiança – obteve média 19% menor em termos de participação eleitoral, por exemplo, como se vê à tabela 3.5. Como todas as variáveis dependentes foram padronizadas para escalas de 0 a 10, é possível fazer comparações sobre a diferença obtida em cada cruzamento.

O sentido da influência da desconfiança sobre a mobilização variou. Para 6 dos 11 casos com diferença consistente entre as categorias, o impacto foi negativo; em 5, foi positivo. Assim, o grupo dos que avaliam pior a honestidade



dos políticos mostrou média mais baixa para a participação não-eleitoral; mas os que avaliam de forma mais negativa o Congresso obtiveram média de pontos mais alta para aquela variável dependente. As características das variáveis de confiança sugerem uma possível interpretação para essa dissonância.

<b>Tabela 3.5 – Confiança x mobilização</b>				
<b>Médias dos indicadores de mobilização por níveis de confiança</b>				
<b>(Números indicam pontuação no índice específico)</b>				
		<b>Participação eleitora</b>	<b>Participação não-eleitora</b>	<b>Interesse por política</b>
<b>Índice de honestidade dos políticos</b>	Maior desconfiança	3,53	2,71	3,21
	Menor desconfiança	4,21	3,36	4,53
	<b>Diferença</b>	<b>-19%*</b>	<b>-24%*</b>	<b>-41%*</b>
<b>Índice de adesão a partidos</b>	Maior desconfiança	3,58	2,76	3,32
	Menor desconfiança	4,32	3,38	4,63
	<b>Diferença</b>	<b>-21%*</b>	<b>-22%*</b>	<b>-39%*</b>
<b>Avaliação do Congresso</b>	Maior desconfiança	3,88	3,24	3,87
	Menor desconfiança	3,78	2,63	3,62
	<b>Diferença</b>	<b>NS</b>	<b>19%*</b>	<b>6%</b>
<b>Avaliação dos partidos</b>	Maior desconfiança	3,83	3,13	3,64
	Menor desconfiança	3,79	2,64	3,78
	<b>Diferença</b>	<b>NS</b>	<b>15%*</b>	<b>NS</b>
<b>Avaliação do governo</b>	Maior desconfiança	3,84	3,30	3,84
	Menor desconfiança	3,74	2,58	3,51
	<b>Diferença</b>	<b>NS</b>	<b>22%*</b>	<b>9%*</b>

\*\* Significância de 0.05 \* Significância de 0.10 NS=Sem significância estatística

As duas variáveis com carácter presumivelmente menos imediato – honestidade dos políticos e adesão a partidos – conformaram atitudes diferenciadas em todos os casos analisados. As variáveis relativas à atuação das instituições, que suponho mais próximas do julgamento das autoridades do dia, não resultaram em diferenças com significância estatística em 4 dos 9 cruzamentos. O achado é congruente com a corrente da literatura que espera efeitos concretos da confiança no prazo mais longo. Assim, é plausível imaginar que as duas variáveis que medem dimensões em princípio mais estáveis, "de fundo", da confiança mostrem o sinal mais provável para o impacto na

mobilização em prazos ampliados. Nesses primeiros testes, esse sinal é negativo, sugerindo que a desconfiança "de fundo" incentive a desmobilização.

<b>Tabela 3.6 – Confiança x mobilização</b>			
<b>Regressão dos indicadores de mobilização</b>			
<b>(Valores estandarizados de Beta)</b>			
	<b>Participação eleitoral</b>	<b>Participação não-eleitoral</b>	<b>Interesse por política</b>
<b>CONFIANÇA</b>			
Honestidade dos políticos	.13**	.08**	.16**
Adesão a partidos	.13**	.09**	.13**
Avaliação do Congresso		-.05*	
Avaliação dos partidos			.09**
Avaliação do governo		-.08**	
<b>SOCIOECO</b>			
Idade		-.07	
Ser mulher			-.11**
Escolaridade	.07**	.20**	.13**
Renda familiar		.06**	.08**
Morar em capital	-.05*		-.07**
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.06**</b>	<b>.12**</b>	<b>.13**</b>

\*\* Significância de .05 \*Significância de .10

Valores sem significância estatística não aparecem na tabela

Regressões OLS (mínimos quadrados ordinários) foram utilizadas para verificar se, controladas variáveis do perfil socioeconômico dos indivíduos, a desconfiança mantém seu poder explicativo para a mobilização<sup>49</sup>. Os resultados estão na tabela 3.6. Observa-se que as variáveis relativas à confiança "de fundo" foram as que mantiveram sua consistência estatística – constatada para as três variáveis dependentes. As avaliações institucionais diretas só tiveram significância estatística em 3 dos 9 resultados (por isso 6 deles não aparecem na tabela). Isso sugere que, nesses 6 casos sem consistência estatística, foi o perfil do cidadão com maior desconfiança – mais do que o nível de desconfiança em si – que determinou o nível de mobilização. Naturalmente, há outros fatores que impactam a confiança e não foram incluídos no modelo, que tem poder explicativo medido pelo  $r^2$  modesto, especialmente no caso da participação eleitoral (.06).

Nas tabelas, o sinal positivo indica que a variável independente e a dependente têm relação direta, isto é, maior confiança resulta em maior

<sup>49</sup> Na regressão, as variáveis independentes foram introduzidas com escala de 0 a 10 – não em sua versão dicotômica – de forma a refletir melhor as nuances nas respostas da amostra.

mobilização (ou maior desconfiança resulta em desmobilização). Mais uma vez, houve dissonância nos sinais. As duas variáveis que suponho medir dimensões menos imediatas da confiança apresentaram valores estandarizados de Beta positivos, enquanto as relativas à avaliação da atuação institucional tiveram dois resultados negativos e um positivo. Embora esses dados indiquem a necessidade de investigação mais apurada, o Beta mais elevado e a consistência do poder explicativo da honestidade dos políticos e da adesão a partidos sugerem que o sinal obtido para essas variáveis possa ser o que melhor espelha a relação entre confiança e mobilização. Isso levaria a pensar que a desconfiança em instituições e atores políticos favorece a desmobilização do cidadão, sobretudo em prazos mais longos.

### **3.3.2 Média x confiança**

Também nesta seção empreguei análises de médias seguidas de regressão OLS, usando as variáveis dependentes com escala de 0 a 10.

<b>Tabela 3.7 – Média x confiança</b>						
<b>Médias dos indicadores de confiança por exposição à mídia</b>						
<b>(Números indicam pontuação no índice específico)</b>						
		<b>Honestidade de políticos</b>	<b>Adesão a partidos</b>	<b>Avaliação Congresso</b>	<b>Avaliação partidos</b>	<b>Avaliação governo</b>
<b>Tele-jornais</b>	Assiste	4,99	4,99	4,21	4,03	5,09
	Não	4,60	4,58	4,38	4,15	5,18
	<b>Diferença</b>	<b>8%*</b>	<b>8%*</b>	<b>NS</b>	<b>NS</b>	<b>NS</b>
<b>Jornais</b>	Lê	5,20	5,07	3,87	3,77	4,82
	Não	4,51	4,72	4,75	4,46	5,42
	<b>Diferença</b>	<b>13%*</b>	<b>7%*</b>	<b>-23%*</b>	<b>-18%*</b>	<b>-12%*</b>
<b>Notícias no rádio</b>	Ouve	5,09	4,97	4,02	3,90	4,92
	Não	4,81	4,89	4,39	4,18	5,19
	<b>Diferença</b>	<b>5%*</b>	<b>NS</b>	<b>-9%*</b>	<b>-7%*</b>	<b>-6%*</b>
<b>Horário eleitoral<sup>1</sup></b>	Assistia	5,08	5,23	4,30	4,18	5,11
	Não	4,14	3,97	4,06	4,01	5,17
	<b>Diferença</b>	<b>18%*</b>	<b>24%*</b>	<b>NS</b>	<b>NS</b>	<b>NS</b>

<sup>1</sup>N= 1.249 \*\*Significância de 0.05 \*Significância de 0.10 NS=Sem significância estatística

Os primeiros testes indicam que os mais informados demonstram atitudes diferenciadas, como se vê à tabela 3.7. Em 20 comparações entre grupos que se expunham e não se expunham a determinado meio, houve diferença com significância estatística em 13. No caso dos telejornais, por exemplo, os indivíduos que os assistem pelo menos uma vez por semana apresentaram média de pontos 8% mais alta no índice de honestidade dos políticos, comparados aos que não assistem. Foram as avaliações da atuação das instituições as variáveis que mostraram associação menos freqüente com a exposição à comunicação. Em 6 dos 12 cruzamentos, não houve diferença consistente entre quem se expõe e quem não se expõe aos meios de comunicação.

Não houve um sentido inequívoco para a influência dos meios de comunicação – em 7 casos a diferença teve sinal positivo e em 6, negativo. Mas é viável especular sobre uma lógica para essa discrepância. Quem lê jornal ou ouve notícias no rádio é mais crítico sobretudo em relação ao desempenho de Congresso, partidos e governo federal – variáveis que estou tomando por indicadores de confiança mais imediata. De outro lado, é preciso observar que o impacto da mídia foi positivo nas duas variáveis que acredito representar dimensão menos imediata da confiança. Quem assiste telejornal, por exemplo, dá notas melhores para a honestidade dos políticos e também para os partidos, levando em conta a função deles no sistema político. O mesmo ocorre entre os que lêem jornal. Quem ouve notícias sobre política no rádio considera os políticos mais honestos. A partir dessas evidências é razoável supor que a exposição à mídia, no contexto brasileiro de 2002, tenderia a prejudicar a avaliação mais imediata das instituições, mas a ter impacto favorável em dimensões mais duradouras da confiança em instituições e atores políticos.

A título de ensaio foi incluída nessa análise variável sobre o horário gratuito de propaganda eleitoral. Seu impacto foi positivo para a imagem de políticos e partidos, com maior intensidade do que a mídia jornalística, como se observa pela diferença percentual mais elevada. Isso sugere que o controle do conteúdo do horário eleitoral pelos partidos pode de fato resultar em mensagens mais favoráveis a algumas esferas do sistema político, apesar de eventuais ataques a candidatos adversários e críticas ao governo e ao sistema. Em relação à

avaliação das instituições, o HGPE não conformou atitudes diferenciadas entre os que o assistiam e os que não o faziam.

No caso da exposição aos meios de comunicação, analisar regressões multivariadas, que permitam controlar variáveis socioeconômicas, é de grande relevância, de forma a minimizar os efeitos da exposição seletiva e evitar inferências espúrias. Em princípio, há possibilidade de a mídia atrair justamente os públicos mais escolarizados e de maior renda, passíveis de demonstrar percepção sobre o sistema político com características específicas<sup>50</sup>. Anteriormente, vimos que há associações entre a exposição à mídia e as variáveis escolaridade e renda familiar que chegam a atingir r de Pearson de .48. Os resultados da regressão para um modelo em que são controladas variáveis socioeconômicas aparecem na tabela 3.8.

<b>Tabela 3.8 – Mídia x confiança</b>					
<b>Regressão dos indicadores de confiança</b>					
<b>(Valores estandarizados de Beta)</b>					
	<b>Honestidade dos políticos</b>	<b>Adesão partidos</b>	<b>Avaliação Congresso</b>	<b>Avaliação partidos</b>	<b>Avaliação governo</b>
<b>MÍDIA</b>					
Telejornais		.05*			
Jornais					
Rádio	.04**				
<b>SOCIOECO</b>					
Idade	.12**	-.06**	.07**	.07**	.04*
Ser mulher	-.05*				
Escolaridade	.21**	.05*	-.11**	-.14**	-.15**
Renda familiar	.07**	.07**	-.11**	-.05*	
Morar em capital	-.06**		-.07**		
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.08**</b>	<b>.03**</b>	<b>.07**</b>	<b>.05**</b>	<b>.04**</b>

\*\* Significância de .05 \*Significância de .10

Valores sem significância estatística não aparecem na tabela

A exposição à mídia de caráter jornalístico praticamente perdeu seu poder explicativo para as variações na confiança em instituições e atores políticos. Em

<sup>50</sup> Moisés (1995) reuniu evidências de que escolaridade e renda têm papel importante como mediadores da percepção do sistema político brasileiro. Estão positivamente associadas ao apoio à democracia e negativamente ao apoio a atores políticos e instituições e à satisfação com o funcionamento concreto do regime. No final dos anos 80 e início dos 90, os mais ricos e mais escolarizados eram os mais críticos ao funcionamento do sistema político, ao passo que os mais excluídos pelo processo de modernização por que passou o Brasil eram justamente os que mais diziam apoiar atores políticos, instituições e o funcionamento concreto da democracia.

apenas dois casos teve consistência estatística: assistir a telejornais levou a maior adesão a partidos e ouvir notícias no rádio tornou mais favorável o julgamento sobre a honestidade dos políticos. Mais: os baixos  $r^2$  encontrados sugerem que este é um modelo fraco explicar as variações na confiança encontradas na amostra do Eseb.

Diante dessas evidências, é menos viável afirmar que a exposição aos meios de comunicação impacta a confiança, como sugeriam os testes de médias realizados anteriormente. Há sinais de que esse efeito mascare a influência de características socioeconômicas de quem se expõe a mídia ou que determinados grupos sociais sofram outras influências, capazes de neutralizar os efeitos dos conteúdos da comunicação de massa. Em dois indivíduos hipotéticos com o mesmo perfil (idade, gênero, escolaridade, renda familiar e local de residência), a influência da exposição à mídia sobre a confiança em instituições e atores políticos tenderia a ser desprezível.

Quando o horário eleitoral é incluído no modelo, como na tabela 3.9, há algum ganho em poder explicativo, indicado pelo  $r^2$  mais elevado. E a programação a cargo dos partidos, como era de se esperar, afeta os indicadores de confiança com sinal positivo, melhorando a imagem de políticos e partidos.

<b>Tabela 3.9 – Mídia (com HGPE) x confiança</b>					
<b>Regressão dos indicadores de confiança</b>					
<b>(Valores estandarizados de Beta)</b>					
	<b>Honestidade dos políticos</b>	<b>Adesão partidos</b>	<b>Avaliação Congresso</b>	<b>Avaliação partidos</b>	<b>Avaliação governo</b>
<b>MÍDIA</b>					
Telejornais					
Jornais					
Rádio					
Horário eleitoral	.09**	.15**			
<b>SOCIOECO</b>					
Idade	.13**		.09**	.09**	
Ser mulher		-.06*		.07**	
Escolaridade	.24**			-.12**	-.22**
Renda familiar	.08*		-.12**		
Morar em capital	-.06*		-.10**	-.06**	
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.10**</b>	<b>.05**</b>	<b>.06**</b>	<b>.06**</b>	<b>.07**</b>

\*\* Significância de .05 \*Significância de .10

Valores sem significância estatística não aparecem na tabela

### **3.3.3. Mídia e mobilização**

Resta ainda analisar o eventual impacto da exposição a conteúdos jornalísticos dos meios de comunicação sobre a mobilização, testando parcialmente a hipótese sobre a *mediamalaise* para o contexto brasileiro de 2002. Mais uma vez, análises de médias e regressão OLS foram usados nos testes estatísticos.

Os resultados expressos na tabela 3.10 trazem sinais claros de que a exposição à mídia teve forte associação positiva com a mobilização. Houve diferença de médias com significância estatística para todos os meios de comunicação, em todas as variáveis dependentes. Quem obtém informação sobre o sistema político via mídia se mobilizou mais nas eleições e também fora delas, associando-se a outros cidadãos para resolver problemas comuns, por exemplo. Também teve seu interesse pela política ampliado.

<b>Tabela 3.10– Mídia x mobilização</b>				
<b>Médias dos indicadores de mobilização por exposição à mídia</b>				
<b>(Números indicam pontuação no índice específico)</b>				
		<b>Participação eleitora</b>	<b>Participação não-eleitora</b>	<b>Interesse por política</b>
<b>Telejornais</b>	Assiste	3,92	3,10	3,93
	Não assiste	3,16	2,12	2,51
	<b>Diferença</b>	<b>19%*</b>	<b>31%*</b>	<b>36%*</b>
<b>Jornais</b>	Lê	4,09	3,43	4,42
	Não lê	3,34	2,27	2,63
	<b>Diferença</b>	<b>18%*</b>	<b>35%*</b>	<b>41%*</b>
<b>Rádio</b>	Ouve	4,00	3,13	4,12
	Não ouve	3,61	2,72	3,28
	<b>Diferença</b>	<b>16%*</b>	<b>13%*</b>	<b>20%*</b>
<b>Horário eleitoral<sup>1</sup></b>	Assistia	3,96	3,16	4,00
	Não assistia	2,85	2,03	2,21
	<b>Diferença</b>	<b>28%*</b>	<b>36%*</b>	<b>45%*</b>

\*\* Significância de 0.05 \* Significância de 0.10 NS=Sem significância estatística <sup>1</sup>N=1.249

Esse efeito se manteve mesmo na regressão multivariada, com controle das variáveis socioeconômicas, como se vê à tabela 3.11<sup>51</sup>. A exposição a conteúdos

<sup>51</sup> Em regressões que não descrevo em detalhes aqui, foi incluída a variável relativa ao horário eleitoral. Em apenas um caso um meio de comunicação perdeu sua significância estatística: foram os telejornais, na

veiculados pelos meios de comunicação apareceu como fator explicativo consistente com mais frequência do que a renda familiar. Globalmente, apenas a escolaridade mostrou maior influência no modelo adotado, mas sua inclusão na análise não anulou a influência da exposição à mídia jornalística<sup>52</sup>.

<b>Tabela 3.11 – Mídia x mobilização</b>			
<b>Regressão dos indicadores de mobilização</b>			
<b>(Valores estandarizados de Beta)</b>			
	<b>Participação eleitoral</b>	<b>Participação não-eleitoral</b>	<b>Interesse por política</b>
<b>MÍDIA</b>			
Telejornal	.09**	.09**	.11**
Jornal	.10**	.11**	.14**
Rádio	.06**	.07**	.10**
<b>SOCIOECO</b>			
Idade		-.09**	
Ser mulher		-.03*	-.13**
Escolaridade	.11**	.21**	.14**
Renda familiar		.05*	.04*
Morar em capital	-.05**		-.08**
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.05**</b>	<b>.16**</b>	<b>.14**</b>

\*\* Significância de .05 \*Significância de .10

Valores sem significância não aparecem na tabela

Os resultados são indicação contra a concretização da hipótese de *mediamalaïse* no cenário brasileiro de 2002. É importante ressaltar, porém, que todas as análises se referem à mídia jornalística, cujos efeitos mobilizadores foram apontados em outros estudos (Norris, 1996 e 2000; Newton, 1999b; Banducci e Karp, 2003). Uma das limitações deste estudo foi a impossibilidade de analisar o impacto da audiência à televisão com conteúdo genérico na mobilização do cidadão, território em que seriam de esperar os maiores efeitos em termos de desmobilização.

---

regressão para a participação política. O horário eleitoral também mostrou influência positiva para todas as variáveis dependentes de mobilização.

<sup>52</sup> Isso poderia ocorrer por conta da elevada associação entre mídia e escolaridade e do grande impacto da instrução formal na participação. Martins Jr. e Dantas (2004) elaboraram um Índice de Participação a partir dos dados deste mesmo Eseb-2002, de forma a avaliar o interesse do eleitor em participar de campanhas políticas, movimentos sociais e buscar informações no noticiário político. O trabalho dos dois autores concluiu que a escolaridade é a variável socioeconômica que mais impacta a participação.



No último teste, para verificar se mídia e confiança interagem na determinação da mobilização, construímos outro modelo para regressão, considerando todos os indicadores dos dois fatores. A intenção é comparar esses resultados, expressos na tabela 3.12, com os da tabela 3.6 (regressão dos indicadores de desmobilização pelos de confiança). Em apenas um caso, uma variável ganhou consistência estatística: a avaliação da atuação dos partidos, tendo como variável dependente a participação eleitoral. Isso quer dizer que, controlado o perfil socioeconômico e também a exposição à mídia, a avaliação dos partidos é capaz de diferenciar dois cidadãos. Aquele que avalia melhor os partidos terá maior participação eleitoral do que o que considera pior a atuação dos partidos. Mas, em outros cinco cruzamentos, controlar a influência da mídia não deu consistência estatística a variáveis de confiança política.

<b>Tabela 3.12 – Confiança e mídia x mobilização</b>			
<b>Regressão dos indicadores de mobilização</b>			
<b>(Valores estandarizados de Beta)</b>			
	<b>Participação eleitoral</b>	<b>Participação não-eleitoral</b>	<b>Interesse por política</b>
<b>CONFIANÇA</b>			
Honestidade de políticos	.13**	.08**	.15**
Adesão a partidos	.12**	.08**	.11**
Avaliação do Congresso		-.06*	
Avaliação dos partidos	.05*		.09**
Avaliação do governo		-.09**	
<b>MÍDIA</b>			
Telejornais	.06**	.08**	.10**
Jornais	.09**	.08**	.14**
Rádio	.05**	.06**	.10**
<b>SOCIOECO</b>			
Idade		-.09**	
Ser mulher			-.10**
Escolaridade		.16**	.07**
Renda familiar			.05*
Morar em capital	-.05*		-.07**
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.08**</b>	<b>.14**</b>	<b>.17**</b>

\*\* Significância de .05 \*Significância de .10

Valores sem significância estatística não aparecem na tabela

## **Conclusão**

Este estudo trouxe elementos que contribuem para a compreensão de algumas dinâmicas que se estabelecem entre confiança política, exposição à mídia e mobilização na sociedade brasileira. Apesar das limitações determinadas por um desenho de pesquisa em grande medida exploratório, o trabalho colheu evidências capazes de colaborar para o delineamento de investigações mais aprofundadas. Tanto os sinais encontrados quanto suas próprias limitações devem ser levados em conta em trabalhos posteriores.

Uma das questões analisadas foi o impacto da desconfiança em instituições e atores políticos na mobilização do cidadão. Trata-se das duas dimensões do apoio político mais próximas da vivência cotidiana das pessoas, mas nem por isso sem importância para a discussão da legitimidade democrática. Avaliar os efeitos para a democracia da desconfiança elevada e persistente é questão hoje colocada na agenda de pesquisa da Ciência Política, no Brasil e na América Latina (Moisés, 2005; Power e Jamison, 2005). Embora a desconfiança institucional e a adesão aos princípios democráticos tenham dinâmicas próprias e se apresentem em patamares diferentes na região, a relação entre as duas variáveis exige investigação mais detida. Não se pode descartar que, em situações de crise aguda ou diante da possibilidade de se configurarem alternativas ao regime democrático, a desconfiança em instituições venha a ter papel decisivo.

A desconfiança institucional tem relevância ainda que não represente ameaça direta à manutenção da democracia. Com a relativa consolidação dos regimes estabelecidos na terceira onda de democratização, ganha importância investigar a maneira como esses regimes funcionam – a qualidade dessas democracias (Morlino, 2002; Diamond e Morlino, 2004). A desconfiança em instituições e atores políticos é indicador de baixa responsividade do sistema político, por isso configura um problema em si. Sobretudo porque há sinais de que afete outras dimensões que compõem o funcionamento democrático, diminuindo a disposição do cidadão para pagar impostos, votar e participar de ações coletivas, por exemplo.

Este trabalho colheu sinais de que a desconfiança em instituições e atores políticos possa contribuir em prazos mais longos para a desmobilização do cidadão, em termos de menor participação eleitoral e não-eleitoral e desinteresse

pela política. Em grande medida, foi confirmada sua primeira hipótese. Na verdade, foram encontradas duas dinâmicas diferentes. Variáveis que sugerem captar desconfiança menos imediata – isto é, mais estável no tempo – mostraram levar à desmobilização e mantiveram seu poder explicativo mesmo controlado o perfil socioeconômico dos indivíduos. Variáveis mais relacionadas à desconfiança localizada temporalmente tenderam a impactar positivamente a participação e o interesse por política, mas perderam boa parte de sua influência quando a condição socioeconômica do entrevistado foi considerada.

O impacto negativo da desconfiança deu indicações de ser mais consistente. Diante de instituições e atores políticos que seguidamente não cumprem sua expectativa, o brasileiro seria tomado por uma descrença que contribuiria para seu desinteresse pelo processo eleitoral, por ações coletivas e pela vida política em geral. Essa indicação, no entanto, precisa ser mais bem investigada, para entendermos como se forma essa desconfiança "de fundo".

O retrato instantâneo oferecido por um *survey cross-sectional*, como o que utilizei, tem capacidade limitada de elucidar esse tipo de questão. Basta dizer que são os mais escolarizados e de maior renda familiar que declararam menor desconfiança quando consideradas suas dimensões "de fundo", mas são justamente esses segmentos da população que, no contexto da eleição de 2002, demonstraram a pior avaliação do Congresso, dos partidos e do governo federal no plano imediato<sup>53</sup>. Em que ponto a imagem desfavorável dos governantes do dia e do funcionamento das instituições passa a afetar a confiança mais estável? Outros fatores, como a maior qualificação cognitiva, podem fazer com que o indivíduo compreenda melhor o funcionamento do sistema político e separe a avaliação imediata, de um lado, da confiança "de fundo", de outro? Para esclarecer pontos como esses, pesquisas qualitativas e estudos do tipo painel podem ser mais efetivos.

Este trabalho também buscou avaliar o papel da comunicação de massa como fator interveniente na relação entre cidadão e sistema político. Dada a centralidade da mídia na vida contemporânea, é necessário investigar se a

---

<sup>53</sup> Por sinal, essa constatação serve para problematizar a hipótese sobre o "cidadão crítico" (Norris, 1999) no contexto brasileiro. É uma evidência de que os públicos nacionais cognitivamente mais aparelhados não só são capazes de apoiar a democracia e desconfiar de instituições, mas também podem ter percepções divergentes para diferentes dimensões da confiança em instituições. Assim, o divisor de águas seria menos o segmento do sistema político avaliado e mais o aspecto temporal considerado na avaliação.

representação que cria da realidade é capaz de afetar a percepção que os indivíduos têm da política. Ainda mais se, como apontam estudos internacionais, essa influência incentivar o cinismo, solapar a credibilidade das instituições e inibir a participação em ações coletivas (Miller, 1979; Patterson, 1993; Putnam, 1995 e 2001; Capella e Jamieson, 1997). O efeito desfavorável da exposição aos meios de comunicação foi descrito como *mediamalaise*, uma síndrome com impacto amplo no indivíduo e na sociedade.

Nesse quesito, este estudo obteve evidências de que esse é campo menos promissor para se buscar explicações para as flutuações no apoio político em sentido mais amplo. É verdade que os mais informados de forma geral demonstraram melhor avaliação de instituições e atores políticos em dimensões "de fundo" e pior na avaliação imediata, mas ambos os efeitos praticamente se perderam quando foram controladas as características socioeconômicas dos entrevistados. Trata-se de sinal de que outros fatores que influenciam a percepção do cidadão – socialização, contatos interpessoais e experiência pessoal direta, por exemplo – podem ser mais decisivos na definição da confiança política do que os meios de comunicação.

Passados a limpo, os resultados encontrados não permitem afirmar que a exposição à mídia de caráter jornalístico tenha favorecido a desconfiança em instituições e atores políticos no cenário brasileiro do final de 2002. Assim, contrariam a segunda hipótese de trabalho.

É preciso fazer algumas ressalvas, indispensáveis para contextualizar essa conclusão. Em primeiro lugar, houve casos em que a mídia mostrou ter influência mais consistente, controlado o perfil socioeconômico. Quem assiste telejornais ao menos uma vez por semana – e nada menos do que três quartos da amostra declarou fazê-lo – tem maior adesão aos partidos, tendendo a vê-los como mais necessários ao funcionamento da democracia. Quem ouve notícias no rádio – mais de um terço dos entrevistados – acredita que os políticos brasileiros são mais honestos. É pouco para aceitar a hipótese de que a mídia condicione a visão do brasileiro sobre o mundo da política, mas é muito para que seja totalmente descartada como fator interveniente.

Além disso, esse impacto positivo da mídia jornalística na confiança "de fundo" sugere que os estudos internacionais apontando seu caráter deletério para

a imagem do sistema político devem ser lidos com cautela no Brasil. Pelo desenho desta pesquisa, não é possível especular se o jornalismo brasileiro se distancia do caráter predominantemente anti-institucional e indutor do cinismo, descrito por exemplo para os Estados Unidos. Mas é possível cogitar que, caso suas mensagens se assemelhem às do modelo norte-americano, os efeitos desfavoráveis delas não atingem ou não predominam entre o público brasileiro. São possibilidades que merecem avaliação mais detida, que inclua análises do conteúdo da mídia e também estudos sobre a maneira como essas mensagens são interpretadas pela audiência. De qualquer forma, os resultados devem ser encarados como boa notícia para os que intuitivamente apontam excessivo negativismo nos meios de comunicação; não é certo que esse viés exista, mas, se existe, não faz efeito no brasileiro.

Outra observação necessária diz respeito a eventuais interferências da campanha eleitoral nos usos da mídia e nas atitudes políticas, já que o *survey* utilizado foi feito logo após as eleições de 2002. Nas campanhas, o horário gratuito de propaganda eleitoral representa volume de estímulos atípico para o eleitor e tem inclinações diferentes daqueles da mídia regular. Além disso, a própria dinâmica eleitoral pode impactar a confiança do cidadão, ao reforçar a crença dele de que é capaz de influir na política e ser ouvido pelos governantes (Norris, 2000; Banducci e Karp, 2003). Pesquisas que incluam *surveys* realizados em períodos não-eleitorais podem ampliar a consistência dos achados deste estudo – ou os problematizar.

Resta ainda uma ressalva que diz respeito à forma como as variáveis sobre mídia foram categorizadas. Este estudo tratou de um nível básico de exposição aos meios de comunicação – assiste telejornal ao menos uma vez por semana, costuma ler jornal, ouviu notícias no rádio na semana da entrevista, assistia o horário eleitoral na TV ao menos uma vez por semana. Diferentes intensidades no uso da mídia não foram exploradas, devido ao interesse em contrastar a exposição à não-exposição, mas não se pode descartar que possam levar a atitudes diferenciadas<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Simulações em que a variável independente relativa aos telejornais envolvia maior frequência na exposição não causaram alterações relevantes no número de casos em que os testes tinham significância estatística, para as variáveis dependentes relativas à confiança. Quando a variável dos telejornais é avaliada em termos de assisti-los três vezes por semana ou mais, houve efeitos significativos e positivos também

Por fim, este trabalho também testou para o caso brasileiro a concepção de que os meios de comunicação têm impacto negativo na mobilização, como parte da *mediamalaise*. Foi um teste parcial, porque as variáveis disponíveis não permitiram aferir a influência da exposição à mídia genérica, não-jornalística – e foi justamente o tempo elevado de audiência à TV em geral que mostrou maior associação com o afastamento da política em estudos anteriores (Putnam, 1995; Norris, 1996 e 2000).

A hipótese não se sustentou. No contexto brasileiro de 2002, não houve sinais de que os meios de comunicação com conteúdo jornalístico induzam à *mediamalaise*, afastando os cidadãos da política ou da ação coletiva junto a seus concidadãos. Pelo contrário. Os testes estatísticos mostraram significância para todas as variáveis ligadas à participação eleitoral e não-eleitoral e ao interesse por política. Isso ocorreu mesmo nas regressões com controle da condição socioeconômica e das variáveis de confiança, nas quais apareceram sempre coeficientes de Beta com sinal positivo. É uma indicação de que o cidadão que recebe mais informações e estímulos sobre a política pelos meios de comunicação tende a se mobilizar mais, em termos de atitude e comportamento. Essa constatação vai ao encontro de trabalhos como os de Norris (1996 e 2000), Newton (1999b) e Banducci e Karp (2003).

Também neste caso cabe contextualizar melhor esses achados. É plausível que o ambiente eleitoral tenha alterado as relações entre cidadão, mídia e mobilização, até com intensidade maior do que no caso da confiança. A proximidade de eleições torna o eleitor mais atento aos assuntos políticos, portanto as evidências têm valor para descrever a mobilização propiciada pela mídia em período eleitoral.

Também é de se esperar que os efeitos recíprocos entre exposição à mídia e mobilização sejam ainda mais fortes do que em outras relações. Não se pode ignorar, por exemplo, que quem lê jornal tende a participar mais, mas também que aquele que participa mais tem mais incentivos para ler jornal. Este estudo visou investigar a relação de causalidade em um sentido – da mídia para a mobilização – sem ignorar que ela existe também no outro sentido – da mobilização para a mídia. Assim, mais do que efeitos unilaterais da mídia nas

---

para a honestidade dos políticos, controlado o perfil socioeconômico. Nos demais casos, não houve ganho de consistência estatística.

atitudes e comportamentos políticos, os resultados retratam uma etapa do círculo virtuoso que se estabeleceu. Mais uma vez, desenhos de pesquisa mais complexos, que investiguem de perto essa retro-alimentação entre mídia e mobilização, são necessários para investigações mais precisas desse tópico. Mas isso, agora, é assunto para o futuro.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. "Política versus Televisão - O Horário Gratuito na Campanha Presidencial de 1994". *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 3, nova série, pp 49-54, 1995.

ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política – Democracia, Cidadania e Meios de Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004a.

\_\_\_\_\_. "As Eleições Presidenciais de 2002 nos Jornais. *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil – Ensaio sobre Mídia, Cultura e Política*". In: RUBIM, Antonio A. C. (org). São Paulo, Hacker Editores, 2004b.

ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton, Princeton University Press, 1968.

AZEVEDO, Fernando A. "Imprensa, Campanha Presidencial e Agenda da Mídia". In: RUBIM, Antonio A. C. *Mídia e Eleições de 1998*. Salvador, Facom/UFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. "Imprensa, Cobertura Eleitoral e Objetividade - A Eleição de 2000 na Capital Paulista". *Opinião Pública*, vol. 7, nº 2, pp 186-204, 2001.

BANDUCCI, Susan A., e KARP, Jeffrey A. "How Elections Change the Way Citizens View the Political System – Campaigns, Media Effects and Electoral Outcomes in Comparative Perspective". *British Journal of Political Science*, vol. 33, part 3, pp 443-467, 2003.

BAQUERO, Marcello. "Democracia, Cultura e Comportamento Político - Uma Análise da Situação Brasileira". In: PERISSINOTTO, Renato M., FUKS, Mario. *Democracia - Teoria e prática*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

BENNETT, Stephen E., RHINE, Staci L., FLICKINGER, Richard S., BENNETT, Linda L. M. "'Video Malaise' Revisited: Public Trust in the Media and Government". *The Harvard International Journal of Press Politics*, vol. 4, nº 4, pp 8-23, 1999.

CAPPELLA, Joseph N., e JAMIESON, Kathleen H. "Spiral of Cynicism - The Press and the Public Good". New York, Oxford University Press, 1997.

CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil – O Longo Caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública). 2004. "Boletim Tendências". *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2, pp 390-420, 2004.

CITRIN, Jack. "Comments: 'The Political Relevance of Trust in Government'". *American Political Science Review*, nº 69, pp 973-988, 1974.

CHAIA, Vera. *A Mídia e a Câmara Municipal de São Paulo – A Desqualificação do Político*. Paper apresentado no 7º Encontro Anual da Compós, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. "O Troféu 'Cara de Pau' da Rádio Eldorado". *Opinião Pública*, vol. 7, nº 2, pp 205-223, 2001.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo e Política*. São Paulo, Hackers Editores, 2004.

CHAIA, Vera, e TEIXEIRA, Marco Antonio. "Democracia e Escândalos Políticos". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 4, 2001.

COHEN, Bernard C. *The Press and Foreign Policy*. Princeton, Princeton University Press, 1963.

COHEN, Jean. "Trust, Voluntary Association and Workable Democracy - The Contemporary American Discourse of Civil Society". In: WARREN, Mark E. *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

CROZIER, Michel, HUNTINGTON, Samuel P, WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York, New York University Press, 1975.

DAHL, Robert A. The City in the Future of Democracy. *American Political Science Review*, vol. 61, 1967.

\_\_\_\_\_. *Poliarquia*. São Paulo, Edusp, 1976.

\_\_\_\_\_. *Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

DALTON, Russel J. "Value Chance and Democracy". In: PHARR, Susan J., PUTNAM, Robert D. *Disaffected democracies – What is Troubling the Trilateral Countries?*. Princeton, Princeton University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. "Political Support in Advanced Industrial Democracies". In: NORRIS, Pipa. *Critical Citizens – Global Support for Democratic Government*. Oxford, Oxford University Press, 1999.

DALTON, Russell J., BECK, Paul A., HUCKFELDT, Robert. "Partisan Cues and the Media: Information Flows in the 1992 Presidential Election". *The American Political Science Review*, vol. 92, nº 1, pp 111-126, 1998.

DENNIS, Everette E., e MERRILL, John C. *Media debates - Issues in Mass Communication*. New York, Longman, 1991.

DIAMOND, Larry, e MORLINO, Leonardo. "The Quality of Democracy – An Overview". *Journal of Democracy*, vol. 15. nº 4, págs, 20-31, 2004.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, Edusp, 1999.

EASTON, David. *Uma Teoria de Análise Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

FIGUEIREDO, Rubens, e COUTINHO, Ciro. "A Eleição de 2002". *Opinião Pública*, vol. IX, nº 2, pp 93-117, 2003.

FINKEL, Steven E. "Reciprocal Effects of Participation and Political Efficacy – A Panel Analysis". *American Journal of Political Science*, vol. 29, nº 4, pp 891-913, 1985.

FISKE, John, e HARTLEY, John. *Reading Television*. New York, Methuen & Co., 1978.

GAMSOM, William A., CROTEAU, David, HOYNES, William, SASSON, Theodore. "Media Images and the Social Construction of Reality". *Annual Review of Sociology - 1992*, nº 18, pp 373-393, 1992.

GOFMANN, Erving. *Frame Analysis – An Essay of the Organization of Experience*. Boston, Northeastern University Press, 1986.

GRABER, Doris A. *Mass Media and American Politics*. Washington, CQ Press, 1989.

HARDIN, Russell. "Do We Want Trust in Government?". In: WARREN, Mark E. *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1984.

INGLEHART, Ronald. "Postmodernization Erodes Respect for Authority, but Increases Support for Democracy". In: NORRIS, Pipa. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. 2001. "Trust, Well-Being and Democracy". In: WARREN, Mark E. *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

IYENGAR, Shanto. "Subjective Political Efficacy as a Measure of Diffuse Support". *The Public Opinion Quarterly*, vol. 44, nº 2 (Summer, 1980), pp 249-256, 1980.

IYENGAR, Shanto, e KINDER, Donald R. *News that Matters*. Chicago, University of Chicago Press, 1987.

JORGE, VLADIMYR LOMBARDO. "A Cobertura do Congresso Nacional pelos Jornais Brasileiros, 1985-1990". *Estudos Históricos – Mídia*, nº 31. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2003.

KAHNEMAN, Daniel, e TVERSKY, Amos. "Choices, Values and Frames". *American Psychologist*, nº 28, pp 107-128, 1984.

KINZO, Maria D'Alva. "Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 54, pp 23-40, 2004.

KLAPPER, Joseph T. "The Effectiveness of Mass Communication". In: Graber, Doris A. *Media Power in Politics*. Washington: CQ Press, 1990.

KROSNICK, Jon A., e BRANNON, Laura A. "The Impact of the Gulf War on the Ingredients of Presidential Evaluations - Multidimensional Effects of Political Involvement". *The American Political Science Review*, vol. 87, nº 4, pp 963-975, 1993.

KROSNICK, Jon A., e KINDER, Donald R. "Altering the Foundations of Support for the President Through Priming". *The American Political Science Review*, vol. 84, nº 2, pp 497-512, 1990.

LAGOS, Marta. "A Máscara Sorridente da América Latina". *Opinião Pública*, vol. 6, nº 1, pp 01-16, 2000.

LAZARSFELD, Paul F., BERELSON, Bernard, GAUDET, Hazel. *People's Choice*. New York, Columbia University Press, 1969.

LECA, Jean. "Questions on Citizenship". In: MOUFFE, Chantal. *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. New York, Verso, 1992.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia - Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, J.J., STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. New York, The Johns Hopkins University Press, 1996.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York, Free Press, 1965.

LIPSET, Seymour M. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1981.

LISTHAUG, O. e WIBERG, M. "Confidence in Political and Private Institutions. In: KLINGEMANN, H., FUCHS, D. *Citizens and the State*. Oxford, Oxford University Press, 1995.

LUHMANN, Niklas. *A Nova Teoria dos Sistemas*. Porto Alegre, Editora da Universidade/Goethe-Institut, 1997.

MANDELSON, Matthew. "The Media and Interpersonal Communications - The Priming of Issues, Leaders, and Party Identification". *The Journal of Politics*, vol. 58, nº 1, pp 112-125, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

MARSHALL, T. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARTINS JR., José Paulo, e DANTAS, Humberto. "O Índice de Participação e a Importância da Educação". *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2, pp 268-287, 2004.

MCCOMBS, Maxwell E., SHAW, Donald, L. "The Agenda-setting Function of Mass Media". *Public Opinion Quarterly*, vol. 36, nº 2, pp 176-187, 1972.

MCQUAIL, Denis. "The Influence and Effects of Mass Media". In: GRABER, Doris A. *Media Power in Politics*. Washington, CQ Press, 1990.

MENEGUELLO, Rachel. *Aspectos do Desempenho Democrático - Estudo sobre a Adesão Democrática e a Avaliação do Regime no Brasil, 2002*. Mimeo. Trabalho apresentado no 57th Congress of the World Association of Public Opinion Research, Cannes, 17-19 Setembro de 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. "Mídia e Eleições – A Campanha de 1998 na Rede Globo". *Dados*, vol. 42, nº 2, pp 253-276, 1999.

\_\_\_\_\_. "A Eleição Visível – A Rede Globo Descobre a Política em 2002." *Dados*, vol. 46, nº 2, pp 289-310, 2003.

MILLER, Arthur H. "Political Issues and Trust in Government – 1964-1970". *American Political Science Review*, nº 68, pp 951-972, 1974.

MILLER, Arthur H., GOLDENBERG, Edie N., ERBRING, Lutz. "Type-set Politics – Impact of Newspaper on Public Confidence". *The American Political Science Review*, vol. 73, nº 1, pp 67-84, 1979..

MOISÉS, José A. *Os brasileiros e a Democracia*. São Paulo, Ed. Ática, 1995.

MOISÉS, José A. e OLIVEIRA, Gabriela. 2005. *Democracy, Political Distrust and Dissatisfaction with the Regime - The Case of Brazil*. Trabalho apresentado em seminário internacional e discutido no Brasil no âmbito do grupo de pesquisa Desconfiança nas Instituições Democráticas, em novembro de 2005.

MORLINO, Leonardo. *What is a "Good" Democracy? – Theory and Empirical Analysis*. Paper apresentado na conferência "The European Union, Nations State and the Quality of Democracy – Lessons from Southern Europe", realizada na Universidade da Califórnia, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2002.

MOTTA, Luiz G. "Ideologia e Processo de Seleção de Notícias". In: MOTTA, Luiz G. *Imprensa e Poder*. Brasília, Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOUFFE, Chantal. "Democratic Citizenship an the Political Community". In: MOUFFE, Chantal. *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. New York, Verso, 1992.

NEUMAN, Russel. "The Threshold of Public Attention". *The Public Opinion Quarterly*, vol. 54, n° 2, pp 159-176, 1990.

NEWTON, Kenneth. "Social and Political Trust in Established Democracies. In: NORRIS, PIPA. *Critical Citizens – Global Support for Democratic Government*. Oxford, Oxford University Press, 1999a.

\_\_\_\_\_. "Mass Media Effects: Mobilization or Media Malaise?" *British Journal of Political Science*, vol. 29, n° 4, 577-99, 1999b.

NEWTON, Kenneth, e NORRIS, Pipa. "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance?" In: PHARR, Susan J., e PUTNAM, Robert D. *Disaffected Democracies – What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton, Princeton University Press, 2000.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. "Return to the Concept of Powerful Mass Media". *Studies of Broadcasting*, n° 9, 67-112, 1973.

NORRIS, Pipa. "Does Television Erode Social Capital? A Reply to Putnam". *PS: Political Science and Politics*, vol. 29, n° 3, 474-80, 1996.

\_\_\_\_\_. "The Growth of Critical Citizens?" In: NORRIS, Pipa. 1999. *Critical citizens – Global Support for Democratic Government*. Oxford, Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pipa, e ZINNBAUER, Dieter. "Giving Voice to the Voiceless – Good Governance, Human Development & Mass Communications". *Human Development Report 2002*. New York, United Nations, 2002.

NYE JR., Joseph S. "Introduction: The Decline of Confidence in Government". In: NYE Jr. Joseph S. et alii. *Why People don't Trust Government*. Cambridge, Harvard University Press, 1997.

OFFE, Claus. "How can We Trust our Fellow Citizens?" In: WARREN, Mark E. *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

PATTERSON, Thomas E. *Out of Order*. New York, Vintage Books, 1993.

PHARR, Susan. "Officials' Misconduct and Public Distrust: Japan and the Trilateral Democracies". PHARR, Susan, e PUTNAM, Robert D. (orgs.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*. Princeton, Princeton University Press, 2000.

POPKIN, Samuel L. *The Reasoning Voter – Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

PORTO, Mauro P. "A Crise de Confiança na Política e suas Instituições". In: BAQUERO, Marcello. *Condicionantes da Consolidação Democrática – Ética, Mídia e Cultura Política*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1996.

PORTO, Mauro P., VASCONCELOS, Rodrigo F., BASTOS, Bruna B. "A Televisão e o Primeiro Turno das Eleições Presidenciais de 2002 – Análise do Jornal Nacional e do Horário Eleitoral". In: *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil – Ensaio sobre Mídia, Cultura e Política*. RUBIM, Antonio A. C. (org). São Paulo: Hacker Editores. 2004.

POWER, Timothy J., e JAMISON, Giselle D. "Desconfiança Política na América Latina". *Opinião Pública*, Vol. XI, nº 1, pp 64-93, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. "Algunos Problemas en el Estudio de la Transición". O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C., e WHITEHEAD, Laurence (comps.). *Transiciones desde un Gobierno Autoritario – 3. Perspectivas Comparadas*. Editora Paidós, Buenos Aires, 1986.

PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work*. Princeton, Princeton University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. "Tuning in, Tuning out: The Strange Disappearance of Social Capital in America". *PS: Political Science & Politics*, vol. 27, nº 4, pp 664-683, 1995.

\_\_\_\_\_. *Bowling Alone – The Collapse and Revival of American Community*. New York, Simon & Schuster, 2001.

PUTNAM, Robert D., PHARR, Susan J., DALTON, Russel J. "Introduction: What's Troubling the Trilateral Democracies?" In: PHARR, Susan J., PUTNAM, Robert D. *Disaffected Democracies – What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton, Princeton University Press, 2000.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

ROBINSON, Michael J. "Public Affairs Television and the Growth of Political Malaise: The Case of 'The Selling of Pentagon'". *American Political Science Review*, nº 70, 409-32, 1976.

RUBIM, Antonio A. C. "Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia". *Opinião Pública*, vol. 7, nº 2, pp 172-185, 2001.

RUBIM, Antonio A. C., AZEVEDO, Fernando A. "Mídia e Política no Brasil - Textos e Agenda de Pesquisa". *Lua Nova*, nº 43, pp 189-216, 1998.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1984.

SILVA, Paulo S. *Agenda-setting e a Eleição Presidencial de 2002 no Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

STOKES, Geoffrey. "Democracy and Citizenship". In: CARTER, April, STOKES, Geoffrey. *Democratic Theory Today – Challenges for the 21<sup>st</sup> century*. New York, Polity, 2002.

SZTOMPKA, Piotr. *Trust – A Sociological Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

THOMPSON, John. B. *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

TURNER, Bryan. "Outline of a Theory of Citizenship". In: MOUFFE, Chantal. *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. New York, Verso, 1992.

WARREN, Mark E. "Democratic Theory and Trust". In: WARREN, Mark E. *Democracy & Trust*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, UnB, 1991.

\_\_\_\_\_. "A Política como Vocação". In: WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Cultrix, 1991.



## APÊNDICE METODOLÓGICO

### Informações técnicas – Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) – 2002

**Universo:** população brasileira.

**Tamanho da amostra:** 2.513 casos (representando a população brasileira maior de 16 anos).

**Estratos geográficos** (que permitem inferências isoladamente): Região Norte, Região Centro-Oeste, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul, capitais (27 municípios).

**Plano amostral:** probabilística sem substituição; três estágios de seleção: município (unidade primária de amostragem); setor censitário (unidade secundária de amostragem); e domicílio (unidade terciária de amostragem).

**Margem de erro:** 3 pontos percentuais

**Intervalo de confiança:** 95%

**Tipo de entrevistas:** domiciliares, realizadas no período pós-eleitoral, entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002

**Coordenação:** Rachel Meneguello e Fernando Antônio Lourenço (Cesop e IFCH/Unicamp), Alberto Almeida e Zairo Cheibub (DataUFF).

**Financiamento:** Capes e Fapesp

### Variáveis e índices

**Índice de honestidade dos políticos – De 0 a 10 pontos**, obtidos a partir das seguintes proposições do questionário:

- *Na sua opinião, no Brasil, a corrupção entre os políticos acontece o tempo todo, acontece na maior parte do tempo, acontece de vez em quando ou não há corrupção entre os políticos?* (0 a 4 pontos)
- *Em geral, políticos muito honestos não sabem governar* (0 a 4 pontos)
- *Existem alguns políticos que são honestos* (0 a 4 pontos)
- *Político honesto não tem sucesso na política* (0 a 4 pontos)
- *Todos os políticos roubam* (0 a 4 pontos)

**Índice de adesão aos partidos** – De **0 a 10 pontos**, obtidos a partir das seguintes proposições:

- *Na sua opinião...*

*As discussões entre os partidos causam mais dano do que benefício ao Brasil OU; (0 ponto)*

*As discussões entre os partidos tornam mais claro para o povo muitos problemas importantes, e por isso prestam um grande serviço ao país? (2 pontos)*

- *Na sua opinião, os partidos representam mais...*

*O conjunto da população OU (2 pontos)*

*Os próprios políticos OU (0 ponto)*

*Os eleitores e grupos que apóiam esses partidos? (2 pontos)*

- *O que é melhor, um presidente da república que...*

*Seja identificado com um partido político OU: (2 pontos)*

*Um presidente que não dê importância a partidos? (0 ponto)*

- *Algumas pessoas dizem que “os partidos só servem para dividir as pessoas”, o(a) sr.(a) concorda ou discorda? Muito ou pouco? (0 a 4 pontos)*

**Avaliação da atuação do Congresso** – De **0 a 10 pontos**, atribuídos a partir da seguinte questão: *“Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima”*. (0 ponto para péssima; 2 pontos para ruim; 4 pontos para regular para ruim; 6 pontos para regular para boa; 8 pontos para boa; 10 pontos para ótima)

**Avaliação da atuação dos partidos** – De **0 a 10 pontos**, atribuídos a partir da seguinte questão: *“Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima”*. (0 ponto para péssima; 2 pontos para ruim; 4 pontos para regular para ruim; 6 pontos para regular para boa; 8 pontos para boa; 10 pontos para ótima)

**Avaliação da atuação do governo federal** – De **0 a 10 pontos**, atribuídos a partir da seguinte questão: *“Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima”*. (0 ponto para péssima; 2 pontos para ruim; 4 pontos para regular

para ruim; 6 pontos para regular para boa; 8 pontos para boa; 10 pontos para ótima)

**Índice de participação eleitoral** – Varia de **0 a 10 pontos**, obtidos a partir das seguintes questões:

- *Durante a campanha eleitoral, o(a) sr.(a) tentou convencer alguém a votar em algum candidato ou partido?* (0 a 3 pontos)
- *Durante as eleições, o(a) sr.(a) mostrou seu apoio a algum candidato ou partido participando de reuniões, colando cartazes ou distribuindo panfletos?* (0 a 3 pontos)
- *E o(a) sr.(a) colocou faixas ou cartazes de algum candidato em sua casa, no trabalho, ou colou adesivos no carro?* (0 ou 1 ponto)
- *O(a) sr.(a) votou nesta eleição?* (0 ou 1 ponto)
- *O(a) sr.(a) votou na eleição de 1998?* (0 ou 1 ponto)
- *Se o voto não fosse obrigatório, o(a) sr.(a) votaria?* (0 ou 1 ponto)

**Índice de participação não-eleitoral** – Varia **0 a 10 pontos** e foi composto a partir das seguintes proposições:

- *Nos últimos quatro anos, o(a) sr.(a) fez contato com algum político ou alguém que trabalho no governo, para pedir a solução de algum problema que prejudicava muitas pessoas ou reclamar do próprio governo?* (0 ou 1 ponto)
- *Nos últimos 4 anos, o sr. participou de algum protesto ou comício contra ou a favor do governo?* (0 ou 1 ponto)
- *Nos últimos 4 anos, o(a) sr.(a) tentou resolver algum problema junto com outras pessoas que pensam como o(a) sr.(a)?* (0 a 2 pontos)
- *Eu vou dizer algumas formas de participação política, e gostaria que o(a) sr.(a) dissesse, para cada uma delas, se o(a) sr.(a) faria ou não faria:*
  - . *Assinar um abaixo-assinado* (0 ou 1 ponto)
  - . *Participar de manifestações ou protestos* (0 ou 1 ponto)
  - . *Participar de greve* (0 ou 1 ponto)
- *Agora eu gostaria de saber quais destas atividades o(a) sr.(a) já fez em algum momento de sua vida e quais o(a) sr.(a) nunca fez:*
  - . *Assinar um abaixo-assinado* (0 ou 1 ponto)

. *Participar de manifestações ou protestos* (0 ou 1 ponto)

. *Participar de greve* (0 ou 1 ponto)

**Interesse por política** – Varia **0 a 10 pontos** e foi composto a partir da seguinte questão: "*O(A) sr.(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) sr.(a) não tem interesse por política?*".

(0 ponto para não tem interesse; 5 pontos para um pouco interessado e 10 pontos para muito interessado)

**Telejornais** – Variável dicotômica composta a partir das seguintes questões:

- *Quantos dias por semana o(a) sr.(a) assiste o Jornal Nacional da TV Globo?*

- *Quantos dias por semana o(a) sr.(a) assiste o Jornal da Record apresentado por Boris Casoy?* (Valor 1 atribuído a quem costuma assistir um ou os dois jornais pelo menos uma vez por semana).

**Jornais** - Variável dicotômica composta a partir da questão: "*O(A) sr.(a) costuma ler jornal?*" (Valor 1 atribuído aos que costumam ler).

**Rádio** - Variável dicotômica composta a partir da questão: "*O(A) sr.(a) ouviu notícias no rádio esta semana?*" (Valor 1 atribuído aos que ouviram notícias no rádio).

**Horário eleitoral na TV** - Variável dicotômica composta a partir da questão: "*Com que frequência o(a) sr.(a) assistiu o horário eleitoral na TV?*" (Valor 1 atribuído aos que declararam ter assistido pelo menos uma vez por semana).